

REDIS

Alexandra Pinto
Direção Editorial

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

2019

ISSN 2183-3958

DOI 10.21747/21833958/red8

REDIS

REVISTA DE
ESTUDOS DO
DISCURSO

FLUP/CLUP
FFLCH - USP

N.º8 ANO 2019

ISSN 2183-3958

DOI 10.21747/21833958/red8

**BASE DE DADOS
OPEN ACCESS**



**BASE DE DADOS
COMERCIAIS**



INFORMATION SERVICES

**DIRETÓRIOS
ÍNDICES**



**REPOSITÓRIOS
AGREGADORES
MOTORES DE BUSCA**



**BASE DE DADOS
BIBLIOGRÁFICOS**



A *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* é uma publicação científica cuja edição digital respeita integralmente os critérios da política do acesso livre à informação. / *REDIS: Revista de Estudos do Discurso* is a scientific open access journal whose digital version follows all the criteria of OA publishing policy.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO	<i>REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO</i> N.º 8, ANO 2019
EDITORES	CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESTE TRABALHO É FINANCIADO POR FUNDOS NACIONAIS ATRAVÉS DA FCT - FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I.P., NO ÂMBITO DO PROJETO «UID/LIN/00022/2019».
LOCAL DE EDIÇÃO	PORTO, PORTUGAL
ISSN	2183-3958
DOI	10.21747/21833958/red8
PERIODICIDADE	ANUAL
DIREÇÃO EDITORIAL	Alexandra Guedes Pinto Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal MAPINTO@LETRAS.UP.PT
EDITORES-ADJUNTOS	Rui Ramos Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal RLRAMOS@IE.UMINHO.PT Valdir Heitor Barzotto Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil BARZOTTO@USP.BR Zilda Aquino Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil ZIAQUINO@USP.BR
ASSISTENTES EDITORIAIS	Silvana Costa Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal Catarina Warrot Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

FICHA TÉCNICA

CONSELHO CIENTÍFICO

António Briz Universidad de València, Espanha

Catherine Kerbrat-Orecchioni ICAR, CNRS, Université Lyon 2, França

Christian Plantin ICAR, Université Lyon 2, França

Dominique Maingueneau Université Paris IV, França

Isabel Margarida Duarte Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Joaquín Garrido Universidad Complutense de Madrid, Espanha

José Portolés Universidad Autónoma de Madrid, Espanha

Luiz Antônio da Silva Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Aldina Marques Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Portugal

Olívia Pestana Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Paulo Roberto Segundo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil

Rui Sousa e Silva Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Sónia Rodrigues Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal

Os trabalhos submetidos à *Redis* serão avaliados por, no mínimo, dois avaliadores externos, selecionados segundo um critério de afinidade científica relativamente ao trabalho em apreciação. Os avaliadores deverão comunicar aos editores quaisquer conflitos de interesse, que possam impedir uma avaliação isenta, ou declarar-se não qualificados para avaliar uma determinada proposta, se considerarem que tal procedimento é necessário. Os avaliadores terão acesso a um guião de avaliação que os orientará na revisão dos artigos propostos. Será dado um prazo de vinte dias corridos para a apresentação do parecer a partir da data de entrega do artigo ao avaliador. Este período poderá ser prorrogado por critério do diretor editorial, desde que a prorrogação não ponha em causa a publicação da revista dentro dos prazos previstos.

ACESSO EM LINHA

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/re>

ÍNDICE

- CARAPINHA, CONCEIÇÃO & PLAG, CORNELIA
ELISABETH** 12 - 41
Tradução de Marcadores Discursivos portugueses para
alemão: ‘na verdade’, o que se ganha e o que se perde?
DOI 10.21747/21833958/red8a1
- COSTA, JULIA LOURENÇO & BARONAS, ROBERTO
LEISER** 42 - 64
A construção midiática da gafe: uma abordagem discursiva
DOI 10.21747/21833958/red8a2
- GIL, ISABEL FUZETA** 65 - 83
Discurso(s) e polemicidade: algumas reflexões
DOI 10.21747/21833958/red8a3
- GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO &
ISOLA-LANZONI, GABRIEL** 84 - 121
A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumen-
tação epistêmica, multimodalidade e popularização científica
no YouTube
DOI 10.21747/21833958/red8a4
- MARQUES, ALDINA; DUARTE, ISABEL
MARGARIDA & SEARA, ISABEL DE ROBOREDO** 122 - 139
Argumentação *ad hominem*, formas de tratamento e protesto
político
DOI 10.21747/21833958/red8a5

ÍNDICE

RINN, MICHAEL The sublime in hate propaganda on the internet - a critical discourse analysis DOI 10.21747/21833958/red8a6	140 - 155
SIMÕES, ELSA 'Viva Harry! Viva Meghan!': uma análise de estratégias de argumentação polidas e agressivas em fóruns online sobre celebridades DOI 10.21747/21833958/red8a7	156 - 178
TINOCO CABRAL, ANA LÚCIA & GODOY BUENO, FRANCISCO Constituição e argumentação: a função social do imóvel rural DOI 10.21747/21833958/red8a8	179 - 199
TUNA, SANDRA A promoção de jovialidade: a construção de um discurso e argumentação persuasivos DOI 10.21747/21833958/red8a9	200 - 216

NOTA EDITORIAL

A *REDIS, Revista de Estudos do Discurso*, é um projeto editorial do Centro de Linguística e da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, em parceria com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

É uma publicação que reúne trabalhos no domínio dos Estudos Linguísticos do Discurso, albergando diferentes linhas de investigação coexistentes nesta área, decorrentes da heterogeneidade do objeto *discurso* e da interdisciplinaridade que os investigadores tendem a adotar neste domínio científico.

A Revista é uma publicação anual sujeita a *peer review* e com algumas orientações temáticas por número, inspiradas nos tópicos abordados nas Jornadas Internacionais de Análise do Discurso – JADIS – realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pelas mesmas entidades promotoras da Revista.

O presente volume acolhe artigos subordinados à temática *Argumentação e Discurso: Fronteiras e Desafios*.

No artigo intitulado “Tradução de Marcadores Discursivos portugueses para alemão: ‘na verdade’, o que se ganha e o que se perde?”, Maria da Conceição Carapinha Rodrigues e Cornelia Plag perspetivam uma das classes de palavras prototipicamente vocacionada para a condução argumentativa, identificando alguns dos problemas colocados pelos marcadores discursivos no processo tradutivo. A partir da análise de traduções do marcador ‘na verdade’ para a língua alemã, as autoras concluem que o mesmo pode ativar os valores de confirmação, reformulação e contraste, consoante os cotextos em que ocorre.

Júlia Lourenço Costa e Roberto Baronas, em “A construção midiática da gafe: uma abordagem discursiva”, analisam a forma como os media se apropriam de e reproduzem um enunciado do presidente Michel Temer sobre o papel da mulher na sociedade brasileira, concluindo não só que as manchetes e os títulos principais efetuam uma sobreasseveração do enunciado, como também que o facto de o perspetivarem como uma gafe resulta numa minimização da polémica gerada em torno do mesmo.

No estudo “Discurso(s) e polemicidade: algumas reflexões”, Isabel Fuzeta Gil retoma as noções complementares de “visée argumentative” e dimensão argumentativa, com vista à caracterização do discurso polémico, a partir da análise de excertos de aloquções proferidas na Assembleia da República no contexto de consultas referendárias. A análise revela que a dicotomização por detrás da polémica impede a intercompreensão, conduzindo os interactantes a um «diálogo de surdos».

A Terra é plana? é a interrogação que inicia a proposta de Paulo Roberto Gonçalves-Segundo e Gabriel Isola-Lanzoni (“*A Terra é plana?*: uma análise da articulação entre argumentação epistémica, multimodalidade e popularização científica no YouTube”) num estudo em que os autores articulam argumentação, multimodalidade e popularização científica, analisando a forma como *youtubers* sustentam um posicionamento numa polémica com posições polarizadas.

Movendo-nos do discurso de opinião nas redes para o discurso político, em “Argumentação *ad hominem*, formas de tratamento e protesto político”, as autoras Maria Aldina Marques, Isabel Margarida Duarte e Isabel Seara analisam o fenómeno da descortesia linguística no género “protesto político”, em manifestações políticas e nas redes sociais em Portugal, com o objetivo de identificar argumentos *ad hominem* nas formas de tratamento usadas nestas situações e, em última análise, relacionar a descortesia com os géneros discursivos.

O artigo de Michael Rinn, “The Sublime in Hate Propaganda on the Internet - A Critical Discourse Analysis”, avalia como dois conceitos retóricos, o pathos e o sublime, são usados para reforçar a propaganda de ódio em sites radicais islâmicos. A análise do site do Estado Islâmico (jihadology.net) revela como a propaganda de ódio usa o sublime para a manipulação radical, desencadeando ações pelo medo e pela violência intensa, que priva os destinatários de toda a capacidade de julgar e os transforma em agentes comprometidos com a destruição da sociedade.

Ainda no âmbito das interações digitais, Em “‘Long live Harry and Meghan!’: an analysis of polite and aggressive argumentation strategies from online forums on celebrity-related news”, a partir de uma amostra de comentários on-line no The Daily Telegraph sobre o casamento real de Harry e Meghan, Elsa Simões Lucas Freitas explora as estratégias argumentativas de expressão de concordância e discordância nas interações analisadas, concluindo, entre outros aspectos, que o humor pode ser eficaz para a salvaguarda das faces ou para o desvio de comentários agressivos do tipo *ad hominem*.

Já no domínio do discurso jurídico, Ana Lúcia Tinoco Cabral e Francisco de Godoy Bueno, em “Constituição e argumentação: a função social do imóvel rural”, apresentam um estudo de certos Artigos da Constituição brasileira, a fim de descrever os seus sentidos e a sua orientação argumentativa, no que diz respeito à função social do imóvel rural e das suas implicações jurídicas. A análise dos referidos artigos permitiu observar que a vagueza dos sentidos implica incoerência na orientação argumentativa do texto constitucional e pode trazer consequências negativas para a decidibilidade em casos concretos.

Terminando com uma análise no domínio do discurso publicitário, no estudo “Promoting youthfulness: the construction of persuasive discourse and argumentation”, Sandra Tuna examina um conjunto de anúncios de cosméticos que, explícita e implicitamente, constroem

argumentos baseados em propostas de juventude idênticas, apesar de aparentemente patentearem rotas argumentativas diferentes e incorporarem posições socialmente (ou politicamente) corretas.

Assim, percorrendo um espectro variado de tipos de discurso e de géneros de texto, aplicando metodologias de análise diversificadas e convocando quadros teóricos diferentes, os trabalhos publicados neste número da revista REDIS contribuem de forma relevante para o aprofundamento da área dos Estudos do Discurso, revisitando o tópico da argumentação nestes Estudos.

Alexandra Pinto

REDIS – Revista de Estudos do Discurso

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Número 8, 2019

Tradução de Marcadores Discursivos portugueses para alemão: ‘na verdade’, o que se ganha e o que se perde?

Translation of Portuguese Discourse Markers to German: ‘na verdade’, what is gained and what is lost?

CONCEIÇÃO,
CARAPINHA
mccarapinha@fl.uc.pt

Prof. Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

PLAG, CORNELIA
ELISABETH
cornelia.plag@fl.uc.pt

Prof. Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

PALAVRAS-CHAVE:
marcadores discursivos;
Tradução;
na verdade;
corpus Europarl.

RESUMO: Ao assegurarem o estabelecimento de relações de coerência dentro do texto, os marcadores discursivos tornam-se itens importantes no processo tradutivo. Os problemas colocados pela sua tradução têm começado a suscitar alguma atenção e este artigo pretende contribuir para essa área de investigação, ao analisar as traduções do marcador discursivo ‘na verdade’ para a língua alemã. Recorrendo a exemplos de português europeu, a pesquisa revela que o marcador pode ativar os valores de confirmação, reformulação e contraste, em português. A análise contrastiva, efetuada no *corpus* Europarl, revela que o valor maioritariamente presente neste *corpus* é o de confirmação e que os tradutores optaram por um leque muito alargado de equivalentes. Embora o marcador *eigentlich*, que surge de forma residual no corpus, pudesse ser o equivalente mais adequado, o item *tatsächlich* parece ser a escolha preferencial dos profissionais, o que levanta questões pertinentes no âmbito da Tradução.

KEY-WORDS:
discourse markers;
Translation;
na verdade;
Europarl *corpus*.

ABSTRACT: Discourse markers signal discourse coherence and become very important items in the translation process although only recently the problems raised by their translation have begun to capture the attention of researchers. This study intends to contribute to this research area by analyzing the translations of the discourse marker *na verdade* into German. Drawing on examples from contemporary European Portuguese, the study shows that the marker has three main functions: (i) confirmation; (ii) reformulation; and (iii) contrast. The contrastive analysis carried out in the Europarl *corpus* reveals that the confirmation value is the most common in this *corpus* and that the translators opted for a very wide range of equivalents. Although the German marker *eigentlich*, which scarcely appears in the *corpus*, could be the most

appropriate equivalent to translate *na verdade*, another discourse marker, *tatsächlich*, seems to be the preferred choice of professionals, and this option raises pertinent questions in the field of Translation.

1. INTRODUÇÃO

Os marcadores discursivos (MD)¹ desempenham um papel incontornável na construção da componente semântica dos textos, uma vez que assinalam as relações de sentido entre duas frases ou até entre segmentos maiores de texto. Ao assegurarem estes encadeamentos, os marcadores constituem elementos coesivos importantes que permitem a progressão temática do texto. Daí a importância da sua tradução.

Todavia, a tarefa de os traduzir é complexa. A sua inerente indeterminação semântica e a sua polifuncionalidade, isto é, a capacidade de ativarem diferentes valores, fazem com que o seu sentido esteja muito dependente do seu contexto de ocorrência. Têm ainda uma natureza opcional, pois não afetam o conteúdo proposicional a que estão ligados e podem ser omitidos; tal característica torna-os mais vulneráveis, pois mais facilmente são descurados aquando do processo tradutivo, sobretudo se houver outras prioridades a ter em conta. E, no caso da interpretação simultânea, pode nem sempre haver tempo suficiente para refletir e chegar a uma solução apropriada, o que leva o tradutor/intérprete a fazer opções discutíveis. Por outro lado, os índices de frequência de marcadores nas diferentes línguas nem sempre são semelhantes e a ocorrência de um MD num determinado contexto da língua de partida não implica a necessidade de o traduzir, obrigatoriamente, no texto da língua de chegada.

Todas estas características requerem que o tradutor compreenda o sentido do MD na língua de partida, apreenda a função específica que ele desempenha aquando da sua utilização num texto particular e tente encontrar equivalentes adequados na língua de chegada, os quais, na medida do possível, tenham os mesmos matizes de sentido do marcador original. Ora, responder adequadamente a estas exigências não é fácil.

Tendo em conta estas restrições, com que cenários tradutivos nos deparamos?

1. Usamos o termo ‘marcador discursivo’ como termo hiperonímico, embora cientes das flutuações terminológicas que existem neste domínio de investigação. Como afirmam Ament & Barón (2018: 46) “different terms such as pragmatic markers, discourse particles, discourse connectives, conversational markers, among others have been used to refer to these different linguistic items.”

Para além do procedimento expectável, ou seja, da utilização do respetivo equivalente no contexto da língua de chegada, verifica-se a adoção de estratégias muito diversas. A tradução do MD e, no fundo, da relação de coerência que ele sustenta pode passar por uma formulação sintática, sendo, portanto, uma determinada construção frásica a substituir o marcador.

É também pertinente mencionar a omissão como outra (frequente) estratégia para o traduzir, o que pode constituir um procedimento adequado na língua de chegada ou, pelo contrário, e mesmo não afetando o conteúdo proposicional do enunciado, pode equivaler à perda de uma série de efeitos pragmáticos; ao omitir o MD, podem diluir-se ou apagar-se valores afetivos ou valores atenuadores, essenciais para a clarificação de papéis entre os interlocutores, para a boa gestão conversacional ou para a expressão da cortesia, por exemplo.

Pode ocorrer, ainda, a opção por um equivalente que não tem, na língua de chegada, o sentido do marcador original, gerando interpretações desviantes ou até erróneas e comprometendo, desta forma, a exigência de uma tradução fidedigna.

As análises efetuadas na interface dos Estudos de Tradução e da pesquisa em torno dos marcadores discursivos constituem, pois, uma área de investigação estimulante que pode trazer uma nova luz aos estudos que se têm feito sobre estes itens numa perspetiva monolinguística e muitos são os investigadores que têm discutido os problemas exibidos pela tradução de MD para diferentes línguas (Bazzanella e Morra, 2000; Chaume, 2004; Fleischman e Yaguello 2004; Aijmer, Foolen e Simon-Vandenberger, 2006; Degand, 2009; Furkó, 2014; Hauge, 2014; Ramón, 2015; Buysse, 2017, e.o.).

Dando continuidade a outros trabalhos já efetuados (Plag, Loureiro e Carapinha, 2017 e 2019; Sousa Carapinha e Plag, 2019), neste artigo, postulamos, como objetivo, analisar as traduções do marcador discursivo 'na verdade' no par de línguas português-alemão (PT→DE) num contexto muito particular: os debates do Parlamento Europeu. Desta forma, procurar-se-á dar resposta às seguintes questões: (i) que valores possui o MD no português europeu

contemporâneo (PEC)?; (ii) que valores surgem ativados no *corpus* em análise?; (iii) como se traduzem esses valores do marcador para a língua alemã? Pretende-se ainda sistematizar os casos de convergência e divergência atestados no *corpus* e refletir sobre as suas implicações na tradução. Partimos, portanto, de uma perspetiva semasiológica, através da qual procuraremos fazer o percurso investigativo que vai da expressão à (sua) função, procurando averiguar se os equivalentes do marcador na língua alemã assumem ou não o mesmo leque de valores que o marcador tem em português. O nosso quadro teórico é de natureza cognitivo-funcional, partindo da observação de que o uso da língua nas situações de interação real, por falantes reais, pode originar novas construções, novos usos linguísticos (Bybee, 2010). O dinamismo inerente às línguas possibilita que os falantes recrutem determinados itens lexicais para desempenhar novas funções, e até funções gramaticais, como acontece com os marcadores. Na mesma linha, defende-se a ideia de que os diferentes valores de um MD não constituem áreas discretas, mas antes relacionadas entre si, de forma gradiente, através da presença de alguns traços comuns, configurando um *continuum* de valores cujas fronteiras são vagas e imprecisas e em que há claras zonas de sobreposição (Hansen 1998: 87).

A estrutura deste trabalho é a seguinte: numa primeira secção, apresentam-se os diferentes valores e funções da expressão 'na verdade' na atual sincronia do português europeu, seguindo-se a secção relativa às respetivas propostas de tradução nos dicionários bilingues; na secção seguinte, analisam-se os dados empíricos procedentes do *corpus* Europarl²; a última secção delinea as conclusões.

2. A EXPRESSÃO 'NA VERDADE' NA ATUAL SINCRONIA DO PORTUGUÊS EUROPEU

O estatuto categorial da expressão 'na verdade' não é fácil de aferir. O sintagma em apreço pode desempenhar uma função sintática na predicação oracional, como se atesta no exemplo seguinte³:

2. *Corpus* multilingue que congrega os debates ocorridos no Parlamento Europeu até 2011. Acessível a partir de <http://www.statmt.org/europarl/>.

3. Os exemplos utilizados para ilustrar os valores de 'na verdade' no PEC provêm de duas fontes: o *corpus* CETEMPúblico (*Corpus de Extratos de Textos Electrónicos MCT/ Público*), um *corpus* de 180 milhões de palavras em Português Europeu. [<https://www.linguatca.pt/CETEMPublico/>] e o *corpus* Europarl.

(1)

(...) todo o «realismo» do teste e da realização televisiva levam os espectadores a crer **na verdade** com que a máquina regista as reacções físicas tão obviamente interpretáveis como sinais de verdade / mentira.

CETEMPúblico [par=ext912542-nd-95a-2]

4. Excetuam-se as ocorrências da expressão, com este valor referencial pleno, nos domínios religioso e jurídico que, no entanto, não integram os corpora consultados.

Nos *corpora* consultados, as ocorrências da expressão 'na verdade' com este valor referencial pleno são relativamente escassas⁴; contudo, abundam os exemplos em que a expressão se encontra já algo esvaziada deste conteúdo concetual e em que está a ganhar traços de marcador: uma relativa independência sintática da frase hospedeira; a sua não contribuição para o conteúdo proposicional do enunciado em que ocorre e a presença de fronteiras entoacionais a delimitar o MD. Ainda assim, nem sempre é fácil avaliar se estamos ou não perante um marcador e, em muitos casos, a interpretação deixa dúvidas. Atente-se no exemplo seguinte:

(2)

«Jim» será uma espécie de «czar» para todas as questões nacionais e põe-se a questão de saber quem será **na verdade** o Presidente.

CETEMPúblico [par=ext1457732-pol-92b-1]

Em (2), 'na verdade' parece funcionar como advérbio de frase, isto é, como uma expressão adverbial que modifica toda a oração (subordinada substantiva relativa), revelando a atitude do falante face ao conteúdo proposicional e equivalendo à seguinte paráfrase:

(...) e põe-se a questão de saber quem, **verdadeiramente**, será o Presidente.

Por outro lado, se considerássemos (2) na sua versão oral, caso tivéssemos acesso a ela, não poderíamos, com dados prosódicos adequados (pausa à esquerda e à direita da expressão), interpretar a expressão adverbial como um marcador?

Dificuldades desta natureza levaram-nos a circunscrever o tipo de ocorrências a pesquisar a uma posição particular, a de início absoluto, local em que a expressão adquire um claro valor conectivo e em que não pode assumir uma função sintática.⁵ Centrando-nos, portanto, apenas na função de marcador da expressão em análise, encetámos a triagem dos valores apresentados pelos dicionários e pelos estudos disponíveis. Consultámos dois dicionários de referência do português, impressos, e dois dicionários de português disponibilizados em linha.

Como se constata nos dicionários analisados (vd. tabela 1), o marcador apresenta-se, somente, como um item de reforço ou de confirmação, eventualmente acrescido de um valor epistémico de certeza que está, aliás, presente no núcleo (lexical) da expressão, o nome ‘verdade’.

5. É possível que a expressão ‘na verdade’ assumira uma função sintática específica nesta posição, mas apenas em estruturas de marcação de tópico. Veja-se o exemplo: Na verdade eu sempre acreditei; na mentira é que não.

	na verdade – sinónimos			
Dicionário Houaiss	certamente	seguramente	de certo	
Dicionário da Academia	efetivamente	realmente		
Priberam - dicionário em linha	com efeito	de facto	efetivamente	na realidade
Infopédia - dicionário em linha	efetivamente	realmente		

Tabela 1

No plano da investigação, não há, em português europeu, tanto quanto é do nosso conhecimento, nenhuma análise que incida única e especificamente sobre este marcador, embora, em alguns estudos, ele seja mencionado, sobretudo com intuítos taxinómicos (Peres, 1997; Morais, 2006; Marques, 2011; Lopes, 2016).

O trabalho de Peres (1997) apresenta o marcador ‘na verdade’ como um operador de conexão confirmativa⁶; a tese de doutoramento de Morais (2006) menciona o MD como sinalizando um valor de confirmação ou reforço; Marques (2011), num breve comentário a propósito da

6. Englobável no grupo das “conexões aproximáveis da conjunção lógica que admitem a conjunção copulativa prototípica e (...)” (Mateus *et al.*, 2003: 95).

presença do marcador num texto de natureza argumentativa, chama-lhe marcador de reforço, embora mencione já, ainda que sem o aprofundar, um outro sentido até à data não investigado: o contrastivo. Por último, saliente-se o capítulo de Lopes (2016: 445), o qual apresenta 'na verdade' como MD elaborativo (que especifica, através de uma expansão mais detalhada da informação, o conteúdo do enunciado anterior).

Na impossibilidade de partirmos de análises mais robustas realizadas sobre o MD em português, tomaremos como valores de referência não apenas os propostos pelos textos lexicográficos, mas também os valores identificados na própria análise ao *corpus* Europarl, pretendendo traçar algumas das suas funções na atual sincronia do português europeu.

A presença do MD 'na verdade', num texto, sinaliza que o enunciado seguinte constitui uma informação adicional que reforça e/ou especifica o que se disse no enunciado anterior; esta é a função mais óbvia, também reconhecida pelos investigadores, e a que se encontra mais frequentemente em textos de natureza argumentativa. Todavia, o exemplo analisado por Marques, cujo excerto relevante aqui retomamos, levanta-nos uma interrogação pertinente: poderá, de facto, o marcador 'na verdade' sinalizar uma relação de natureza contrastiva?

(3)

“(...) normalmente, designa-se por especulação algo com que não se concorda, pelo que se poderia pensar que a especulação não tem qualquer papel a desempenhar em ciência.

Na **verdade**, dá-se exatamente o contrário.” (2011: 294)

Em nenhum dos restantes textos analisados encontramos prevista esta aceção. Porém, uma consulta ao *corpus* Europarl devolveu-nos um exemplo que pode, com efeito, ilustrar esse valor, parafraseável por 'em contrapartida', 'ao invés' ou 'pelo contrário' e até por 'já' quando este tem a função de marcador contrastivo:

(4)

Falámos sobre o Paquistão e sobre a Bielorrússia e aí há razões fundadas para pensar que a União Europeia tem não só autoridade moral, como também alavancagem, poder sobre as autoridades externas para tentar que elas ao menos vão no caminho certo.

Na verdade, quando falamos acerca da China, nós sabemos que essa alavancagem se diminui porque muito daquilo que nós dizemos nesta Casa é contrariado por aquilo que os governos europeus fazem nas nossas capitais (...).

Europarl [<SPEAKER ID="308" NAME="Rui Tavares"> autor. – 11-03-10-014-003]

No exemplo (4), compara-se e contrasta-se o papel da UE no processo de democratização de três países; o locutor explicita a clara distinção entre a influência da UE sobre o Paquistão e a Bielorrússia, face à sua posição enfraquecida perante a China. Talvez não seja (ainda) um uso frequente, dada a escassez de ocorrências, mas existe.

Neste âmbito, e por outro lado, é de realçar ainda a presença de uma outra função do MD, que não é mencionada em nenhum dos estudos analisados, mas que parece ser bastante mais frequente: a de sinalizador de reformulação, neste caso, de carácter retificativo e, até, corretivo. Atente-se nos seguintes enunciados:

(5)

Cerca de quatrocentas pessoas ocorreram [sic] ao pavilhão desportivo para ouvir Papa Wemba; **na verdade**, juntaram-se para o ver e serem vistos [sic].

CETEMPúblico [par=ext471408-clt-92a-2]

(6)

A este respeito deve-se sublinhar que a EUROPOL não tem poderes de investigação nem desenvolve uma actividade de natureza operacional. **Na verdade**, a EUROPOL tem por missão analisar os dados fornecidos pelos Estados-Membros ou por entidades terceiras, e não pode recolher esses dados de forma directa.

Europarl [<SPEAKER ID=11 NAME="Gomes"> 00-03-30]

7. Os dois marcadores, ‘sim’ e ‘antes’ apresentam fortes restrições sintáticas, uma vez que só podem figurar em posição pós-verbal e implicam, por vezes, a reordenação de outros constituintes.

A possibilidade de, nestes contextos, podermos substituir o MD por um marcador de natureza retificativa, como ‘ou melhor’ ou ‘ou antes’, em (5), e até por um marcador de carácter corretivo como ‘(mas) sim’ ou ‘antes’⁷ em (6), comprova que estamos perante uma outra função do marcador.

Tendo em consideração estes dados, podemos concluir que o marcador ‘na verdade’ é claramente polifuncional e, dependendo do seu contexto de ocorrência, pode assumir diferentes valores:

- (1) sinalizador de reforço (que pode envolver especificação de informação anteriormente avançada);
- (2) sinalizador de contraste;
- (3) sinalizador de reformulação/correção.

Como podemos explicar este leque de valores? Por um lado, o MD pode sinalizar continuidade argumentativa quando usado em contextos de confirmação ou reforço, marcando a convergência com a argumentação que está a ser expandida; por outro, pode sinalizar descontinuidade quando usado em contextos contrastivos, e em contextos retificativos ou corretivos, assinalando que o novo argumento exclui o anterior. A um primeiro olhar, portanto, e até talvez paradoxalmente, o MD ‘na verdade’ pode assinalar continuidade ou descontinuidade. Argumentamos que estes valores, à partida opostos, a operar, nas palavras de Ranger (2018: 137), “on an all-or nothing opposition”, se explicam pelo facto de algumas expressões “recruited for discourse marking appear to have split to the point of having almost opposite meanings” (Lewis, 2006: 16). Por outro lado, e seguindo agora a proposta de Ranger (2018), é interessante notar que, em cada um destes polos, é possível captar um *continuum*, que vai da mera confirmação à especificação da informação (no caso de o marcador assinalar continuidade) e do contraste entre situações do mundo (valor contrastivo) ao contraste entre formulações (auto e heterocorreção, no caso da descontinuidade).

3. PROPOSTAS DE TRADUÇÃO DE ‘NA VERDADE’ NOS DICIONÁRIOS BILINGUES

Analisemos agora as traduções propostas pelos dicionários bilingues, na direção português-alemão, para o item em análise.

O dicionário impresso *Langenscheidt* propõe *wahrhaftig* como equivalente. Já o dicionário online *Leo* apresenta duas expressões completamente diferentes, *eigentlich* e *in Wirklichkeit*. O dicionário *Pons* (versão *online*) sugere como equivalentes as expressões *tatsächlich* e *in Wahrheit*.

No tocante aos dicionários portugueses, a versão bilingue da *Infopédia* mostra como possíveis equivalentes alemães de ‘na verdade’, as expressões *tatsächlich*, *in Wahrheit* (estes dois coincidentes com o proposto no dicionário *Pons*) e ainda a expressão *wahrhaftig* (tal como o dicionário impresso *Langenscheidt*).

Um breve cotejo entre todos estes putativos equivalentes da expressão ‘na verdade’ revela, por um lado, a inexistência de expressões em comum nos três dicionários alemães consultados e, por outro, a proposta de cinco equivalentes lexicográficos para traduzir a partícula (vd. tabela 2).

	eigentlich	tatsächlich	in Wahrheit	in Wirklichkeit	wahrhaftig
Langenscheidt					√
Leo	√			√	
Pons		√	√		
Infopédia		√	√		√

Tabela 2

Consideremos agora os valores de cada uma destas expressões, para analisar, depois, em que medida podem ou não ser equivalentes do MD ‘na verdade’.

A expressão *eigentlich* pode ser traduzida para português por ‘no fundo’, ‘em rigor’, ‘afinal’ ‘vistas bem as coisas’ e sinaliza a iminência de uma especificação. Esta pode concretizar-se assumindo diferentes valores: (i) indicar a confirmação, reforço ou pormenorização de uma informação anterior e (ii) assinalar a iminência de uma objeção (nem sempre formulada de forma explícita ou convicta), dando a ideia de que há outras formas de ver a realidade. É neste último sentido que *eigentlich* pode introduzir também uma retificação ou um contraste. Nesta aceção, a expressão contém sempre um ingrediente comparativo que permite estabelecer uma oposição ou uma contradição, implícita, entre aquilo que é e aquilo que poderia/deveria ser. *Eigentlich* pode veicular, desta forma, uma leitura de habitualidade e a rutura com essa habitualidade, que pode estar explícita ou não.

De forma similar à expressão portuguesa, a expressão alemã veicula os dois sentidos (continuidade e descontinuidade), embora seja pertinente assinalar que cada contexto exige uma avaliação singular que pode não confirmar esta equivalência.

Já a expressão *tatsächlich*, traduzida em português por ‘de facto’ ‘efetivamente’ ‘com efeito’, mais relacionada com a palavra ‘facto’ (*Tatsache, Fakt*), seria mais adequada para traduzir o valor reforçativo/confirmativo do MD ‘na verdade’, uma vez que é usada quando os oradores estão certos das suas afirmações e quando a situação veiculada é empiricamente verificável; por esta razão, quando o conteúdo sobre o qual o MD incide é meramente subjetivo, só *in der Tat* poderia ocorrer, mas não *tatsächlich*. Num sentido completamente diferente, todavia, também é possível encontrar exemplos em que *tatsächlich* introduz um segmento retificativo, embora tal aceção não esteja prevista nos dicionários⁸; nestes casos, a retificação contrapõe ao mundo virtual do enunciado anterior um mundo real. Uma terceira aceção é a de surpresa (equivalente à expressão portuguesa ‘mesmo’).

8. Nestes casos, a expressão *tatsächlich* é acompanhada por *aber* (mas) ou *jedoch* (porém).

Também neste caso, a expressão *tatsächlich* parece poder ser usada em ambos os contextos (continuidade e descontinuidade).

As expressões *wahrhaftig* (verdadeiramente; de facto; com efeito; realmente; mesmo) e *in Wahrheit* (em verdade; na realidade), apesar de partilharem a mesma etimologia (o nome ‘verdade’), têm valores divergentes. A expressão *wahrhaftig* é mais reforçativa e contém um elemento de surpresa, o que a aproxima de um dos usos de *tatsächlich*. O MD *in Wahrheit*, por seu turno, é usado sobretudo em contextos de retificação, o que o aproxima do marcador *in Wirklichkeit* (em tradução literal ‘na realidade’), que também tem valor retificativo-corretivo.

A tabela 3 mostra a distribuição das diferentes aceções das expressões alemãs.

eigentlich	tatsächlich	in Wahrheit	in Wirklichkeit	wahrhaftig
Continuidade	Continuidade			Continuidade
Descontinuidade	Descontinuidade	Descontinuidade	Descontinuidade	

Tabela 3

4. METODOLOGIA

O estudo contrastivo realizado tem como base um conjunto de ocorrências do marcador ‘na verdade’ extraído do *corpus* Europarl (Koehn, 2005). Este *corpus*, multilingue, reúne os debates políticos ocorridos entre os parlamentares presentes no Parlamento Europeu e as respetivas traduções paralelas nas vinte e uma línguas de trabalho e permite fazer alinhar o discurso original e o discurso traduzido, possibilitando uma rápida perceção das traduções do MD e dos seus contextos de ocorrência. O rastreio dos debates permitiu a seleção dos discursos originalmente produzidos em português como língua de partida (PT), condição para a obtenção de dados autênticos, e as respetivas traduções/interpretações em alemão (DE como língua de

chegada). Os intervalos temporais escrutinados dizem respeito ao primeiro semestre de 2000 e ao segundo semestre de 2007, períodos das presidências portuguesas, momentos em que haveria, com certeza, mais parlamentares portugueses a intervir nas discussões, e foram analisados ainda os últimos cinco anos do *corpus*, isto é, o período de 2007-2011, por se tratar dos dados tratados mais recentes.

Embora estejamos perante um género discursivo muito específico, que se concretiza, sobretudo, em textos de tipo argumentativo, o que poderia dar azo ao aparecimento de determinadas funções do MD e não de outras, e apesar de se tratar de interpretação simultânea, trabalho que não dá ao intérprete/tradutor tempo suficiente para ponderar a justeza de diferentes opções tradutivas, a investigação de dados autênticos resultantes do trabalho de profissionais constitui razão justificativa da escolha deste contexto. Por outro lado, são vários os investigadores a assinalar a pertinência da perspetiva contrastiva na análise dos MD, uma vez que ela permite evidenciar diferentes funções do marcador que podem escapar a uma análise monolinguística (Noël, 2003; Aijmer, Foolen e Simon-Vandenberg, 2006). Com efeito, e de acordo com Furkó (2014: 182), “finding translation correspondences is in many ways a more reliable method of describing individual DMs than providing paraphrases and glosses, or establishing co-occurrence patterns, exemplified by the majority of monolingual research.”

Neste sentido, e tendo em conta as restrições distribucionais do marcador assinaladas na secção 1., identificaram-se 78 ocorrências, o que, embora sendo um número relativamente pequeno, garantia, à partida, que todos os usos do MD acima elencados pudessem estar presentes.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Se considerarmos o período rastreado, um primeiro dado relevante diz respeito ao escasso número de ocorrências do MD nos discursos analisados; com efeito, e dado tratar-se de um discurso argumentativo e tendencialmente pré-planeado, esperar-se-ia uma maior presença do marcador, mas a sua frequência não é assim tão expressiva nos seis anos em estudo. É pertinente assinalar, aliás, que ele é mais frequente num género particular do discurso parlamentar, a declaração de voto (apresentada por escrito), a qual surge com mais abundância precisamente no último ano do *corpus* (2011), com 51 ocorrências, a que acresce um número residual de outras declarações por escrito (5). Estes dados parecem sugerir que o MD é mais frequente no texto escrito. Tratar-se-á, de facto, de um MD pouco utilizado na oralidade, ainda que formal? Haverá marcadores – concorrenciais – mais utilizados pelos deputados? Estas são perguntas para as quais não temos, de momento, resposta.

Um segundo dado importante diz respeito à presença do MD como sinalizador de continuidade, na larga maioria das ocorrências do *corpus*; de facto, há 91 % de ocorrências do MD com este valor, face à escassa presença dos valores contrastivo e retificativo/corretivo.

Ilustremos cada um destes valores:

(7)

PT – continuidade	DE
A terceira questão que gostaria de levantar tem a ver com o acordo de pescas entre a União Europeia e Marrocos. Na verdade , preocupa-me um início tão tardio de negociações por parte da Comissão, assim como a lentidão que estamos a presenciar na condução do processo por parte do Conselho.	Die dritte Frage, die ich gern stellen würde, bezieht sich auf das Fischereiabkommen zwischen der Europäischen Union und Marokko. Tatsächlich beunruhigt mich, daß die Kommission so spät mit den Verhandlungen begonnen hat, und zu sehen, wie schleppend der Rat das Verfahren führt.

(8)

PT – descontinuidade	DE
Neste caso, e porque estamos perante uma proposta de "defesa dos interesses dos consumidores" sem originalidade, volta-se a argumentar que a livre concorrência é o alfa e o ómega da defesa dos interesses dos consumidores, fazendo-se, uma vez mais e sempre, uma profissão de fé nas virtudes do mercado livre. Na verdade , é mais nos direitos (e interesses) das empresas que se pensa do que propriamente nos direitos dos consumidores.	In diesem Fall und aufgrund der Tatsache, dass dies kein origineller Vorschlag zum "Schutz der Verbraucher" ist, wird auf das Argument zurückgegriffen, dass der freie Handel das A und O der Verbraucherinteressen darstelle, wodurch wieder einmal ein Glaubensbekenntnis für die Tugenden der freien Marktwirtschaft abgegeben wird. In Wahrheit dient der Vorschlag mehr den Rechten und Interessen der Unternehmen, als denen der Verbraucher.

Em (7), o MD prefacia um segmento que especifica a interrogação anterior, ao elencar as dúvidas e as preocupações do deputado no respeitante ao acordo de pescas. Já em (8), o marcador introduz um argumento que contrasta com o anterior; neste caso, o falante apresenta a situação/opinião prefaciada por 'na verdade' como sendo a mais pertinente, isto é, como a verdade, corrigindo a opinião anterior.

Se avaliarmos agora o *corpus* traduzido, verificamos que as soluções adotadas pelos tradutores/intérpretes são muitas e, além disso, bastante díspares em termos semânticos. A tabela 4 dá conta dessa variabilidade de estratégias:

Traduções / número de ocorrências					
tatsächlich	22	In Wirklichkeit	2	ich finde, dass	1
in der Tat	16	die Wahrheit ist (doch), dass	2	indessen	1
Ø	9	eigentlich	2	natürlich	1
in Wahrheit	5	allerdings	1	nämlich	1
vielmehr	4	es ist eine Tatsache dass	1	sogar	1
wirklich	4	Fakt ist, dass	1	Tatsache ist	1
im Grunde	2	fürwahr	1		

Como se constata, o equivalente alemão mais utilizado pelos tradutores/intérpretes é a expressão *tatsächlich*, com 22 ocorrências, o que, aparentemente, converge com o valor de continuidade (reforçativo/confirmativo) dominante no *corpus*, uma vez que o MD alemão pode ter esse valor. No entanto, se tivermos em conta que, na língua alemã, este marcador não surge, prototipicamente, em início absoluto, e que nas traduções analisadas é essa a sua posição, correspondendo, desta forma, à posição sintática que o MD ocupa na língua de partida, podemos questionar se esta solução é, ou não, natural.

Entretanto, se somarmos o número de ocorrências das duas expressões mais utilizadas na tradução, *tatsächlich* e *in der Tat*, obteremos praticamente metade das traduções, embora *in der Tat* não conste de nenhum dos dicionários consultados; estas duas formas, cuja etimologia é a mesma – e é comum ainda às expressões *es ist eine Tatsache dass* e *Tatsache ist* – orientam a interpretação para o domínio da ação, da factualidade, no fundo, para o domínio do tangível. Esta opção – em detrimento de outras que também abrangem o leque de valores de ‘na verdade’, como seria o caso de *eigentlich* – sugere, portanto, uma leitura de maior objetividade e a apresentação de uma situação empiricamente verificável, implicando um maior comprometimento do falante relativamente à verdade das suas afirmações, o que é compatível com o contexto argumentativo do discurso parlamentar.

Centremo-nos agora na omissão, que constitui a terceira estratégia mais frequente. Este dado vem confirmar todos os estudos que apresentam esta estratégia tradutiva como uma

opção bastante utilizada pelos tradutores (Bazzanella *et al.*, 2007: 11; Aijmer, 2008: 95; Furkó, 2014: 182). Saliente-se que a omissão *tout court*, sem recurso a estratégias alternativas que permitam traduzir os valores ativados pelo marcador, é uma opção discutível sob dois pontos de vista: em primeiro lugar, é uma estratégia anómala, se considerarmos as diretivas reguladoras da interpretação simultânea, as quais preveem uma reprodução correta, completa e precisa do dito (Setton & Dawrant, 2016a; 2016b); por outro lado, o apagamento do MD, que aqui ocorre apenas em contexto de continuidade (como se esperaria, aliás), terá, obviamente, implicações no domínio da própria argumentação e das relações de sentido estabelecidas entre os enunciados na língua de partida e na de chegada: a relação de confirmação ou de especificação da informação estabelecida entre dois enunciados consecutivos passará a ser sentida como a mera adjunção de dois argumentos, o que acontece precisamente no exemplo seguinte:

(9)

PT – continuidade	DE
<p>Votei contra esta resolução por me parecer inadmissível, face aos seus considerandos D (terceiro ponto) e F, que a UE defenda que os seus Estados-Membros se disponham a acolher prisioneiros libertados de Guantánamo no seguimento de uma sugestão infeliz e demagógica do Ministro dos Negócios Estrangeiros português.</p> <p><P></p> <p>Na verdade, em caso algum é de aceitar que os Estados-Membros da UE acolham detidos que sejam considerados "potenciais ameaças" (considerando D), nem de esquecer o precedente dos 61 ex-reclusos que, após a libertação, se envolveram em actividades terroristas (considerando F).</p>	<p>Ich habe gegen diesen gemeinsamen Entschließungsantrag gestimmt. Angesichts der Präambeln D (dritter Punkt) und F halte ich es für nicht akzeptabel, dass die EU ihre Mitgliedstaaten als Reaktion auf einen schlechten, demagogischen Vorschlag des portugiesischen Außenministers auffordert, sich auf die Aufnahme von Gefangenen vorzubereiten, die aus Guantánamo entlassen werden.</p> <p><P></p> <p>Wir sollten Ö unter keinen Umständen zustimmen, dass EU-Mitgliedstaaten Häftlinge aufnehmen, von denen man ausgeht, dass sie eine "potenzielle Bedrohung" darstellen (Präambel D); und wir sollten auch nicht den Präzedenzfall der 61 ehemaligen Insassen vergessen, die seit ihrer Entlassung terroristische Aktivitäten verfolgen (Präambel F).</p>

Se atentarmos de novo na tabela 4, constata-se que, da totalidade de opções, 40% das escolhas dos tradutores se encontram previstas nos dicionários [*tatsächlich* (22); *in Wahrheit* (5); *in Wirklichkeit* (2); *eigentlich* (2)], embora a expressão *wahrhaftig*, prevista em dois dos dicionários, nem sequer apresente uma única ocorrência. No entanto, se adicionarmos a estes dados todas as expressões que apresentam uma só ocorrência (e que não constam do dicionário), a percentagem de equivalentes não dicionarizados sobe exponencialmente, mais exatamente para metade. Poderíamos, pois, concluir que os tradutores não se limitaram às propostas lexicográficas e que, em função dos diferentes contextos de ocorrência, optaram por uma grande variedade de expressões, as quais, em termos semânticos, também são pertinentes. Em relação a estas ocorrências singulares atestadas no corpus impõe-se um comentário. No geral, trata-se de equivalentes que cumprem a sua função, embora veiculem um significado menos amplo, contribuindo para um certo estreitamento semântico, que explicita, sem qualquer ambiguidade, a relação de coerência subjacente. Os casos de *allerdings* (no entanto), *nämlich* (é que) e *natürlich* (naturalmente, evidentemente) são prova desta escolha.

(10)

PT	DE
<p>Falámos sobre o Paquistão e sobre a Bielorrússia e aí há razões fundadas para pensar que a União Europeia tem não só autoridade moral, como também alavancagem, poder sobre as autoridades externas para tentar que elas ao menos vão no caminho certo.</p> <p>Na verdade, quando falamos acerca da China, nós sabemos que essa alavancagem se diminui porque muito daquilo que nós dizemos nesta Casa é contrariado por aquilo que os governos europeus fazem nas nossas capitais (...).</p>	<p>Wir haben über Pakistan und Belarus gesprochen, und wir haben Grund, anzunehmen, dass die Europäische Union hier nicht nur moralische Autorität, sondern auch ein Druckmittel oder Macht über die betreffenden Regierungen hat und so wenigstens versuchen kann, dafür zu sorgen, das sich diese auf den richtigen Weg begeben.</p> <p>Wenn wir allerdings über China sprechen, wissen wir, dass dieses Druckmittel geschwächt ist, da vieles, was wir in diesem Parlament sagen, dem widerspricht, was die europäischen Regierungen in ihren Hauptstädten tun.</p>

PT	DE
<p>Sendo intenção da relatora e do seu grupo político destacá-lo dos restantes cinco, a verdade é que ele é bem revelador das contradições que se vivem nesta União Europeia.</p> <p>Na verdade, não basta identificar desequilíbrios macroeconómicos nos Estados-Membros se não houver políticas comunitárias alternativas às actuais, fundadas na solidariedade e na coesão económica e social, para colmatar esses desequilíbrios.</p>	<p>Die Absicht der Berichterstatterin und ihrer Fraktion war es, diesen Bericht von den anderen fünf abzuheben; Tatsache ist aber, dass er deutlich die Widersprüche aufzeigt, die in dieser Europäischen Union bestehen. Es reicht nämlich nicht aus, die makroökonomischen Ungleichgewichte in den Mitgliedstaaten zu identifizieren, wenn es keine alternative EU-Politik zu der bestehenden gibt, eine Politik, die auf Solidarität und wirtschaftlichem und sozialem Zusammenhalt basieren muss, um die Ungleichgewichte zu beheben.</p>
<p>A recente crise económica e financeira veio chamar-nos à razão e mostrar as consequências de um consumismo desregrado consubstanciado em investimentos não sustentáveis.</p> <p>Na verdade, nem sempre a melhoria das infra-estruturas corresponde um grande desenvolvimento.</p>	<p>Die gegenwärtige Wirtschafts- und Finanzkrise hat uns zur Besinnung gebracht und uns mit den Folgen des hemmungslosen Konsums und der nicht vertretbaren Investitionen konfrontiert. Natürlich geht die Verbesserung der Infrastruktur nicht immer Hand in Hand mit der wichtigsten Entwicklung.</p>

Atentemos, agora, nos casos de tradução desviante ou até anómala. Se, na maioria das ocorrências, e descartados os exemplos de omissão, os equivalentes escolhidos transmitiram adequadamente o valor de ‘na verdade’ na língua de partida, nem sempre as opções foram acertadas.

Parecem-nos de ressaltar os casos em que ‘na verdade’ sinaliza um valor de descontinuidade, seja ele de contraste face ao enunciado anterior, seja de óbvia reformulação, e em que, claramente, o equivalente *tatsächlich* não constitui a tradução adequada. Analisemos o exemplo seguinte:

(11)

PT – descontinuidade	DE
Os critérios de convergência têm criado a tentação de reduzir a despesa pública, fenómeno que induz um sentimento anti-europeu. <u>Na verdade</u> , constata-se que elevados níveis de protecção coexistem bem com os melhores indicadores de produtividade. No entanto, também nas políticas sociais uma estratégia de convergência, para a qual aponta o relatório, traz benefícios para o cidadão e para o êxito do mercado interno.	Durch die Konvergenzkriterien entstand die Versuchung, öffentliche Ausgaben zu kürzen, eine Erscheinung, die ein antieuropäisches Gefühl auslöst. <u>Tatsächlich</u> ist festzustellen, daß ein hohes Schutzniveau und die besten Produktivitätsindizes sehr gut nebeneinander bestehen können. Indes ist auch im sozialpolitischen Bereich eine Strategie der Konvergenz, auf die der Bericht abstellt, von Vorteil für den Bürger und für den Erfolg des Binnenmarktes.

Para além do facto de a expressão não dever ocorrer em início absoluto, há ainda o problema de *tatsächlich* ser preferencialmente usada em contextos de reforço e confirmação, sendo que, quando é usada para sinalizar um segmento retificativo, opõe um mundo virtual ao real; ora, não é este o caso que está consubstanciado no exemplo em português, uma vez que o segundo enunciado introduz não uma confirmação do que se disse antes, mas uma (suposta) verdade que contraria essa informação anterior. A formulação alemã, todavia, gera alguma incerteza, pois a posição do MD e a ausência de *aber* podem originar, numa primeira fase, uma leitura de confirmação, que só é contrariada no final do segmento. Casos similares a este ocorrem mais

vezes no *corpus*, por exemplo em contextos em que seria de esperar a ocorrência de *eigentlich*; este seria o marcador a usar, pois pode sinalizar, claramente, os dois valores (continuidade e descontinuidade). Independentemente da função do MD em português, a grande frequência de *tatsächlich* parece, pois, sugerir o recurso a uma solução-padrão, qualquer que seja o contexto.

Consideremos agora o caso de *fürwahr*, que surge no exemplo seguinte:

(12)

PT – descontinuidade	DE
Os critérios de convergência têm criado a tentação de reduzir a despesa pública, fenómeno que induz um sentimento anti-europeu. <u>Na verdade</u> , constata-se que elevados níveis de protecção coexistem bem com os melhores indicadores de produtividade. No entanto, também nas políticas sociais uma estratégia de convergência, para a qual aponta o relatório, traz benefícios para o cidadão e para o êxito do mercado interno.	Durch die Konvergenzkriterien entstand die Versuchung, öffentliche Ausgaben zu kürzen, eine Erscheinung, die ein antieuropäisches Gefühl auslöst. <u>Tatsächlich</u> ist festzustellen, daß ein hohes Schutzniveau und die besten Produktivitätsindizes sehr gut nebeneinander bestehen können. Indes ist auch im sozialpolitischen Bereich eine Strategie der Konvergenz, auf die der Bericht abstellt, von Vorteil für den Bürger und für den Erfolg des Binnenmarktes.

A expressão *fürwahr* é considerada arcaica e literária, razão por que, embora tendo valor reforçativo e, neste sentido, sendo convergente com o valor da expressão na língua de partida, que sinaliza continuidade e, até, especificação, parece ser completamente inadequada do ponto de vista do registo escolhido.

Um caso mais grave é gerado pela utilização de *vielmehr* como equivalente de ‘na verdade’. A expressão alemã tem um valor muito específico, e é usada “in many German texts to introduce a positive statement following a negative” (Hervey, Loughridge & Higgins, 2006: 99), ou seja, equivalendo à expressão portuguesa ‘mas antes’, que prefacia uma correção. Esta valência ser-lhe-ia útil para traduzir o valor retificativo-corretivo de ‘na verdade’; todavia, o que encontramos no *corpus* é o uso de *vielmehr* como possível tradução do valor de continuidade (no caso, reforçativo) de ‘na verdade’ e esta opção é completamente errónea, ao deturpar o sentido original e ao gerar um texto incoerente. Observe-se o exemplo correspondente:

(13)

PT – continuidade	DE
Assim, saúda-se a proposta de resolução sobre o futuro do Fundo Social hoje em debate, pois este fundo desempenha um papel crucial para atingir os objectivos da Estratégia 2020. <u>Na verdade</u> , este Fundo é o principal instrumento financeiro que permite à União Europeia concretizar os objectivos estratégicos da sua política de emprego, melhorando os níveis de educação e de qualificação dos seus cidadãos.	Daher begrüße ich den Entschließungsantrag über die Zukunft des Europäischen Sozialfonds (ESF), über den wir heute debattieren, da dieser Fonds beim Erreichen der Ziele von Europa 2020 eine entscheidende Rolle spielt. Dieser Fonds ist <u>vielmehr</u> das wichtigste Finanzinstrument, das es der EU ermöglicht, die strategischen Ziele ihrer Beschäftigungspolitik durch die Verbesserung der Aus- und Weiterbildungsniveaus der Menschen in Europa zu erreichen.

Analisemos ainda um outro exemplo:

(14)

PT – continuidade	DE
Em primeiro lugar, queria felicitar o Comité de Conciliação pelo trabalho realizado e pelo consenso alcançado. Na verdade , de três direitos inicialmente apontados pelo Conselho, foi possível chegar a doze, entre os quais destaco as regras sobre responsabilização, indemnização, assistência, transportes alternativos e uma atenção especial aos passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida.	Zuerst möchte ich dem Vermittlungsausschuss zu der geleisteten Arbeit und der erzielten Einigung gratulieren. Von den drei ursprünglich vom Rat unterbreiteten Rechten war es sogar möglich zu 12 zu gelangen, von denen ich die folgenden hervorheben möchte: Bestimmungen betreffend Haftung, Entschädigung, Hilfeleistung, alternative Beförderung sowie besondere Berücksichtigung der Fahrgäste mit Behinderungen oder mit eingeschränkter Mobilität.

Neste caso, a expressão *sogar* (traduzida, em português, por ‘até’ e ‘mesmo’) foi a escolhida para traduzir o MD ‘na verdade’. Parece-nos haver, também aqui, um desvio, pois a versão alemã carrega um conteúdo pressuposicional que está ausente do marcador português. O item ‘*sogar*’ é uma partícula focalizadora que chama a atenção para o número – 12, neste caso – que constitui a informação nova, mas também contém um elemento escalar (Altmann, 1976), segundo o qual se hierarquiza o domínio de aplicação, pois coloca o número 12 num lugar cimeiro, transmitindo a informação de que este valor transcende as expectativas (Nederstigt, 2003: 4). O texto alemão deixa assim entrever o quão difícil foi o caminho percorrido para atingir as 12 medidas, enquanto o texto português apenas constata o que se passou, procurando especificar a razão para as felicitações. A expressão portuguesa não contém este leque de valores, sendo, sob este ponto de vista, bastante mais neutra que a tradução alemã.

6. CONCLUSÕES

A análise efetuada nos dois *corpora* permitiu concluir que a expressão ‘na verdade’ ocorre já, frequentemente, como marcador discursivo. Como marcador, e na atual sincronia do português europeu, ‘na verdade’ é claramente polifuncional. O marcador pode ser usado em contextos em que há um alinhamento com o que vem sendo dito anteriormente (contextos de continuidade argumentativa) e, nesses casos, pode sinalizar a mera confirmação ou reforço da informação anterior ou introduzir um segmento que pormenoriza ou expande essa informação. Este constitui o valor clássico do marcador, amplamente difundido pelos dicionários e, como verificámos, o mais usual nos *corpora* rastreados. O marcador pode, contudo, ser usado com uma função bastante diferente, e ainda escassamente analisada, surgindo em contextos em que há uma clara descontinuidade argumentativa. Nestes casos, ele pode introduzir um contraste ou prefaciar uma reformulação (autocorreção ou heterocorreção). Este valor é mais residual no *corpus* Europarl, mas tal pode dever-se ao género textual em estudo e não nos permite outro tipo de conclusões.

A flexibilidade do MD constitui uma inequívoca vantagem para quem o utiliza, dando mais ductilidade ao texto e possibilitando ao falante uma intervenção menos assertiva (mais mitigada), mas constitui um óbice para quem tem a tarefa de o interpretar ou traduzir.

Por seu turno, a análise lexicográfica revelou também alguns dados interessantes. Em primeiro lugar, demonstrou que os dicionários monolíngues não dão conta do grande leque de usos do marcador, pois os valores contrastivo e de reformulador estão ausentes; em segundo lugar, evidenciou as discrepâncias existentes entre os equivalentes avançados pelos diferentes dicionários bilingues; por último, comprovou a distância a que (algumas d)essas propostas se encontram das muitas e diversificadas opções dos tradutores do Parlamento Europeu. Com efeito, e no que diz respeito aos equivalentes lexicográficos, parecem existir dois potenciais candidatos com o mesmo espectro de valores de ‘na verdade’: *eigentlich* e *tatsächlich*. A primeira expressão seria o equivalente mais adequado, uma vez que pode ter, de facto, as duas

leituras (continuidade e descontinuidade) A expressão *tatsächlich*, embora possa sinalizar a descontinuidade, só o faz quando opõe o mundo real – introduzido pelo marcador – ao mundo virtual apresentado no enunciado anterior e pode ainda veicular a ideia de surpresa, o que está ausente dos valores cobertos pela expressão 'na verdade', pelo que nem sempre é o equivalente adequado. Porém, e observando os dados analisados no *corpus* Europarl, atestam-se apenas duas ocorrências de *eigentlich*, o que não deixa de gerar alguma perplexidade, tendo em conta as virtualidades desta expressão.

Por outro lado, *tatsächlich* poderia constituir um equivalente adequado para os contextos de continuidade argumentativa. Todavia, esta escolha torna-se problemática, na medida em que a sua posição sintática habitual não é a de início de enunciado – e é nessa posição que ele usualmente surge nas traduções analisadas. Se considerarmos ainda a sua presença em contextos de descontinuidade, compreende-se que se trata de uma solução-padrão, embora muito discutível.

Se contabilizarmos ainda as expressões inadequadas, as escolhas erróneas e as omissões, conclui-se que muita da informação original veiculada no Parlamento Europeu sofre um empobrecimento de conteúdo ou se perde completamente nas traduções.

REFERÊNCIAS

Aijmer, K. (2008). Translating discourse particles: a case of complex translation. In G. Anderman e M. Rogers (Eds.), *Incorporating corpora: The Linguist and the Translator*. Clevedon/Tonawanda/Ontario: Multilingual Matters.

Aijmer, K., Foolen, A., & Simon-Vandenberg, A.-M. (2006). Pragmatic markers in translation: A methodological proposal. In K. Fischer (Ed.), *Approaches to discourse particles*. Amsterdam: Elsevier, pp. 101–114.

Altmann, H. (1976). *Die Gradpartikeln im Deutschen: Untersuchungen zu ihrer Syntax, Semantik und Pragmatik*. Tübingen: Niemeyer (Linguistische Arbeiten. 33).

Ament, J. & Barón J. (2018). The acquisition of discourse markers in the English-medium instruction context. In C. Pérez Vidal, S. López-Serrano, J. Ament & D. J. Thomas-Wilhelm (Eds.), *Learning context effects: Study abroad, formal instruction and international immersion classrooms*. Berlin: Language Science Press, pp. 43–74.

Bazzanella, C. & Morra, L. (2000). Discourse markers and the indeterminacy of translation. In: I. Korzen and C. Marello (Eds.), *Argomenti per una linguistica della traduzione, On Linguistic Aspects of Translation, Notes pour une linguistique de la traduction*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, pp. 149-157.

Bazzanella, C. et alii (2007). Italian «allora», French «alors»: functions, convergences, and divergences. *Catalan Journal of Linguistics*, 6, pp. 9-30.

Buysse, L., (2017). English so and Dutch dus in a Parallel Corpus: An Investigation into Their Mutual Translatability. In: K. Aijmer & D. Lewis (Eds.), *Contrastive Analysis of Discourse-pragmatic Aspects of Linguistic Genres*. Cham: Springer, pp. 33-61.

Bybee, J. (2010). *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Chaume, F. (2004). Discourse Markers in Audiovisual Translating. *Meta: journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal*, vol. 49, n° 4, pp. 843-855.

Degand, L. (2009). On describing polysemous discourse markers: What does translation add to the picture? In S. Slembrouck, M. Taverniers, & M. Van Herreweghe (Eds.), *From will to well. Studies in linguistics offered to Anne-Marie Simon-Vandenberg*. Gent: Academia Press, pp. 173–183.

Fleischman, Suzanne and Yaguello, Marina (2004). Discourse markers across languages? Evidence from English and French. In: C. L. Moder and A. Martinovic-Zic (Eds.), *Discourse Across Languages and Cultures*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 129-147.

Furkó, P. (2014). Perspectives on the Translation of Discourse Markers. A case study of the translation of reformulation markers from English into Hungarian. *Acta Universitatis Sapientiae Philologica*, 6(2), pp. 181–196.

Hansen, M.-B. M. (1998). *The Functions of Discourse Particles. A Study with Special Reference to Spoken French*. Amsterdam: John Benjamins.

Hauge, K. R. (2014). Found in translation – discourse markers out of the blue. In: S. O. Ebeling, A. Grønn, K. R. Hauge & D. Santos (Eds.), *Corpus-based Studies in Contrastive Linguistics. Oslo Studies in Language* 6(1), pp. 43–52.

Hervey, S., Loughridge, M. & Higgins, I. (2006). *Thinking German Translation*. New York: Routledge.

Koehn, P. (2005). Europarl: A parallel corpus for statistical machine translation. *Proceedings of the Tenth Machine Translation Summit, September 13-15*. Phuket, Thailand, pp. 79-85.

Lewis D. M. (2006). Discourse Markers in English: A Discourse-Pragmatic View. In: K. Fischer (Ed.), *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, pp. 45–63.

Lopes, A. C. M. (2016). Discourse Markers. In: W. Leo Wetzels, João Costa, and Sergio Menuzzi (Eds.), *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Oxford: Wiley Blackwell, pp. 441-456.

Marques, M. A. (2011). Argumentação e(m) discursos. In: Isabel O. Duarte e Olívia Figueiredo (Orgs.), *Português, língua e ensino*. Porto: Universidade do Porto Editorial, pp. 267-310.

Mateus, M. Helena M. et alii (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Morais, M. Felicidade (2006). *Marcadores da estruturação textual. Elementos para a descrição do papel dos Marcadores Discursivos no processamento cognitivo do texto*. (Tese de Doutoramento), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras.

Nederstigt, U. (2003). *Auch and noch in Child and Adult German*. Berlin: De Gruyter Mouton.

Noël, D. (2003). Translations as evidence for semantics: an illustration. *Linguistics* 41, 4, pp. 757-785.

Plag C., Loureiro, A. P. Carapinha C. (2017). Traduções alemãs do marcador *aliás* – uma análise do corpus Europarl. In: A. P. Loureiro, C. Carapinha, e C. Plag, (Coords.), (2017). *Marcadores discursivos e(m) Tradução*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 105-133.

_____. (2019). Afinal, como se traduz *afinal*? Usos e traduções do marcador em contexto de debate parlamentar. In: O. Loureda, M. Rudka & G. Parodi (Eds.), *Marcadores del discurso y lingüística contrastiva en las lenguas románicas*. Madrid: Iberoamericana/Vervuert, pp. 181-198.

CARAPINHA, CONCEIÇÃO & PLAG, CORNELIA ELISABETH; Tradução de Marcadores Discursivos portugueses para alemão: 'na verdade', o que se ganha e o que se perde? / Translation of Portuguese Discourse Markers to German: 'na verdade', what is gained and what is lost?

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 12-41

Peres, J. A. (1997). Sobre conexões proposicionais em português. In: Ana M. Brito et al. (Orgs.), *Sentido que a vida faz: Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, pp. 775-787.

Ramón, N. (2015). The English Discourse Particle 'oh' in Spanish Translations: Evidence from a Parallel Corpus. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 173, pp. 337-342.

Ranger, G. (2018). *Indeed and in fact: The Role of Subjective Positioning*. In: G. Ranger, *Discourse Markers: An Enunciative Approach*. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 135-178.

Setton, R. & Dawrant, A. (2016a). *Conference Interpreting – A Complete Course*. Amsterdam: John Benjamins.

_____ (2016b). *Conference Interpreting: A Trainer's Guide*. Amsterdam: John Benjamins.

Sousa, S., Carapinha, C. e Plag, C. (2019). From preference to correction – *antes* in Portuguese-English translations: a case study. In: C. Carapinha, C. Plag & A. P. Loureiro (Coords.), *Marcadores discursivos e(m) Tradução 2*. Coimbra: IUC, pp. 125-150.

A construção midiática da gafe: uma abordagem discursiva¹

Media construction of gaffe: a discursive approach

COSTA,
JÚLIA LOURENÇO
julialourenco@usp.br

BARONAS,
ROBERTO LEISER
baronas@uol.com.br

FAPESP - UFSCar/ Univ.Paris13

FAPESP - UFSCar

PALAVRAS-CHAVE:
sobreesseveração;
gaffe;
cenas da enunciação;
mídia.

KEY-WORDS:
asseveration;
gaffe;
enunciation scenes;
media.

RESUMO: Neste trabalho nos propomos a analisar discursivamente o funcionamento enunciativo da sobreesseveração (Maingueneau, 2010) do enunciado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa*, destacado pela mídia brasileira do pronunciamento do presidente Michel Temer no Dia Internacional da Mulher em 2017. A mídia não só efetua a sobreesseveração deste enunciado, como também o classifica enquanto gaffe (Le Bart, 2003) em seus títulos e manchetes principais. A partir das análises empreendidas é possível verificar que a polêmica (Amossy, 2017) gerada por tal posicionamento acerca do papel da mulher na sociedade brasileira é minimizada quanto esta é cenografada (Maingueneau, 2009) enquanto gaffe.

ABSTRACT: In this work we propose to discursively analyze the asseveration (Maingueneau, 2010) of the statement *I have conviction of what women do for the house*, highlighted by the Brazilian media of the pronouncement of President Michel Temer on International Women's Day in 2017. The media not only overcomes this statement, as well as classifies it as gaffe (Le Bart, 2003) in its titles and headlines. Based on the analyzes undertaken, it is possible to verify that the controversy (Amossy, 2017) generated by such positioning about the role of women in Brazilian society is minimized as it is scenographed (Maingueneau, 2009) as a gaffe.

1. Uma versão modificada deste artigo foi publicada como capítulo de livro *In* Ida Lucia Machado; Glaucia Muniz Proença Lara; Wander Emediato (Orgs.). *Análise do Discurso: situações de argumentação*. 1ed. Coimbra - Portugal: Grácio Editor, 2018, v. 01, pp. 181-197.

1. PRIMEIRAS PALAVRAS

A compreensão de que o homem se apropria da língua, “não só para veicular mensagens, mas principalmente, com o objetivo de atuar socialmente” (Koch, 2000: 21), incidindo argumentativamente sobre o outro, se torna fundamental na atualidade. Nesse sentido, o enunciado deve ser então encarado como produto de um sujeito sócio-historicamente constituído, que erige sua argumentação inoculado na ideologia, que define sua inscrição em determinada comunidade discursiva. A argumentatividade funciona, portanto, como atividade estruturante de todo discurso, na medida em que orienta os enunciados tanto internamente (coesão e coerência, por exemplo); quanto em relação à sua inscrição em determinada formação ideológica e, por conseguinte em uma formação discursiva. De acordo com Orlandi (1998: 75) “a argumentação é vista pelo analista de discurso a partir do processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas”. Dessa maneira, o sujeito se posiciona discursivamente e seus argumentos são determinados historicamente.

Consideraremos, neste texto, um exemplo de discursividade em torno da figura da mulher e dos papéis que ela desempenha socialmente. Com base na análise de um enunciado sobreasseverado pela mídia brasileira, é possível entrever tanto a posição do sujeito enunciador quanto da própria mídia no jogo da argumentação, observado enquanto negociação discursiva do sujeito em sua relação simbólica com a história.

Partindo do pressuposto de que a argumentação determina o domínio da organização do dizer e afeta sua ordem, analisaremos o enunciado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa* com base no funcionamento discursivo do conceito de sobreasseveração (Maingueneau, 2010), compreendendo que esse processo de destacamento orienta argumentativamente o discurso na mesma medida em que o inscreve em determinada posição enunciativa e ideológica.

2. A SOBRESASSEVERAÇÃO DO ENUNCIADO *TENHO CONVICÇÃO DO QUE A MULHER FAZ PELA CASA*

Na esteira de Maingueneau (2009), partindo da constatação de que nos meios de comunicação circulam uma variedade de pequenos enunciados (pequenas frases, títulos, manchetes, citações, chamadas, *hashtags*, etc.) pretendemos neste texto refletir acerca do funcionamento discursivo do enunciado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa*, que circulou no ciberespaço e ocupou lugar de destaque em variadas reportagens que abordaram, à época, o pronunciamento do Presidente Michel Temer no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2017.

Na ocasião, o presidente cometeu o que os próprios veículos midiáticos designaram como gaffe. Nosso objetivo neste texto é refletir tanto sobre a constituição linguístico-discursiva deste enunciado, partindo dos pressupostos de Maingueneau sobre as frases sem texto (Maingueneau, 2014), quanto analisar o texto do presidente Temer à luz da dimensão polêmica por ele gerada, a fim de compreendê-lo discursivamente. enquanto mobilizador do conceito de gaffe.

De acordo com Maingueneau (2010: 10) os enunciados podem ser destacados conforme duas lógicas enunciativas diferentes: a aforização e a sobreasseveração. De um lado, a aforização funciona de acordo com duas classes, conforme seu destacamento: (a) constitutivo, aqueles que por natureza não possuem um contexto situacional (provérbios e fórmulas, por exemplo) e (b) destacamento por extração de um fragmento de texto: lógica da citação.

Ainda segundo o autor, “essa extração não acontece de maneira indiferenciada sobre um texto: certos fragmentos são apresentados na enunciação como *destacáveis*” (Maingueneau, 2010: 11), o que implica afirmar que há algo na estrutura composicional do texto que faz com que determinado fragmento produza uma “sensação de a destacabilidade” (Maingueneau, 2014: 14) de maneira mais incisiva que outros.

Conforme Maingueneau (2011: 15), o que o autor chama de “‘aforização’ não deve ser confundido com ‘sobreesseveração’. De outro lado, “a sobreesseveração não é uma citação, mas uma modulação da enunciação que formata um fragmento de texto como destacável, como candidato à ‘destextualização’”. A sobreesseveração é, portanto, um realçamento que pode se realizar com a ajuda de marcadores diversos.

Dessa maneira, salientamos que a principal diferença entre a aforização e a sobreesseveração repousa no fato de que a primeira não tem necessidade de ser sustentada por um texto, uma vez que ela confere ao enunciado aforizado “um estatuto pragmático específico desprovido de contexto” (Maingueneau, 2011: 16); enquanto a segunda “põe em evidência uma sequência sobre um fundo textual (ibid).

O enunciado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa*, nosso objeto de análise, foi destacado do pronunciamento do presidente do Brasil no Dia Internacional da Mulher em 2017 e estampou as manchetes de variados jornais e revistas no ciberespaço, isto é, “no espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores” (Lévy, 2010: 94). O referido enunciado foi extraído do seguinte trecho da fala de Michel Temer:

[...] E eu vejo como é importante, ou como são importantes, essas solenidades, que não basta marcar no calendário o Dia da Mulher, é preciso comemorá-lo. E comemorá-lo significa recordar a **luta permanente da mulher por uma posição adequada na sociedade.**

Eu não preciso, depois do discurso emocionado da Luislinda, de todos enfim, dizer da importância da mulher e da luta permanente que a mulher vem fazendo ao longo do tempo no Brasil e no mundo. Que aqui e fora do Brasil, em outras partes do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma figura de segundo grau, quando na verdade, **ela deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades.**

Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque **eu tenho absoluta convicção**, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, **o quanto a mulher faz pela casa**, o

2. Para acesso ao texto completo:
<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df>.

quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos. E, portanto, se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher² [...] (grifos nossos).

Segundo a lógica enunciativa, o fragmento foi sobreasseverado no pronunciamento do presidente e se apresentou como destacável, uma vez que Michel Temer finaliza o parágrafo anterior com a seguinte afirmação: a mulher *deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades*, criando um efeito de sentido, pela lógica da progressão textual, de que esse tema será tratado com mais especificidade no parágrafo seguinte, no qual o enunciado destacado está localizado. Antes disso, ainda, o locutor sublinha que no Dia da Mulher deve ser recordada a *luta permanente da mulher por uma posição adequada na sociedade*.

De acordo com Koch (2002), a progressão textual é determinada pela relação estabelecida entre os elementos do texto a fim de que eles possam conferir continuidade de sentidos no ato de tecer os fios do discurso. Segundo a autora, a progressão textual

diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre os segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmas sequências textuais) diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmático-discursivas, à medida que se faz o texto progredir (Koch, 2002: 121).

Nosso objeto de análise, o enunciado destacado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa*, teve seu grau de destacabilidade elevado devido o contexto anterior da progressão do texto. Anteriormente a ele, o presidente sublinha a necessidade de rememorar a luta das mulheres por uma posição de igualdade e, em seguida, enuncia o trecho destacado enaltecendo os papéis desempenhados - segundo sua perspectiva - pela mulher no contexto social brasileiro.

Ainda, de acordo com Maingueneau o realçamento, que pode provocar a sobreasseveração de determinado enunciado, ocorre “com a ajuda de diversos marcadores, que são acumuláveis

(Maingueneau, 2011: 16). No enunciado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa* observamos, especificamente, dois marcadores, um aspectual e outro sintático.

Quando Michel Temer enuncia *tenho convicção do que a mulher faz pela casa*, ele procura, a partir do marcador de ordem aspectual, generalizar o *ser mulher* na sociedade brasileira, estabelecendo sua importância a partir de capacidade de gerenciamento doméstico. Além disso, por meio da construção sintática, o então presidente assinala ser esse seu argumento mais forte. Observemos os enunciados a seguir:

(1) Que aqui e fora do Brasil, em outras partes do mundo, a mulher ainda é tratada como se fosse uma figura de segundo grau, quando na verdade, **ela deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades.**

(2) Eu digo isso com a maior tranquilidade, porque **eu tenho absoluta convicção**, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, **o quanto a mulher faz pela casa**, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos.

Em (1), o enunciador, Michel Temer, começa a expor o argumento principal de seu pronunciamento, qual seja, o de que “a mulher deve ocupar o primeiro grau em todas as sociedades” e, logo em seguida, em (2) afirma ter convicção desta tese que ele defende, com base no “quanto a mulher faz pela casa, o quanto faz pelo lar, o que faz pelos filhos”. Pela construção sintática, o enunciado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa* torna-se o argumento mais forte dentro do pronunciamento do presidente, para que ele afinal, defenda a tese principal acerca do lugar - de pretensão destaque - que a mulher ocupa na sociedade.

Efetando um processo de destacamento, o ator midiático sublinha, isto é, distingue um fragmento como notável a partir do texto-fonte e, de algum modo, o formata de maneira que possa ser retomado em variados momentos, enfatizando seu caráter sentencial e sintetizador em relação a determinado tema. Segundo Maingueneau (2014: 15), “esta sequência é relativa-

mente breve, portanto memorizável, e constitui uma tomada de posição do enunciador sobre uma questão polêmica”.

A espera gerada pelo enunciador ao finalizar o parágrafo anterior abordando o tema da importância da mulher na sociedade provoca grande expectativa por parte dos coenunciadores, pois se trata de uma temática contemporânea e polêmica, a qual raras vezes é abordada nos pronunciamentos do Governo brasileiro, qual seja, a temática relacionada ao papel social da mulher no cenário contemporâneo internacional.

A reiteração do enunciado destacado reside, portanto, em sua dimensão polêmica, isto é, “um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios da sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura” (Amossy, 2017: 49).

A tensão instituída entre os parágrafos é fator que contribui para o destaque, bem como a quebra disfórica da expectativa, uma vez que o presidente retoma o discurso do patriarcado, reafirmando “uma formação social em que os homens detêm o poder” (Hirata *et al*, 2009: 173) no lugar de reforçar o discurso da igualdade que prega “o pleno reconhecimento político e social das mulheres” (ibidem: 118).

No âmbito do discurso político, de acordo com Le Bart (2003), o campo político se vale de *illusios* (Bourdieu, 1994) como fundamento de sua existência, parte das estratégias persuasivas e dos tipos de bens simbólicos que produzem. A *illusio* “é o consenso (muitas vezes invisível do interior) que torna os jogos internos ao campo não somente possíveis, mas mesmo parcialmente previsíveis³” (Bourdieu, 1994: 151).

Ainda segundo o autor, os discursos são determinados positiva ou negativamente de acordo com as crenças partilhadas entre os coenunciadores pressupostos. Positivamente caso essas crenças sejam reafirmadas; negativamente quando o inesperado, do ponto de vista ideológico, é enunciado.

3. Tradução nossa do trecho original em francês: *l'illusio c'est se consensus (souvent invisible de l'intérieur) qui rend les jeux internes au champ non seulement possible mais même partiellement prévisibles* (Bourdieu, 1994: 151).

No pronunciamento do presidente, o sujeito que enuncia procura se inserir no cenário internacional de discussões atuais acirradas em torno da igualdade de gêneros nas esferas social, política e econômica. Para tanto, afirma, num primeiro momento, a importância da mulher na sociedade, mas comete então aquilo que foi chamado, pela própria mídia, de gafe.

É importante ressaltar neste momento do texto, a importância em se pensar a estreita relação estabelecida contemporaneamente entre o campo político e o campo midiático. Esta relação imbricada define o que pode/deve circular: o discurso político se constitui como discurso de poder e obedece a uma lógica que se vale dos efeitos de verdade; enquanto a mídia manobra o discurso político a fim de manter e fazer circular o material por ela produzido.

O fato de a própria mídia sobreasseverar o enunciado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa* e ao mesmo tempo classificá-lo, em suas manchetes, como gafe, revela o processo de imbricamento entre o campo político e o midiático. Sendo este o produtor dos enunciados sobreasseverados que circulam, por exemplo, no ciberespaço, constituindo a postura de determinado ator político sobre certo tema.

Segundo Maingueneau (2014: 16), “os profissionais de comunicação contemporânea passam seu tempo recortando fragmentos de textos para convertê-los em ganchos”, fato que corrobora com a falta de delimitação do objeto discurso político, que contemporaneamente se mescla com outros campos discursivos: o discurso acerca da vida privada e o próprio discurso midiático, por exemplo (Le Bart, 2003).

A gafe é concretizada quando o presidente reafirma os pré-construídos acerca do papel desempenhado historicamente pela mulher e dos espaços por ela ocupados; ao invés de abordar a temática conforme as reivindicações atuais da sociedade em relação aos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, aspecto inicialmente enunciado, mas deslocado argumentativamente para corroborar um imaginário de subalternidade da mulher. Temer é sancionado negativamente por sua fala ser considerada sexista e obsoleta perante a sociedade. Há então a sobreas-

severação do trecho considerado mais simbólico e a classificação, pela própria mídia, deste texto destacado como gafe.

O presidente, no seu pronunciamento, afirma *ter absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, o quanto a mulher faz pela casa, o quanto ela faz pelo lar, o que faz pelos filhos*. Além disso reitera que se a sociedade vai bem é porque os filhos estão tendo uma *adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher*.

Mais à frente Temer enuncia que as mulheres têm grande participação em todos os debates, até na economia, pois *ninguém é capaz de indicar desajustes, por exemplo, nos preços em supermercados do que a mulher*, além disso as flutuações econômicas são detectadas pelas mulheres pelo orçamento doméstico por elas gerenciado.

O presidente reitera pré-construídos, como discursos anteriores, e “já-ditos” mobilizados no interdiscurso (Maingueneau; Charaudeau, 2008: 401) que concretizam a dimensão simbólica da dominação masculina, isto é, “a primazia universalmente concedida aos homens que se afirma na objetividade das estruturas sociais e de atividades produtivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho” (Bourdieu, 2014: 45).

A tensão estabelecida no embate ideológico entre os dois enunciados é fator que corrobora para a ascensão e destaque daquele que se refere ao papel da mulher desempenhado nas tarefas domésticas, uma vez que ele concretiza o discurso historicamente marcado na sociedade no que tange questões relacionadas ao feminino, isto é, a subjugação que o gênero sofre em todas as esferas e a imposição de certas atividades e comportamentos a serem desempenhados pela mulher.

Tal tensão desencadeia, como já enunciamos, um processo de sobreasseveração (Maingueneau, 2010: 11) abrindo

a possibilidade de uma saída do texto, de uma ‘destextualização’. No caso da sobreasseveração, uma modulação da enunciação que formata um fragmento como candidato à destextualização, não é possível falar de ‘citação’: trata-se somente de uma operação de destaque do trecho que é operado em relação ao restante dos enunciados, por meio de marcadores diversos.

O autor prossegue afirmando que se compararmos o enunciado destacado e seu correspondente no texto de origem, “na maior parte das vezes, o enunciado sofre uma alteração quando é destacado” (Maingueneau, 2010: 11). Ainda de acordo com o autor, essa alteração pode ser menos ou mais importante. No enunciado por nós eleito para análise, tal diferença pode ser considerada relevante, uma vez que a troca do advérbio de intensidade *o quanto* por *do que*, com função de pronome demonstrativo, estabelece um novo processo de significação, como podemos observar a seguir:

(1) no texto original

“tenho absoluta convicção [...] **o quanto** a mulher faz pela casa”

uso do advérbio de intensidade *o quanto*, que intensifica o verbo *fazer*

(2) trecho sobreasseverado

“tenho convicção **do que** a mulher faz pela casa”

uso da locução *do que* com valor de pronome demonstrativo

De acordo com a gramática de Cunha e Cintra (1999) o quanto, em termos semânticos, é um advérbio de intensidade que, portanto, intensifica, isto é, reforça a ideia expressa pelo verbo ao qual está ligado. Ainda de acordo com os autores, a locução *do que* funciona, geralmente, com valor comparativo⁴. Porém, verificamos que no uso feito pelo presidente, esta locução tem valor demonstrativo.

4. Exemplo: Ele faz afirmações menos corretas *do que* eu (comparativo de inferioridade).

No texto original Temer enfatiza, conforme o uso gramatical do advérbio *o quanto*, o verbo fazer, reforçando o papel da mulher na sociedade de maneira geral - o problema reside então na forma como ele concretiza esse papel na progressão do texto. Por outro lado, no trecho sobreasseverado, a locução *do que* aponta para o papel desempenhado pela mulher indicando qual o seu papel, de modo mais específico e unificador⁵.

De acordo com Maingueneau (2011: 17), as alterações entre o enunciado original e o enunciado destacado são sintomáticas de que há uma alteração no próprio regime enunciativo. Portanto, a sutil diferença entre os enunciados demonstra que a sobreasseveração sofreu uma avaliação prévia. Ao trocar *o quanto* por *do que* no enunciado destacado, o sobreasseverador concretiza a limitação da visão do presidente acerca do papel da mulher. *Do que* no trecho destacado concretiza o achatamento, na visão do sobreasseverador, que o próprio presidente promoveu em seu texto, acerca do debate em torno das reivindicações femininas.

Com efeito, Maingueneau, (2010: 12) afirma que

essas alterações nos parecem reveladoras de que a sobreasseveração de enunciados destacados têm um status pragmático distinto. Os enunciados destacados decorrem de um regime de enunciação específico, que propusemos chamar de “enunciação aforizante”: entre uma “aforização” e um texto, não há uma diferença de dimensão, mas de ordem.

O autor continua dissertando sobre as diferenças no regime de subjetivação numa enunciação textualizante e numa enunciação aforizante, destacada de um texto, no caso do enunciado por nós analisado. De acordo com Maingueneau, “poderíamos dizer que na textualização não nos relacionamos com Sujeitos, mas com facetas, aquelas que são pertinentes para a cena verbal” (Maingueneau, 2010: 13).

Por outro lado, na enunciação aforizante, “não há posições correlativas, mas uma instância que fala a uma espécie de ‘auditório universal’ (Perelman)”, fato que é verificado na proliferação do enunciado tenho convicção do que a mulher faz pela casa, nos mais variados veículos

5. Exemplo de substituição pelo pronome demonstrativo *daquilo*, sem perda de sentido “Tenho convicção *daquilo* que a mulher faz pela casa”.

midiáticos, comprovando o caráter universalizante da enunciação. A seguir elencamos alguns exemplos extraídos da mídia digital:

Figura 1 - Folha de S. Paulo⁶

6. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1864708-tenho-conviccao-do-que-a-mulher-faz-pela-casa-diz-temer-no-dia-da-mulher.shtml>. Acesso: 10 março 2019.



Figura 2 - O tempo⁷

7. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/tenho-convic%C3%A7%C3%A3o-do-que-a-mulher-faz-pela-casa-diz-temer-1.1445110>. Acesso: 10 março 2019.



COSTA, JULIA LOURENÇO & BARONAS, ROBERTO LEISER; A construção midiática da gaffe: uma abordagem discursiva
Media construction of gaffe: a discursive approach
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 42-64



Figura 3 - Jornal do Comércio⁸
8. Disponível em: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/03/politica/550672-tenho-conviccao-do-que-a-mulher-faz-pela-casa--diz-michel-temer.html. Acesso: 10 março 2019.



Figura 4 - Folha PE⁹
9. Disponível em: <https://folhape.com.br/politica/politica/politica/2017/03/08/NWS,20300,7,547,POLITICA,-2193-TENHO-CONVICCAO-QUE-MULHER-FAZ-PELA-CASA-DI-Z-TEMER-DIA-MULHER.aspx>. Acesso: 10 março 2019.



Figura 5 - Umuarama Ilustrado¹⁰
10. Disponível em: <http://www.ilustrado.com.br/jornal/ExibeNoticia.aspx?NotID=78097&Not=%27Tenho%20convic%C3%A7%C3%A3o%20do%20que%20a%20mulher%20faz%20pela%20casa%27,%20diz%20Michel%20Temer>. Acesso: 10 março 2019.

Figura 6 - Bahia 24 horas¹¹

11. Disponível em: <http://www.bahia25horas.com.br/2018/noticias/pol%EF%BF%BDtica,2912,039-tenho-convic-o-do-que-a-mulher-faz-pela-casa-039-diz-temer-no-dia-da-mulher.html>. Acesso: 10 março 2019.



Figura 7 - Jornal Daqui 2017¹²

12. Disponível em: <https://daqui.opopular.com.br/editorias/geral/michel-temer-comete-gafe-inacredit%C3%A1vel-tenho-convic%C3%A7%C3%A3o-do-que-a-mulher-faz-pela-casa-1.1237543>. Acesso: 10 março 2019.



É possível verificar a partir dos recortes apresentados, portanto, que este enunciado circulou na imprensa de norte a sul do país se constituindo enquanto “repetição constitutiva” (Maingueneau, 2010: 14), característica do enunciado aforizado, se constituindo numa verdadeira pandemia discursiva. Segundo Maingueneau, o “aforizador” assume o ethos do locutor que está no alto, do indivíduo autorizado” (*ibidem*), fato que subjaz à sua própria circulação: tal enunciado se propagou na mídia de modo irrestrito devido se constituir enquanto aforização e estar autorizada por uma “Fonte transcendente”.

3. O ENUNCIADO SOBRESASSEVERADO ENQUANTO GAFFE

Compreendemos que “a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (Benveniste, 2006: 87) e pressupõe, portanto, a interação com o outro que é regulada também de acordo com os pontos de vista partilhados. Quando algo foge à linearidade na troca intersubjetiva, este elemento pode ser caracterizado como um desvio na comunicação.

Esse desvio pode ser intencional (como no discurso do humor, no discurso publicitário, poético etc.) ou não intencional (como no mal-entendido e na gafe, por exemplo). De acordo com o *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, a gafe pode ser definida como “1. Dito ou comportamento irrefletido (deslize, inconveniência); 2. Engano, indiscrição, [...] por lapso ou negligência”.

Do ponto de vista linguístico-discursivo a gafe pode ser pensada de acordo com a teoria das faces, que postula que a regra de convívio social reside em revelar a face positiva e ocultar a face negativa. De acordo com Brown e Levinson (1987: 62) a “face positiva é uma imagem própria consistente ou ‘personalidade’ (crucialmente incluindo o desejo que se possui de que a sua face seja apreciada e aprovada) reivindicada pelos interactantes”.

Ainda de acordo com os autores, a face negativa “é a reivindicação básica de território, preservação pessoal, um certo descuido, isto é, para liberdade de ação e a liberdade da não-imposição.” (*ibidem*). A gafe decorre da irrupção da face negativa, geralmente não esperada na interação e caracterizada segundo seu caráter disfórico.

De acordo com Le Bart (2003), como vimos anteriormente, os discursos são determinados positiva ou negativamente pelas crenças que ele mobiliza de acordo com o consenso: determinado positivamente quando esse consenso é reafirmando e negativamente quando as fronteiras entre o impensável e o indizível são mobilizadas.

Com base na nossa análise é possível dizer que Maingueneau (2014: 17) corrobora tal compreensão, afirmando que “por mais que os políticos queiram, muitas ‘pequenas frases’ que a mídia faz circular são fragmentos de textos que seu ator teria preferido que ficassem na sombra”, salientando que o fato de a mídia se empenhar em destacar enunciados problemáticos em relação à doxa¹³.

13. A doxa pode ser compreendida como “[...] a opinião, a reputação, o que dizemos das coisas ou das pessoas. A doxa corresponde ao sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais frequentemente, na sua formulação linguística corrente” (Maingueneau; Charaudeau, 2008: 176)

14. Tradução nossa do original em francês: *on appelle gaffe un énoncé qui, parce qu’il violente les croyances fondatrices du champ, suscite une réprobation collective de tous les acteurs du champ, voire l’autocritique contrite du locuteur* (Le Bart, 2003).

15. Tradução nossa do trecho original em francês: (Le Bart, 2003).

Do ponto de vista discursivo a gafe está relacionada ao surgimento, no fio do discurso, de algo que perturba a ordem inicial e estabelece uma nova leitura. No caso do enunciado por nós analisado, a gafe está no fato de um presidente da República, no século XXI, fazer um pronunciamento em que a mulher é tema principal e esse tema ser figurativizado com questões relacionadas à afazeres domésticos.

Le Bart (2003) define a gafe como “um enunciado que, por violar as crenças fundadoras de um campo, suscita reprovação coletiva de todos os atores do campo, até mesmo a autocritica arrependida do falante”¹⁴ sendo regida, portanto pelo consenso que integra os participantes da comunicação.

Ainda de acordo com o referido autor, o estudo das gafes do campo político pode revelar maneiras de se entrever as crenças da *illusio* política, uma vez que sem o surgimento de gafes, elas ficam invisíveis, por serem fortemente interiorizadas e incorporadas pela comunidade de que participam. O autor afirma que a *illusio* política é “interiorizada sob a forma de um modo de ser”¹⁵ (Le Bart, 2003).

A própria imprensa caracterizou, à época, o pronunciamento do presidente como gafe, afirmando que ele cometera realmente um desvio discursivo ao não se colocar no plano da igualdade de gêneros. Alguns veículos midiáticos ao reportarem a fala do presidente no Dia Internacional da Mulher em 2018, fizeram ainda referência ao comportamento inadequado do ano anterior, isto é, a uma memória discursiva, que situa Temer como gafista, como podemos observar a seguir:

COSTA, JULIA LOURENÇO & BARONAS, ROBERTO LEISER; A construção midiática da gaffe: uma abordagem discursiva
Media construction of gaffe: a discursive approach
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 42-64



Figura 8 - Folha PE 2018¹⁶

16. Disponível em: <https://folhape.com.br/politica/politica/politica/2018/03/08/NWS,61312,7,547,POLITICA,-2193-UM-ANO-APOS-GAFE-TEMER-FAZ-DISCURSO-RAPIDO-DIA-MULHER.aspx>. Acesso: 10 março 2019.



Figura 9 - Folha de S. Paulo 2018¹⁷

17. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/um-ano-apos-gafe-temer-faz-discurso-rapido-no-dia-da-mulher.shtml>. Acesso: 10 março 2019



Figura 10 - Metro 1 2017¹⁸

18. Disponível em: <http://metro1.com.br/noticias/politica/50979,apos-gafe-temer-faz-discurso-rapido-no-dia-das-mulheres.html>. Acesso: 10 março 2019

A quebra no discurso ocorre, como vimos, no momento em que irrompe o enunciado aforizado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa*, que concretiza negativamente o tema e rompe, de acordo com a Le Bart (2003), o consenso partilhado entre os coenunciadores. O inesperado surge enquanto gafe, no pronunciamento de Temer, de acordo com duas esferas: política e social.

Da esfera política, a declaração de que Michel Temer não só tem conhecimento, mas *convicção do quanto a mulher faz pela casa* gerou tanta polêmica e foi denominada enquanto gafe, porque foi feita exatamente no momento em que sua equipe econômica apresentava aos parlamentares, e à própria sociedade, a proposta de que homens e mulheres deveriam seguir as mesmas regras para a aposentadoria.

De acordo com o regulamento da aposentadoria do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), de maneira sucinta, atualmente no Brasil a aposentadoria pode ser apresentada de acordo com a idade: 95 anos para homens e 85 anos para mulheres mais 15 anos de contribuição; 30 anos de contribuição ou 60 anos de idade e 15 de contribuição, para as mulheres; 35 anos de contribuição ou 65 anos de idade e 15 de contribuição, para homens¹⁹. Tais dados confirmam as diferenças aplicadas na prática de acordo com o gênero.

Para alguns especialistas envolvidos nas discussões em torno da Reforma da Previdência, ao fazer tal declaração, o presidente assinalou a dupla jornada que a mulher encara cotidianamente trabalhando em horário comercial num emprego formal e cuidando, majoritariamente, da casa e dos filhos.

Tal fato, segundo o jornal *Folha de S. Paulo* online de 08/03/2017²⁰, teria “dificultado os argumentos a favor da unificação das regras no Congresso Nacional”, manifestando algum descompasso entre os argumentos do presidente e de sua equipe econômica. A polêmica gerada, do ponto de vista político, está assentada nesse desalinhamento averiguado na argumentação.

19. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-tempo-de-contribuicao/>. Acesso: 10 março 2019.

20. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1864825-meirelles-diz-que-temer-constatou-um-fato-em-gafe-sobre-sobre-mulheres.shtml>. Acesso: 10 março 2019.

Da esfera social, o pronunciamento de Michel Temer gerou polêmica e foi encarado enquanto gafe, principalmente porque ele achata a atuação feminina na sociedade às funções ligadas às questões domésticas (cuidar da educação dos filhos, fazer compras no mercado, gerenciar o orçamento doméstico) desconsiderando o protagonismo feminino nas mais variadas funções e atividades de relevância no Brasil e no mundo.

Todavia, é preciso considerar que qualificar o trecho destacado enquanto gafe promove também sua própria redenção, pois ameniza a responsabilidade pelo que foi dito, o qualificando como “deslize”, “lapso” e retirando a intencionalidade daquilo que foi dito. Le Bart (2003) afirma que “desempenhar o papel de presidente da República, é se inscrever no subgrupo relativamente rígido de prescrições que enquadram precisamente a tomada de palavra”²¹.

A mídia, portanto, em alguma medida, exime o presidente Michel Temer da responsabilidade pelo que foi dito, construindo a cenografia do “engano”, do “deslize” e da *gafe*, enquanto o texto lido por ele, em seu pronunciamento, foi redigido por sua equipe política de acordo com todas as possibilidades de reelaboração disponíveis e conforme a rigidez das regras relacionadas à posição que o próprio enunciador ocupa.

Adotar a postura de se analisar gafes delimita, de acordo com Le Bart (2003) o *corpus* de pesquisa que será mais relevante nos períodos de crise, nos quais o limiar da lógica interna do discurso político é melhor revelado. Ainda segundo o autor,

por não serem problematizados, os enunciados comuns passam despercebidos por estarem perfeitamente alinhados no horizonte de expectativas daqueles para os quais são destinados. No entanto, a dramatização que marca a junção das fronteiras dito/interdito, admissível/inadmissível, permite revelar as crenças que subjazem o discurso político.

É possível, portanto, pensar que, de alguma maneira, a lógica da sobreasseveração, por estar relacionada ao destacamento de enunciados polêmicos e sintetizadores de questões socialmente relevantes, no caso em análise, mantém relação de proximidade com o conceito discursivo de gafe, uma vez que os destacamentos efetuados no campo midiático, de discursos políticos, têm como objetivo intrínseco a seu funcionamento produzir enunciados tanto reiteráveis, quanto polêmicos.

21. Tradução nossa do trecho original em francês: *jouer son rôle de président de la République, c'est s'inscrire dans un sous-ensemble relativement rigide de prescriptions qui encadrent précisément les prises de paroles* (Le Bart, 2003).

As mídias participam, portanto, ativamente na composição e manutenção da polêmica e, segundo Amossy (2017: 201), “transformam o conflito em um acontecimento”, enquanto o jornalista polemiza fazendo repercutir a fala dos atores sociais e políticos de acordo com dois campos opostos. A instauração da polêmica nutre assim a dicotomização, ao mesmo tempo em que reconhece a complexidade das opiniões e das fundamentações ideológicas participantes do regime democrático.

4. APONTAMENTOS FINAIS

Ao analisarmos a circulação do enunciado *tenho convicção do que a mulher faz pela casa* destacado pelos mais diversos suportes midiáticos brasileiros do pronunciamento do presidente Michel Temer por ocasião do Dia Internacional da Mulher em 2017, podemos constatar: a) os suportes midiáticos têm papel preponderante na transformação de um enunciado em gafe, isto é, são eles que metaenunciativamente produzem um comentário acerca do enunciado de outrem, qualificando como gafe, isto é, interferem diretamente no texto do outro sem que essa interferência apareça em termos de marcas linguísticas, o que implica dizer que a gafe não existe em si, mas é o produto de um destacamento e, no mesmo processo com a transformação de um enunciado em gafe, as mídias orquestram uma polêmica²² no espaço público; b) ao produzirem essa metaenunciação em relação ao discurso do outro, polemizando-o, por mais paradoxal que possa parecer, buscam eximir esse outro, por meio da construção da cenografia do engano, do deslize, de maneira a atenuar a responsabilidade por aquilo que foi dito.

Ao construir tal cenografia, a mídia deixa em suspenso o posicionamento do outro em relação ao tema polemizado. A designação de um enunciado como gafe, apesar de à primeira vista construir a imagem disfórica do seu locutor, dissimula sobre o fato de haver identificação deste locutor com o discurso da gafe, deixando essa compreensão, por parte do coenunciador, indeterminada. Ademais, a ambiguidade em relação a não identificação plena do locutor com

22. Uma polêmica é o conjunto das intervenções antagônicas sobre uma dada questão em dado momento. (...) A polêmica se constrói através de todas as interações públicas ou semipúblicas que tratam de uma questão social, e se manifesta na circulação dos discursos. (Amossy, 2017: 72). Como modalidade discursiva, a polêmica é antes de tudo, uma arte da refutação. (Amossy, 2017: 98).

COSTA, JULIA LOURENÇO & BARONAS, ROBERTO LEISER; A construção midiática da gafe: uma abordagem discursiva
Media construction of gaffe: a discursive approach
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 42-64

os discursos que sustentam a gafe, do ponto de vista do capital político, é politicamente mais produtiva para o locutor em questão, pois além de colocar o sujeito enunciador da gafe em ampla circulação midiática, joga com a possibilidade de abarcar distintos posicionamentos sociais, como por exemplo, acerca do papel da mulher na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2017). *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto.
- Benveniste, É. (2006). *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes Editores.
- Bourdieu, P. (1994). *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Le Seuil.
- _____. (2014). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brown, P. & Levinson, S. (1987). *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goffman, E. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes.
- Hirata, H. et al. (orgs.) (2009). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Koch, I. (2000). *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- Le Bart, C. (2003). L'Analyse du discours politique: de la théorie des champs à la sociologie de la grandeur. *Mots. Les langages du politique*, 72.
- LÉVY, P. (2010). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Maingueneau, D. (2009). *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____. (2010). *Doze conceitos em Análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____. (2014). *Frases sem texto*. Trad: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial.
- Maingueneau, D. & Charaudeau, P. (2008). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto.
- Orlandi, E. (1998). *Discurso e argumentação: um observatório do político*. Fórum linguístico. Florianópolis, n.1 (73-81).

Discurso(s) e polemicidade: algumas reflexões

Discourse(s) and controversy: some reflexions

GIL, ISABEL FUZETA
itmgil@sapo.pt /
uc41185@uc.pt

Doutora em Linguística pela Universidade Católica Portuguesa
Universidade de Coimbra / C.E.L.G.A. - I.L.T.E.C.

PALAVRAS-CHAVE:

polémica;
pathos;
ethos;
argumentatividade;
argumentação.

RESUMO: O presente estudo retoma as noções complementares de “visée argumentative” e dimensão argumentativa, na senda de Amossy (2012 [2000]), ou, na ótica de Micheli (2012), as conceções estrita e alargada de “argumentação”, com vista à caracterização do discurso polémico.

Tal reflexão passa necessariamente pela consideração das dimensões enunciativo-pragmática e configuracional dos discursos. Se bem que, numa perspetiva mais “clássica” a argumentação repouse no *logos*, é hoje indiscutível que ela passa pelo *pathos* e pelo *ethos*, jogando as emoções um papel central no jogo de influências que o locutor procura exercer junto do alocutário/destinatário e no desenho de um espaço antagónico.

É nosso propósito, por um lado, analisar as marcas de “polemicidade” (retomando o conceito proposto por Amossy) presentes na materialidade discursiva, decorrentes da construção de um ponto de vista (a “*éclairage*” de Grize) apresentado ao locutor, a partir da análise de excertos de alocações proferidas na Assembleia da República no contexto de consultas referendárias, referindo ainda a noção de “argumentatividade” proposta pela A. referida.

Por outro lado, atribuir-se-á particular relevo às estratégias de dicotomização (Amossy, 2014) que subjazem à tensão entre posicionamentos éticos e ideológicos no espaço da polémica. Se bem que se entenda frequentemente que o texto argumentativo tem como finalidade persuadir/convencer, a análise dos excertos mencionados revela que a dicotomização por detrás da polémica conduz à impossível intercompreensão ou mesmo a um «diálogo de surdos», como refere Angenot (2008).

KEY-WORDS:

polemic;
pathos;
ethos;
argumentativity;
argumentation.

ABSTRACT: This paper draws on the complementary notions of “visée argumentative” and argumentative dimension proposed by Amossy (2012 [2000]), or, according to Micheli (2012), the narrow and broad concepts of argumentation, in order to characterize polemic discourse.

Pondering on these issues necessarily leads to consider the enunciative-pragmatic and configuration dimensions of discourses. Although in a more “classic” perspective argumentation relies on *logos*, it is nowadays indisputable that it also relies on *pathos* and *ethos*, and that emotions play a central role in the strategy employed by the speaker/locutor to influence the hearer/addressee and in the outlining of an antagonistic space.

The analysis will focus on the “polemicity” marks (a concept proposed by Amossy) imprinted on the discursive materiality as a result of the construction of a point of view (Grize’s “*éclairage*”)

presented to the locutor; we will analyse excerpts of speeches delivered at the Portuguese Parliament (“Assembleia da República”) and texts published in the press the context of two referendums, bearing in mind Amossy’s notion of “argumentativity. On the other hand, we will place special emphasis on the strategies of dichotomization (Amossy, 2014) underlying the tension between ethical and ideological positions within a polemic. While it is generally understood that argumentative discourse aims to persuade/convince, this analysis shows that the dichotomization inherent to polemics may lead to an impossible inter-comprehension or even to a «dialogue of deaf ears», in Angenot’s (2008) words.

1. ARGUMENTAÇÃO E ARGUMENTATIVIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES

Sendo o objetivo deste estudo propor uma caracterização da polémica, começaremos por algumas reflexões acerca dos conceitos de argumentação e argumentatividade, foco de tensão entre aqueles que defendem uma conceção estrita de argumentação e aqueles que defendem uma conceção mais ampla da mesma. No primeiro caso, o objetivo de convencer/persuadir e a configuração sequencial tipicamente argumentativa (Adam, 2011 [2012]), ancorada em “leis de passagem” (“étayage”) ou à formalização de procedimentos argumentativos, assumindo o logos a predominância na estruturação discursiva, constituiriam condições necessárias para a caracterização de um texto/discurso como argumentativo. Trata-se de uma conceção que exclui, como nota Amossy (2018), outras formas alternativas de argumentação (como o texto literário, o texto epistolar ou o texto epidíctico, etc.).

Quer Amossy, quer Rabatel propõem uma visão mais ampla da argumentação, distinguindo entre textos/discursos com um objetivo argumentativo (“visée argumentative”, na terminologia de Amossy) e textos com uma “dimensão argumentativa” ou “argumentação indireta” (Rabatel, 2018). A “argumentatividade” ou dimensão argumentativa permite reconhecer um *continuum* que abrange uma variedade de géneros, situando no pólo mais extremo a polémica como um confronto entre dois posicionamentos frequentemente marcado pela violência verbal e, no pólo contrário, textos/discursos que problematizam ou dão a ver pontos de vista por meio de processos como a “éclairage” de que fala Grize (1990), eventualmente orientando ou modificando as atitudes ou opiniões do alocutário.

A dimensão dialógica do discurso é, aliás, uma via da reconstrução de um contra-discurso, na medida em que na relação EU-TU estabelecida não apenas se retomam outros discursos como se antecipa o discurso do Outro.

A argumentatividade é, portanto, uma dimensão constitutiva da própria língua, como atesta a TAL de Ducrot, numa perspetiva mais estrutural ou as propostas mais inclusivas de Amossy

e Rabatel, que acentuam o carácter dialógico e interdiscursivo da argumentatividade. Acresce que uma opinião ou ponto de vista, uma tese, podem ser sustentadas pela *doxa* ou por topoi, por uma esquematização, por saberes enciclopédicos veiculados no seio de uma comunidade, num contexto sócio-histórico determinado.

A um nível global, são múltiplas as estratégias que ampliam esta «*condição de argumentatividade* que, genericamente, todo o discurso convoca» (Fonseca, 2001: 98); partimos, pois, do princípio de que argumentatividade se configura como finalidade última da interacção verbal; falar é agir, é exercer influência (a nível cognitivo, passional ou comportamental) sobre o alocutário. Esta finalidade, inscrita na própria estrutura da língua, traduz e explica, nas palavras de J. Fonseca¹,

[...] a preocupação dos virtuais locutores com o Outro, a sua orientação para/sobre o Outro, desenhando nós e laços que os interligam e que suportam o consenso e o dissenso, a convergência e a divergência, a harmonia e a conflitualidade, a concórdia e a discórdia. (Fonseca, 1992: 266)

Esta perspectiva permite reenquadrar a argumentação ao nível do discurso, em torno do qual se organiza a tríade questão-locutor-alocutário/auditório *em situação*.

2. A ATIVIDADE ARGUMENTATIVA COMO “CONTRATO DE COMUNICAÇÃO”

A complementaridade entre uma conceção dita “estrita” e outra mais ampla de argumentação revela-se mais produtiva, no sentido em que dimensões retóricas, enunciativo-pragmáticas, dimensões do domínio do implícito estão na base do reconhecimento da dimensão argumentativa do discurso.

Analisando ainda o texto/discurso à luz do conceito de “contrato de comunicação”, é a “mise-en-scène discursive” a questão fundamental no que toca à atividade argumentativa (Cha-

1. Precursor e impulsionador dos estudos em Análise do Discurso e Linguística do Texto em Portugal, J. Fonseca é autor de múltiplos estudos que focam a estrutura e o funcionamento do discurso argumentativo já desde a década de 90 do séc. XX.

raudeau, 2006, 2007), encarada como uma problemática da influência. A partir de um corpus constituído por textos que transcrevem debates na Assembleia da República e por textos de imprensa, abrangendo o lapso temporal que recobre as campanhas referendárias em torno da alteração da “lei do aborto/IVG”, procurar-se-á analisar as estratégias retórico-argumentativas e discursivas subjacentes à construção e configuração da polémica.

Dado o tema em discussão, os discursos em apreço suscitam uma atividade argumentativa configurada como um confronto entre dois pólos antagónicos que visam não apenas um FAZER CRER, mas, na esfera pública, um FAZER FAZER. Se na Assembleia da República os intervenientes visam sobretudo tornar o seu discurso mais resistente à contestação — será essa a finalidade da argumentação segundo Doury (2016: 22) —, na esfera pública, mediatizada, haverá que levar a um FAZER FAZER. Estando em causa a apreciação, em sede parlamentar, dos projectos de lei 177/VII (“interrupção voluntária da gravidez”, pelo PCP), 235/VII (“alteração dos prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez”, pelo PS) e 236/VII (“interrupção voluntária da gravidez”, pelo PS), sujeita a larga mediatização com vista a instar os cidadãos a pronunciarem-se em consulta referendária sobre uma matéria assaz sensível (em 1998 e em 2007), configura-se discursivamente um jogo de influência com o objetivo de tornar os destinatários em agentes de mudança.

3. A POLÉMICA COMO UMA MODALIDADE DE ARGUMENTAÇÃO

Dado o tema fraturante e sensível em discussão, a atividade argumentativa assume contornos agónicos, dominados pela construção de *ethē*, sujeitos a processos de (des)legitimação e de (des)credibilização, ou mesmo diabolização dos adversários, e por processos de patemização e de espetacularização de uma situação que o locutor avalia negativamente, incentivando o Alocutário à mudança.

Num *continuum* de modalidades de argumentação, estamos perante a polémica, a qual se não se define necessariamente pela violência verbal, define-se pela dicotomização, estrategicamente organizada em torno de dois grandes eixos semântico-pragmáticos onde se defrontam o EU/NÓS vs. o OUTRO/ELES. Mais do que um confronto, trata-se de um processo de exclusão, o qual encerra em si mesmo contornos de agressividade. Tal como referido por Maingueneau,

[...] la polémique, en tant que processus réglé d'exclusion de l'Autre, constitue un moyen de renforcer sa propre clôture en s'ouvrant fictivement à une altérité menaçante. Par la citation les énoncés adverses sont impérativement conviés, mais c'est pour mieux les annuler. (Maingueneau, 1983: 20)

A gestão verbal do conflito dá lugar àquilo que Amossy qualifica como a coexistência no dissenso (Amossy, 2011), cujo fim último não é necessariamente a adesão do adversário à tese do locutor. A finalidade última da polémica é o processo de “minoration de l'adversaire” (Oléron, 1995: 20-22), sendo que os intervenientes se podem tornar argumentos na medida em que a sua presença seja vista como validação de um ponto de vista. Tratando-se de um interveniente cujas palavras ecoem nos *media*, torna-se uma “pessoa-argumento” e passa a ser o alvo das críticas dos adversários. Dada a dicotomização e o agonismo típicos da polémica, torna-se impossível o consenso no seio do dissenso.

A função primordial da polémica² incide na persuasão do destinatário, objeto da tentativa de modificar opiniões ou comportamentos; no entanto, os atores da polémica tentam reforçar os laços daqueles que fazem parte da mesma facção: Douiry nota que se argumenta mesmo quando há consenso, enquanto Micheli propõe uma definição não-persuasiva da argumentação. Mais do que uma relação de contraste, estabelece-se uma complementaridade de finalidades.

Como estratégia de fundo, o recurso às emoções, quer como coadjuvantes na argumentação, quer como objectos do discurso, configura um *continuum* que vai desde o confronto agónico ao alinhamento com outros enunciadores. À partida, tratando-se de uma polémica, deparamo-nos com um confronto não raro marcado pela agressividade. Trata-se de um confronto ou

2. A polémica, como pertinentemente aponta Charaudeau (2017: 23), é transgénica — ela é uma forma de enunciação, uma estratégia discursiva que não emana de um contrato pré-estabelecido.

guerra metafórica cujas armas são as palavras e cujo objetivo é “aniquilar” o opositor (Ramos, 1998: 114-115).

São múltiplas as definições do termo “polêmica”, como sublinha Rodrigues (2011), para quem a dissensão e a dimensão argumentativa ditada por objetivos persuasivos constituem traços constantes³. O texto polêmico é gerado num contexto de tensão em que o dissenso e a argumentatividade constituem uma orientação comunicativa basilar.

Definindo-se pela dicotomização, pela desqualificação ou mesmo diabolização do adversário, configurando-se, portanto, como um discurso conflitual, Amossy considera que a violência e o recurso ao *pathos* não são típicos apenas da polêmica: a menos que surja no quadro da polêmica, a violência por si só não define uma interação como polêmica, tal como o *pathos* não lhe é exclusivo.

No cerne da polêmica está o confronto, o conflitual, hiperbolizando e exacerbando as diferenças; a polêmica, sublinhe-se, constituirá então uma *modalidade* do discurso argumentativo, situando-se no pólo mais marcadamente agônico e conflitual.

A denúncia e o protesto como funções da polêmica, no seio do dissenso ou mesmo de um diálogo de surdos, trazem para o espaço público problemáticas de interesse comum, gerando discursos caracterizados pela plurivocalidade e pelo entrecruzamento de olhares. Nesse sentido, a polêmica cumpre uma função social ao reconhecer a alteridade.

3. 1. CONSTRUÇÃO DA POLÊMICA EM CONTEXTO REFERENDÁRIO

O locutor que apresenta a questão (a *quaestio*, objeto da polêmica) procede à sua encenação, como se pode verificar no seguinte excerto:

3. A A. procede a uma aturada análise dos termos “polêmica” e “polemicidade” no âmbito do estudo da polêmica (em Camilo Castelo Branco), começando por constatar a insuficiência das várias definições existentes em dicionários. Veja-se também Menéndez (2005) para uma proposta dos traços definitórios da polêmica como atividade discursiva.

Por que razão a Assembleia da República debate, pela terceira vez, o aborto clandestino?
[...]

E, assim, este terceiro debate realiza-se [...], sobretudo, porque a Assembleia da República não aprovou em 1984 as propostas do PCP que verdadeiramente combatiam o aborto clandestino.

Odete Santos (PCP)

DAR I, 21/02/1997, nº 42

Este excerto, retirado da transcrição de uma alocação que abre a discussão de um projeto de lei, reflete a polarização do debate e a construção discursiva de um grupo que se assume como o principal responsável por uma mudança favorável que o Oponente rejeitou. Por outro lado, ao vincar o ressurgimento da problemática, o Proponente expõe as raízes do conflito e a falta de coerência do posicionamento do Oponente. Mais do que uma explicação, a resposta à pergunta apresenta-se como uma crítica e uma acusação aos poderes políticos pela vigência de uma lei injusta e punitiva; de um ponto de vista conceptual, esta alocação traduz-se por:

X (o PCP) propôs uma mudança positiva; Y recusou-a. Logo, Y é responsável pela manutenção de uma estado de coisas negativo.

Ainda que esta intervenção apele a um esquema apoiado no *logos*, ela dá lugar à projeção de um *ethos* credível por parte do Proponente, conversamente construindo uma imagem negativa do Oponente. Tal estratégia é recorrente na polémica.

A polemicidade configura, como se verá, os discursos em torno de eixos de contraposições (Fonseca, 1992c: 10):

a) contraposições de natureza temporal, em que, nos excertos em análise, se compara uma situação no presente a outra no passado;

- b) contraposições entre avaliações axiológicas e concomitantes posicionamentos de distanciamento ou de *simpatia* do locutor face às situações referenciadas;
- c) contraposições entre vozes convocadas no discurso, para além da do locutor;
- d) no plano do ilocutório, os atos de crítica (não raro acérrima) contrapõem-se aos atos de louvor ou de aplauso, do que resulta uma fricção de vozes.

Como sublinha Fonseca (*ibidem*), tais contraposições são marcas do discurso polêmico, que se configura, portanto, como um *contradiscorso*.⁴

4. O A. considera o discurso argumentativo como um subtipo de discurso polêmico, gerado por contextos favoráveis à sua produção e tendo como orientação básica um dado macro-ato ilocutório (nos géneros comentário político e texto de opinião, sobre os quais o A. se debruçou em vários estudos, trata-se frequentemente de atos de censura ou crítica) com vista a à persuasão e à ação.

A descridibilização do Outro e do seu discurso é, portanto, um dos objetivos ilocutórios mais salientes na polémica. Neste processo não pode, no entanto, deixar de se sublinhar que o discurso daquele que desacredita o Outro será também, por sua vez, desacreditado, de tal modo que o discurso de Um está sempre no discurso do Outro. É nesta dinâmica que reside a polémica, pelo que é por via das marcas dialógicas do discurso que o alocutário co-constrói o sentido do contra-discurso. A polémica circula, assim, no seio do interdiscurso, antecipando simultaneamente outros discursos.

O conflito situa-se, pois, num espaço coletivo, permeado pelo *já-dito*, procurando o PropONENTE configurar o discurso em torno de pólos antagónicos de um ponto de vista enunciativo e semântico-pragmático.

Na sequência do excerto acima transcrito, uma outra pergunta aprofunda a problemática em discussão: a admissão da manutenção da lei vigente pressupõe um estado de coisas implicitamente descrito como ineficaz — porque a lei nem sequer é cumprida. A pergunta seguinte pressupõe também a penalização prevista pela lei, que, como o locutor afirma, todos evitam. Formula-se deste modo a acusação de incoerência no que toca ao posicionamento do Oponente e, dado o semantismo de “ladainha”, uma crítica, que no cotexto assumirá frequentemente a forma de um ataque *ad hominem*, àqueles que pretendem a manutenção da situação.

Segunda questão: mantendo-se a lei actual, como defendem, o que querem fazer para que ela seja eficaz? Meter as mulheres na cadeia? A esta pergunta costuma seguir-se uma ladainha sobre a necessidade de fazer mais pelas mulheres. Ninguém afirma que quer que as mulheres vão para a cadeia.

Donde, tem de concluir-se que, para os que anunciaram que estão contra a despenalização, é suficiente que tudo fique na mesma.

D.A.R., I, 42, 21/02/1997, pp. 5-6

[Odete Santos, PCP]

A encenação da polémica retira credibilidade ao adversário, apontando a incoerência do posicionamento do adversário, sendo que o locutor faz uma intervenção baseada numa estrutura binária marcada pela oposição, que podemos glosar como:

X diz p, mas faz q.

O conteúdo proposicional de *p* não é coerente com o conteúdo de *q*. Este “fazer” corresponde, na verdade, a nada fazer ou a ignorar a lei. A conclusão avançada configura-se como pressupondo, por parte do Oponente, uma espécie de moção (Lescano, 2018) cujo conteúdo veicularia uma recusa à mudança. Põe-se em evidência a dicotomização da questão no cerne desta intervenção, convocando a voz do Oponente e dos seus argumentos que no momento da enunciação são objeto de rejeição e de denúncia por incoerência. Ainda que se pressuponha a tolerância perante a penalização prevista na lei, denuncia-se essa tolerância como hipócrita e implícita-se um ponto de vista: há que mudar, pois admitir a tolerância é admitir que deve haver condenação (ou, pelo menos, que ela está prevista).

É a rejeição desta condenação/penalização que está na base do ponto de vista do Proponente. Veja-se o seguinte exemplo, retirado da mesma intervenção:

Ninguém pode fechar os olhos e dormir sobre uma lei que só aparentemente lhe proporciona o apaziguamento da consciência.

D.A.R., I, 42, 21/02/1997, pp. 5-6

[Odete Santos, PCP]

As expressões “fechar os olhos” e “dormir” promovem um posicionamento que aqui é posto em causa e denunciado como forma de (tentar) ignorar uma situação com a qual o Proponente propõe uma ruptura. Note-se que, pelo seu semantismo, o lexema “apaziguamento” implica um estado de culpa ou desconforto, o que pressupõe algo condenável como causa de um sentimento de culpa.

Esta ruptura é conceptualmente o fundamento da tensão entre dois posicionamentos ideológicos configuradores da polémica. Esta é entendida como um combate onde se instaura um quadro de polifonia e de dialogismo que dá lugar a reflexões meta-argumentativas como a seguinte:

Por isso, este combate é um confronto entre a tolerância e a intolerância,... [...].

DAR, I Série, nº 36, 05/02/1998

A polifonia é, aliás, como observa Fonseca (1992: 262),

[...] inscrita no sistema linguístico. É o domínio da heteroglossia memorizada nas unidades da língua e, com esta, aberta à absorção de novas vozes, e dos correspondentes horizontais ideológicos, que o uso na pluralidade das situações de comunicação ocasionará...

No *corpus* em análise, focando-nos num primeiro momento na transcrição dos debates parlamentares em torno da necessidade de alterar a chamada “lei da IVG”, verifica-se a dicotomização e a bipolarização típicas da polémica. Efectivamente, ainda que haja divergências entre as várias propostas de alteração dos prazos e condições em que uma IVG pode ser despenalizada,

dois grandes grupos (que ficariam conhecidos como o SIM e o NÃO) se formam neste quadro: o grupo que se opõe à despenalização (bastando um pedido da mulher para tal) e aqueles que advogam a IVG como um direito ou uma questão de saúde a tratar dado o número de mortes de mulheres que se sujeitam ao “aborto clandestino”.

3.2. POLÉMICA E EMOÇÕES

Refira-se que é pela dimensão do *pathos* que a polémica se constitui como um espaço onde, pela indignação, pela piedade, pelas avaliações axiológicas Proponente e Oponente manifestam a sua condenação de estados de coisas avaliados negativamente e são impelidos a pugnar pela mudança ou rectificação do MAL e, sobretudo, a influenciar um Terceiro.

Assim, a relação polémica constrói-se a partir da representação de uma situação avaliada negativamente por um grupo, situação que urge mudar tomando determinadas medidas. Se um grupo entende que a mudança só pode efectivar-se mudando a lei, o outro grupo contra-argumenta que não será a alteração da legislação o caminho para a mudança. Do ponto de vista do Proponente (o PS), tomando a necessidade de proceder a uma ruptura com uma situação *pressuposta e posta* como anterior ao momento da enunciação, esquematizar-se-á a configuração da polémica do seguinte modo:

S existe em T0, T-1

S é /-NEG/, portanto S deve ser objeto de mudança

X propõe MUDAR S, enquanto Y propõe MANTER S

Note-se que a polémica apela, neste caso, à sensibilidade, à piedade e à compaixão, emoções cuja legitimidade se torna um objecto do discurso de tal modo que

Les polémiqueurs font alors de l'émotion le *lieu propre* du dissensus, la mesure exacte de l'écart qui les sépare irrémédiablement de leurs adversaires. (Micheli, 2010: 353)

Daí que se justifique adotar o termo de “polémica afetiva”, como propõe Micheli (2010).

O processo de polarização (de ordem social) e dicotomização presente na polémica está na base da construção de um espaço discursivo público recortado e delimitado por pares de argumentários percorridos por isotopias que impedem o apelo à formação de grupos com identidades distintas que se solidarizam em torno de posicionamentos ideológicos:

É, como já referido, no espaço público mediatizado que o objetivo de convencer/seduzir assume particular destaque na polémica.

3.3. OBJETOS(S) DA POLÉMICA

A configuração discursiva assente na oposição entre dois posicionamentos é replicada na imprensa, por exemplo. De um ponto de vista sintático-semântico, a contra-argumentação é vazada em estruturas que se prestam ao estabelecimento de analogias que apresentam a vida humana como o foco da polémica. Veja-se o seguinte exemplo:

Tudo pode ser objecto de discussão.

Por que não aceitar a pena de morte como medida de dissuasão da criminalidade violenta e de defesa da vida de cidadãos inocentes? Por que não a considerar, por exemplo, no caso de crimes contra crianças?

Porque não admitir a eutanásia para abreviar o sofrimento das pessoas que sofrem, a partir do momento em que a medicina estabeleça a impossibilidade da cura?

Por que não ponderar, em certas condições, a selecção da espécie, eliminando aqueles seres que, pela sua própria natureza ou defeitos, serão sempre infelizes?

Esta é a questão.

José António Saraiva

«Carta a um grupo de mulheres»

Expresso, 13/06/1998

Dada a componente semântica nominal de pendor geral, como quantificador universal a forma pronominal “tudo” permite referenciar uma ampla variedade de categorias ontológicas da realidade (Raposo *et al.*, 2013: 895). Ao elencar uma série de questões aparentemente disjuntas da polémica, constrói este locutor a expectativa de uma discussão com um foco mais amplo; tal expectativa é rapidamente inviabilizada pela asserção “Esta é a questão.”. Estabelece-se assim uma oposição entre um elemento de valor universal com outro de pendor específico — em concreto, referencia-se a raiz do dissenso, da polémica.

Na raiz da polémica está “esta” questão. Como procede então o locutor (Oponente) à referência da polémica? De um ponto de vista semântico-referencial, enumera uma gama de situações em que hipoteticamente se poderia dispor da vida humana. Isto é, situa as hipóteses levantadas no plano de uma oposição VIDA/MORTE — é justamente este veio semântico-referencial que dominará o discurso do(s) Oponente(s). Assim, cabe aos destinatários a interpretação, na base de cálculos inferenciais, da “questão” não apenas como uma oposição entre /VIDA/ e /MORTE/, mas como a defesa da vida.

A defesa da vida é a resposta esperada às perguntas formuladas pelo locutor. A configuração do discurso em torno do par “por que / porque” (note-se que a resposta está implicitada), encena-se um espaço polemizante, dicotómico. Através da sucessão de perguntas cujo conteúdo proposicional remete para vozes doxais e conhecimentos enciclopédicos, o locutor constrói o seu PDV (Rabatel)⁵ e deixa/coloca o alocutário/destinatário na posição de correr o risco de ser pouco razoável no caso de rejeição desse PDV. Os mecanismos argumentativos a que recorre este locutor assentam numa série de perguntas muito próximas das perguntas retóricas. A asserção camuflada nas respostas inferidas — “não se deve matar” — constitui o corolário do argumentário do locutor, pelo que o locutor recorre a uma estratégia argumentativa marcadamente persuasiva. Percorre o discurso do locutor, ainda que de forma mitigada, uma dimensão jussiva e também de censura àqueles que admitem “matar” ou “dispor da vida” de outrem.

5. Rabatel (2003): «On nommera PDV tout ce qui, dans la référence des objets (du discours), révèle, d'un point de vue cognitif, une source énonciative particulière, et dénote, directe ou indirectement, ses jugements sur les référents — d'où l'importance des dimensions axiologiques et affectives du PDV.»

Note-se que a referência a situações hipotéticas que, numa escala valorativa, poderão induzir o destinatário a uma resposta contrária àquela que o locutor pretende elicitar está ao serviço da retoricidade das perguntas. Mesmo perante tais situações o locutor indicia que a vida é um valor absoluto.

Dado que a resposta a cada uma das perguntas, formuladas como sugestões, é preferencialmente negativa, prefigurando uma recusa por parte do destinatário, em consonância com o posicionamento do locutor, abre-se no espaço público um confronto. É que, apesar de tudo, o destinatário poderá contra-argumentar, situando-se no polo oposto do dissenso.

O custo de refutar um posicionamento assente em valores doxais e no interdiscurso envolve na polémica a ironia, processos de patemização, de desvalorização do Outro e, embora não necessariamente, a manifestação de agressividade, etc.; o discurso do locutor é guiado pelo contra-discurso, obrigando-o a modificar ou adequar estratégias e a efetuar um trabalho de figuração em função dos objetivos pretendidos. O “grau de polemicidade” (Kerbrat-Orecchioni, 2016) destes discursos aponta para o dissenso, para o desacordo profundo, envolvendo o proponente e o oponente na tarefa de (contra-)argumentar e justificar, construindo um *ethos* favorável, desqualificando o Outro, convocando outras vozes que sustentem um determinado PDV, apelando às emoções — tais estratégias assumem particular relevância tendo em conta que o Terceiro (Plantin, 2005) constitui o destinatário que é necessário instar a agir, no caso de uma consulta referendária.

4. CONCLUSÃO

Os contornos conflituais e de violência verbal, frequentemente alvo de crítica, são justamente aquilo que, em democracia, permite gerir verbalmente o confronto. Mouffe sublinha mesmo que, longe de pôr em risco a democracia, «agonistic confrontation is in fact its very condition

GIL, ISABEL FUZETA; Discurso(s) e polemicidade: algumas reflexões

Discourse(s) and controversy: some reflexions

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 65-83

of existence» (Mouffe, 2010: 16). Por outro lado, o reconhecimento da alteridade na polémica cumpre a função social de agrupar diversos atores em torno de um papel actancial, reforçando a identidade e os laços dentro de um grupo.

A construção discursiva da polémica encerra a noção de um espaço público onde os cidadãos são livres de exprimir os seus pontos de vista sob a égide do dissenso. Num quadro político democrático, a polémica cumpre a função de reforçar a coexistência no seio de conflitos por vezes intermináveis.

REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2000). *L'argumentation dans le discours*. Paris: Nathan Université.
- _____ (2014). *Apologie de la polémique*. Paris: P.U.F.
- _____ (2018). *Argumentation et Analyse du Discours*, 20. Disponível em: <http://aad.revues.org/2560>. Acesso em 16/04/2018.
- Angenot, M. (2008). *Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique*. Paris: Mille et Une Nuits.
- Doury, M. (2016). *Argumentation. Analyser textes et discours*. Paris: Armand Colin.
- Fonseca, J. (1992a). *Linguística e Texto / Discurso — Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP.
- _____ (1992b). Os elementos de coesão do texto “Porque apoio Eanes”. In J. Fonseca, *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, pp. 105-225. Lisboa: ICALP.
- _____ (1992c). Elogio do sucesso: a força da palavra/o poder do discurso, In *Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas»*, vol. IX. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- _____ (Ed.). (1998). *A Organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português. Tomos I, II, III*. Porto: Porto Editora.
- _____ (2001). «Viva a Guiné-Bissau»: a construção do sentido e da força persuasiva do discurso. *CLAC: Círculo de Linguística Aplicada a la Comunicaccción. Revista electrónica*, 6.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2016). Le désaccord, réaction «non préférée» ? Le cas des débats présidentiels. *Cahiers de Praxématique*, 67. Disponível em: <http://journals.openedition.org/praxematique/4524>. Acesso em 15/09/2017.
- Menéndez, F. (2005). Estruturas do discurso polémico em português. In M.A. Marques et al. (org.), *Ciências da Linguagem: 30 anos de investigação e ensino*. 1.^a ed. Braga: Universidade do Minho/ILCH, pp. 171-182.
- Micheli, R. (2012). Les visées de l'argumentation et leurs corrélats langagiers: une visée discursive. *Argumentation et Analyse du Discours*, 9. Disponível em: <http://aad.revues.org/1406>. Acesso em 15/10/2012.
- Rabatel, A. (2018). Pour une reconception de l'argumentation à la lumière de la dimension argumentative des discours. *Argumentation et Analyse du Discours*, 20. Disponível em: <http://aad.revues.org/2493>. Acesso em 16/04/2018.

GIL, ISABEL FUZETA; Discurso(s) e polemicidade: algumas reflexões

Discourse(s) and controversy: some reflexions

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 65-83

Ramos, R. (1998). «Os doze abutres»: estrutura e funcionamento de um texto polémico. In J. Fonseca, (Ed.). *A Organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português. Tomo III*, pp.109-156. Porto: Porto Editora.

Rodrigues, S. M. (2011). *Estrutura e funcionamento da interação verbal polémica. Contributo para o estudo da polemicidade em Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube

Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube

**GONÇALVES-SEGUNDO,
PAULO ROBERTO**
paulosegundo@usp.br

**ISOLA-LANZONI,
GABRIEL**
gabriel.lanzoni@usp.br

PALAVRAS-CHAVE:
argumentação;
multimodalidade;
popularização científica;
Youtube.

Docente do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Líder do “Núcleo de Estudos em Análise Crítica do Discurso (NEAC-USP)” e membro dos grupos de pesquisa “Grupo de Estudos do Discurso da USP - GEDUSP” e “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso – ELAD”

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. Membro do grupo de pesquisa “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso – ELAD”

RESUMO: Com o aumento do conteúdo de popularização científica em mídias digitais envolvendo polêmicas, tornam-se necessárias investigações sobre a articulação entre argumentação, multimodalidade e popularização científica. Uma vez que o YouTube se destaca como um espaço para essa articulação, temos como objetivo, neste artigo, analisar de que forma *youtubers* sustentam um posicionamento ante uma polêmica com duas posições polarizadas. Voltamos com especial atenção aos modos como os oradores constroem o posicionamento contrário ao que é defendido e ao uso de elementos imagéticos na argumentação. Para tanto, partimos de uma releitura do modelo Toulmin (Toulmin, 2006[1958]; Toulmin, Rieke; Janik, 1984[1978]), que considera aportes da sua literatura crítica (Slob, 2006; Verheij, 2006; Grácio, 2010; Freeman, 2011; Langsdorf, 2011; Gonçalves-Segundo, 2016; *no prelo a*), assim como da tipologia de esquemas e padrões macroestruturais da Pragmadiálética (Van Eemeren; *et al.*, 2007). Realizamos a análise de um movimento argumentativo do vídeo “A TERRA É PLANA? Com Leon e Nilce”, publicado pelo Canal Nostalgia, de Felipe Castanhari, no dia 08 nov. 2017. As análises permitiram depreender usos parafrásticos e autônomos de elementos imagéticos, assim como efeitos discursivos de uso de construções contrafactuais e de modos de argumentação interna e externa como resultado da tensão entre explanação e argumentação no vídeo.

KEY-WORDS:
 argumentation;
 multimodality;
 scientific popularization;
 Youtube.

ABSTRACT: As the production of scientific popularization content, grounded in polemics, increases in digital media, it becomes necessary to investigate the articulation between argumentation, multimodality and scientific popularization. Since YouTube stands out as a space for this articulation, we aim, in this paper, to analyze how youtubers support their standpoints in a polemical theme with two polarizes stances. We draw special attention to the ways arguers construe the alternative standpoint and to the use of pictorial elements in argumentation. To do so, we draw on a reconceptualization of Toulmin's *layout* of arguments (Toulmin, 2006[1958]; Toulmin, Rieke; Janik, 1984[1978]), which considers inputs from its critical literature (Slob, 2006; Verheij, 2006; Grácio, 2010; Freeman, 2011; Langsdorf, 2011; Gonçalves-Segundo, 2016; *in press a*), as well as on the typology of schemes and macrostructural patterns from Pragmadiagnostics (Van Eemeren; *et al.*, 2007). We conducted the analysis of an argumentative move extracted from the following video – “A TERRA É PLANA? Com Leon e Nilce”, published by Nostalgia Channel, whose author is the Brazilian youtuber Felipe Castanhari, on Nov. 8th, 2017. Through the analysis, we could show the strategic value of counterfactuals and of the construal of both internal and external argumentation, as well as the different usages of pictorial images in paraphrastic and autonomous relations within the argumentative *layout* as a result of the tension between explanation and argumentation in the video.

1. INTRODUÇÃO

Redes sociais ocupam cada vez mais espaço na socialização dos atores sociais, constituindo-se em palco de confronto entre discursividades hegemônicas, alternativas e contra-hegemônicas, de construção de projetos identitários, de mobilização de ações sociais, bem como de construção de opinião e de conhecimento. Nesse último caso, foco de nosso artigo, voltar-nos-emos para discutir os modos pelos quais as práticas discursivas em mídias digitais encenam o confronto contemporâneo associado à legitimidade de determinados discursos e vozes como fontes autorizadas para a construção do conhecimento, dentre os quais se destacam o discurso pedagógico, o científico e o religioso. Esses novos processos de socialização desenvolvem-se em distintas Práticas Discursivas (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Gonçalves-Segundo, 2018a) mais ou menos típicas em cada rede social, que são delimitadas a partir das Estratégias (Manovich, 2009) empregadas por cada plataforma no constrangimento dos tipos de interação possibilitados, considerando a dinâmica econômica e política que atravessa suas formas de organização, o que inclui o seu grau de abertura e fechamento aos distintos modos de participação social.

Das redes sociais de maior destaque – Facebook, YouTube, Instagram e Twitter –, o YouTube consiste em uma rede de interações mediadas por vídeos e comentários. Nessas interações, o vídeo configura-se como a produção do *youtuber* – produtor de conteúdo que atua na plataforma –, enquanto comentários configuram-se como produções dos usuários/consumidores. Tais interações são categorizadas pela plataforma em quatro grandes grupos – Entretenimento, Conhecimento, Conexão e Identidade –, que consistem tanto em uma organização depreendida dos usos já instanciados na plataforma, quanto em um modo de delimitar sobre quais atividades novos produtores de conteúdo podem voltar-se. Os quatro grupos são ordenados a partir do percentual de consumo dentro da plataforma, e são definidos pelos relatórios do YouTube Insight¹ como: i. Entretenimento (39% dos vídeos consumidos): desejo de dar uma pausa e experimentar todo tipo de emoção; ii. Conhecimento (30% dos vídeos consumidos):

1. Informações obtidas pelo Relatório disponível em: <https://youtubeinsights.withgoogle.com/introducao>.

2. Informações retiradas dos portais Oficina da NET (<https://www.oficinadanet.com.br/post/13911-os-10-maiores-canais-do-youtube>) e CriadoresID (<http://criadoresid.com/maiores-canais-youtube-brasil-2019/>), em 17 jul. 2019.

3. <https://socialblade.com/youtube/top/country/br/mostsubscribed>.

4. Nesse sentido, *edutubers* consistem em um tipo de *youtuber*, assim como *booktubers*, produtores de conteúdo sobre livros. Informações retiradas de: <https://youtube-creators-br.googleblog.com/>.

5. Os termos utilizados para se referir à distribuição do conhecimento científico para um público leigo variam bastante; dentre eles, destacam-se Divulgação, Popularização e Vulgarização. Optamos pela expressão Popularização Científica por ser compreendido, segundo Motta-Roth; Scherer (2016, p. 172), “como mobilização de debates em torno da ciência e democratização do acesso a esse debate, sugerindo uma organização horizontal entre as esferas de atividade científica e o restante da sociedade”. Não nos debruçaremos acerca dessa discussão neste artigo; assim,

desejo de ensinar e aprender com o outro; iii. Conexão (22% dos vídeos consumidos): desejo de fortalecer e expandir o contato com o mundo; e iv. Identidade (9% dos vídeos consumidos): desejo de se encontrar e se construir a partir de quem está do outro lado da tela.

Embora a categoria de Entretenimento ocupe as dez primeiras posições em *rankings* de Canais brasileiros com maior número de usuários inscritos², Canais especializados em conteúdo educacional apresentam um grande consumo. Seus maiores representantes no YouTube Brasil são os Canais “Manual do Mundo”, com 12.377.253 inscritos, “Canal Nostalgia”, com 12.297.235 inscritos, e “Fatos Desconhecidos”, com 11.940.739 inscritos, que ocupam, respectivamente, as posições 20º, 21º e 22º, segundo o Portal Socialblade³, especializado em rankings sobre o YouTube. Esse consumo elevado de vídeos da esfera educacional motivou a criação do termo *edutubers*⁴ para se referir a produtores de conteúdo do YouTube que se voltam a práticas educativas, sejam aulas propriamente ditas, sejam textos de popularização de conhecimentos científicos.

Ao considerarmos esse consumo intenso de vídeos de Conhecimento no contexto global atual, no qual o conhecimento científico é questionado e, muitas vezes, categorizado como falso ou ideologicamente enviesado, vídeos da esfera de popularização científica⁵ no YouTube apresentam um potencial de articular os três aspectos a seguir: i. a Propagação de Conhecimentos, motivada pela natureza da esfera na qual os vídeos se encaixam; ii. a Argumentação, tanto pelo fato de mostrarem de que forma a ciência funciona e de que maneira ela sustenta suas conclusões, quanto pelo fato de, por vezes, os vídeos tratarem de polêmicas oriundas do processo de deslegitimação da ciência enquanto geradora de conhecimentos; e, por fim, iii. a Interação entre semioses – a Multimodalidade –, potencializada pela materialidade digital desses vídeos, que permite a articulação entre linguagem verbal, visual, gestual, sonora, entre outras, cujo potencial para ampliação do didatismo e para a captação da adesão é significativo e precisa ser investigado mais detidamente.

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

Com o intuito de explorar tal articulação, objetivamos neste artigo analisar de que forma os oradores sustentam um posicionamento ante uma polêmica que compreende dois posicionamentos polarizados. A análise se voltará tanto sobre os modos como os oradores constroem o posicionamento contrário ao defendido, quanto sobre o uso de elementos imagéticos na elaboração argumentativa.

Para tanto, partimos da discussão realizada por Gonçalves-Segundo (*no prelo a*) sobre Problema Epistêmico – conceito que se associa à noção de questão argumentativa (Grácio, 2010; Plantin, 2008[2005]) aplicada no âmbito da argumentação epistêmica –, por permitir que se compreenda a dinâmica de alternativas de respostas ao dissenso instaurado. Para a análise, partimos, primariamente, de uma releitura do modelo Toulmin (Toulmin, 2006[1958]; Toulmin, Rieke; Janik, 1984[1978]), que considera aportes de sua literatura crítica (Slob, 2006; Verheij, 2006; Grácio, 2010; Freeman, 2011; Langsdorf, 2011; Gonçalves-Segundo, 2016; *no prelo a*), por permitir a reconstrução dos argumentos em termos de Alegações, Dados, Garantias, Bases e Refutações, bem como da tipologia de esquemas e de padrões macroestruturas da Pragmática dialética (Van Eemeren; Houtlosser; Snoeck-Henkemans, 2007), ainda que secundariamente.

Enfocaremos, na análise, um movimento argumentativo do vídeo “A TERRA É PLANA? Com Leon e Nilce”, publicado no Canal Nostalgia, do *edutuber* Felipe Castanhari, em 08 nov. 2017, com a participação especial dos também *youtubers* Nilce Moretto e Leon Martins, dos canais Cadê a Chave? e Coisa de Nerd. O vídeo insere-se numa rede de textos – vídeos, artigos de opinião, *threads* no Twitter, entre outros – que tratam da polêmica, ainda vigente em 2019, sobre o formato do planeta Terra. O Canal Nostalgia configura-se como um dos maiores Canais educativos brasileiros, sendo indicado pelo YouTube Insights como um modelo de tal categoria, por conter vídeos sobre ciência (*playlist* Nostalgia Ciência) e história (*playlist* Nostalgia História) e por fazer uso de infográficos e imagens reais⁶.

indicamos Grillo; Giering; Motta-Roth (2016); Motta-Roth; Lovato (2011); Motta-Roth; Scherer (2016); Germano; Kulesza (2007) para aprofundamentos.

6. Informações retiradas do relatório “Para se aprofundar no que interessa”, do YouTube Insights. Disponível em: <https://youtubeinsights.withgoogle.com/expressoes/para-se-aprofundar-no-que-interessa>.

Iniciaremos o texto pela discussão sobre o problema epistêmico em pauta (Gonçalves-Segundo, *no prelo a*) e sobre a forma pela qual ele é instaurado no vídeo sob análise; seguiremos, então, para a apresentação de nossa releitura do layout de Toulmin e para a análise de um movimento argumentativo do vídeo “A TERRA É PLANA? Com Leon e Nilce”, no qual os três *youtubers* interagem para sustentar, por meio de distintas estratégias, um posicionamento contrário à Alegação de que a Terra seja plana; por fim, teceremos algumas considerações sobre a articulação entre popularização científica, problema epistêmico, argumentação e multimodalidade.

2. PROBLEMA EPISTÊMICO E MOVIMENTO ARGUMENTATIVO

Gonçalves-Segundo (*no prelo a*), inspirado em Grácio (2010) e em Plantin (2008[2005]) concebe problema epistêmico como “problemas que se centram em concepções de realidade, ou seja, perspectivas relativas a modos de ver e compreender o funcionamento da sociedade, da natureza, do comportamento humano, da semiose, dentre inúmeros outros possíveis objetos de tematização”. A noção é apresentada com base na concepção de que a argumentação se sustenta sobre o dissenso (Amossy, 2017), ou seja, pela existência de distintos posicionamentos ante um determinado problema, que, conforme Gonçalves-Segundo (*no prelo a*), “pode ser expresso por meio de uma questão argumentativa (Grácio, 2010)”.

Vejam os como o problema epistêmico é enquadrado no texto em análise. O vídeo “A TERRA É PLANA? Com Leon e Nilce” compõe a playlist *Nostalgia Ciência* do Canal Nostalgia, na qual o *edutuber* Felipe Castanhari aborda temas – polêmicos ou não – relacionados às ciências da natureza. Os vídeos dessa *playlist* consistem nos destaques do Canal, o que fica evidenciado pelos altos índices de consumo, como os números de visualização e a quantidade de comentários e de curtidas. O vídeo em questão, que foi publicado em 08 nov. 2017 e que conta com a participação dos *youtubers* Nilce Moretto e Leon Martins, apresenta 6.950.422 visualizações, 68.934 comentários e cerca de um milhão de curtidas, em 15 set. 2019.

O vídeo, como apresentado no início deste artigo, trata da polêmica acerca do formato do planeta Terra e opõe dois posicionamentos: A Terra é redonda/esférica vs. A Terra é plana. Embora os *youtubers* oponham os dois posicionamentos ao longo do vídeo, destacamos que problemas epistêmicos não se restringem a dípticos e a polarizações; essa seleção consiste na conceptualização e na focalização empreendidas pelos *youtubers* para a sustentação de seu posicionamento no vídeo.

Os dois posicionamentos consistem em respostas alternativas a um problema epistêmico que pode ser reconstruído como “Qual o formato da Terra?”. O problema epistêmico pode ser esquematizado como na figura a seguir, em que a Alegação focalizada pelo(s) orador(es) é representada com a linha mais espessa, ao centro, e se articula às respostas alternativas em distintos graus de proximidade. Respostas distintas são alimentadas por diferentes discursos, como apresentado na parte inferior da figura.

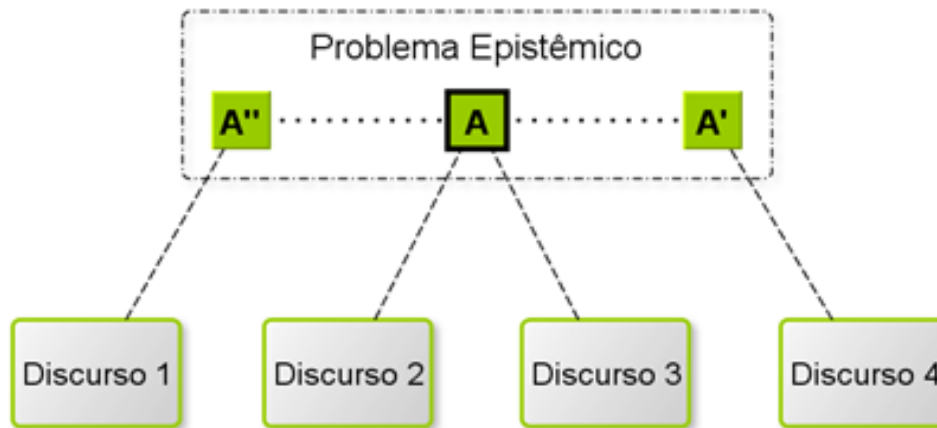


Figura 1 – Relação entre Alegações, Discursos e Problemas Epistêmicos

Fonte: extraído de Gonçalves-Segundo (no prelo a)

Cada resposta ao problema epistêmico consiste em uma Alegação apresentada por um orador em um debate público, sendo, por sua vez, sustentada por razões. Essa articulação define o que Gonçalves-Segundo (*no prelo a*) denomina como **movimento argumentativo**.

O autor compreende por “movimento argumentativo epistêmico uma rede de proposições derivadas de enunciados, que atua no sentido de atribuir consistência e de promover adesão a uma Alegação.” (Gonçalves-Segundo, *no prelo a*). Nesse sentido, um movimento argumentativo é composto, minimamente, por uma Alegação, um Dado e uma Garantia que transfere a aceitabilidade do Dado para a Alegação – exploraremos a articulação entre esses componentes na próxima seção.

Neste artigo, analisaremos um movimento argumentativo do vídeo construído pelos turnos dos três *youtubers*. Cada turno, por sua vez, consiste em um movimento argumentativo subsidiário, com Alegações próprias, mas que se articulam com o movimento superior, construindo Dados ou Refutações em relação às respostas focalizadas no enquadramento do problema epistêmico. Para realizar tal procedimento, partiremos de uma releitura do Modelo Toulmin que se mostra produtivo tanto por possibilitar a reconstrução dos movimentos por meio de um conjunto manejável de componentes, quanto pela possibilidade de dar conta do funcionamento dos elementos da modalidade imagética no processo de argumentação

Partiremos, agora, para a exposição do modelo Toulmin a partir da releitura empreendida por Gonçalves-Segundo (*no prelo a*).

3. MOVIMENTO ARGUMENTATIVO EPISTÊMICO: UMA RELEITURA DO LAYOUT DE ARGUMENTOS DE STEPHEN TOULMIN

Kjeldsen (2015), no âmbito dos estudos da Argumentação Visual e Multimodal, identifica que a preocupação atual concernente ao uso de elementos de outras modalidades de linguagem que não a verbal na construção argumentativa volta-se ao processo de reconstrução da argumen-

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

tação por meio de modelos de configuração funcional (Gonçalves-Segundo, 2018b; *no prelo b*), visando à identificação dos papéis de elementos não verbais na construção de premissas e de conclusões. Assim, autores da área buscam “examinar o que é uma argumentação visual e multimodal, e como pode funcionar” (Kjeldsen, 2015, p. 116) por meio de modelos analíticos.

Neste texto, partimos da releitura empreendida por Gonçalves-Segundo (2016; *no prelo a*) sobre o modelo Toulmin, uma vez que além de possibilitar a reconstrução de argumentos por meio de poucos componentes, permite a inserção de elementos imagéticos nos diagramas que representam os movimentos argumentativos, o que auxilia no processo de identificação dos papéis exercidos por esses elementos.

Gonçalves-Segundo (*no prelo a*) concebe

que o modelo fornece um conjunto econômico e coeso de categorias que permitem abarcar uma diversidade de processos argumentativos orientados à defesa de Alegações, concebidas como respostas possíveis a um problema epistêmico.

O modelo compreende três componentes mínimos, Alegação, Dado e Garantia, que se articulam de modo a constituírem um movimento argumentativo. Gonçalves-Segundo (*no prelo a*) concebe Alegações “como respostas possíveis a problemas epistêmicos, alimentadas por determinados discursos e focalizadas pelo Proponente/Protagonista em um debate público” e sustentadas por Dados.

Dados, por sua vez, são compreendidos como “proposições derivadas de enunciados em que se simula, prototipicamente, não haver tensão dialógica local” (Gonçalves-Segundo, *no prelo a*). Destacamos o fato de que a não existência de tensão dialógica local consiste em apenas uma simulação, de modo que, ao construir um efeito de não tensão, Dados podem configurar-se “em pontos de partida para que uma Alegação seja proposta” e sustentada (Gonçalves-Segundo, *no prelo a*). A compreensão desse estatuto de Dado é o que permite que, em caso de tensão local, o componente assuma um estatuto provisório de Alegação, por meio da constituição de

um problema epistêmico local, muitas vezes motivado pela não aceitação do estatuto *realis* (Chilton, 2014; Gonçalves-Segundo, 2016b) do Dado.

A articulação entre Dado e Alegação é realizada por uma Garantia que pode ser compreendida como “uma representação discursiva, em geral, implícita, não textualizada, que é invocada pelo Proponente/Protagonista em seu texto ao ligar certos Dados a uma Alegação (Gonçalves-Segundo, *no prelo a*), por meio de uma relação causal, analógica ou sintomática.

A estrutura do modelo é representada na figura abaixo, que identifica os componentes pelas iniciais.

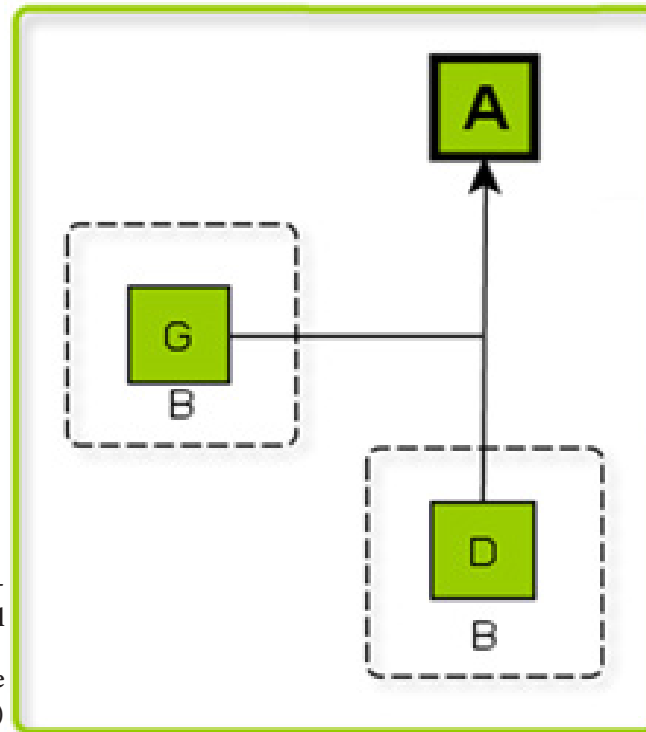


Figura 2 – Movimento argumentativo focal

Fonte: extraído de Gonçalves-Segundo (*no prelo a*)

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

No diagrama, o autor apresenta a Base (B), que envolve o Dado e a Garantia; a linha tracejada indica a não obrigatoriedade de construção desse elemento. Diferentemente de como fora proposto por Toulmin, Gonçalves-Segundo (*no prelo a*; *no prelo b*) concebe Bases⁷ como estratégias de promoção de confiabilidade aos Dados e às Garantia, expressas por recursos do domínio evidencial (Marín-Arrese, 2011a; 2011b); nesse sentido, relacionam-se “à enunciação de fontes de proposições e dos modos pelos quais o orador as acessa” (Gonçalves-Segundo, *no prelo a*). Por atuarem sobre um componente – seja Dado, seja Garantia –, a Base não consiste em um componente autônomo do modelo, mas em uma forma de macroestrutura encaixada, orientada a diminuir ceticismo em relação aos componentes por ela escopada (Gonçalves-Segundo, 2018b; *no prelo a*).

7. Também denominadas, em algumas traduções, como Apoio.

Além desses componentes, Toulmin; Rieke; Janik (1984[1978]) propunham a Refutação, que incidiria diretamente sobre a aplicabilidade da Garantia para relacionar o Dado e a Alegação. Gonçalves-Segundo (*no prelo a*), diferentemente, concebe que Refutações podem atuar tanto sobre a relação entre dois componentes, quanto sobre um componente específico – Dado, Garantia ou Alegação –, ou mesmo sobre a Base. A diferença reside principalmente na concepção de que a Refutação “não consiste em uma proposição orientada no sentido de promover a Alegação; pelo contrário, ela atua no sentido de mostrar suas fragilidades e de promover adesão à Alternativa” (Gonçalves-Segundo, *no prelo a*). Logo, nossa concepção de Refutação encontra-se fundada no dissenso e no dialogismo intrínsecos à atividade argumentativa.

Passaremos, agora, para a análise do trecho selecionado do vídeo “A TERRA É PLANA? Com Leon e Nilce”.

4. ARGUMENTAÇÃO, MULTIMODALIDADE E POPULARIZAÇÃO CIENTÍFICA: ANÁLISE DO PROBLEMA EPISTÊMICO

O trecho em análise consiste em um movimento argumentativo construído entre os 13 minutos e 13 minutos e 51 segundos do vídeo. O movimento é construído pelos turnos dos três *youtubers* e tem como Alegação central “A Terra é redonda” – apresentada pela fala inicial de Felipe Castanhari. Cada turno apresenta uma dupla funcionalidade: ao passo que consistem, cada um, em um Dado em sustentação da Alegação central, configuram-se também em movimentos argumentativos subsidiários, que apresentam Alegações locais. O trecho é transcrito verbalmente em (1) a seguir. Os elementos imagéticos podem ser verificados na visualização do vídeo⁸ e serão apresentados no corpo do texto quando analisados.

8. O trecho do vídeo pode ser visualizado por meio do seguinte link: <https://youtu.be/nEVPDqUb5d-M?t=780>.

(1) **Felipe Castanhari:** E ainda temos outro ponto, a ciência faz mais do que dizer que a Terra é redonda, ela prova isso o tempo todo.

Nilce Moretto: Um bom exemplo disso é o eclipse lunar. Diferente do eclipse solar, o lunar acontece quando o Sol projeta sombra da Terra na Lua. E você não precisa de um telescópio pra ver que essa sombra é o quê? Redonda.

Leon Martins: A gente pode pensar também no fuso horário. As várias regiões do mundo estão em horários diferentes por conta da curvatura do planeta. Se a Terra fosse plana, pessoas do Brasil e da China veriam o sol nascer e se pôr ao mesmo tempo. E a gente sabe que isso está bem longe de ser verdade.

Felipe Castanhari: Podemos falar também das diferentes estações do ano que só acontecem por causa da inclinação do eixo da Terra, que é esférica. Em uma Terra plana, esta inclinação não existiria. A luz do Sol seria a mesma em todas as épocas do ano. Então, não teria como ter verão, inverno, todas as estações.

(Castanhari, 2017, 13’00”-13’51”).

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

O primeiro turno, de Felipe Castanhari, corresponde ao momento de apresentação da Alegação central do movimento *A Terra é redonda*, enquadrada, enunciativamente, pela Base *a ciência prova o tempo todo*. Partindo da concepção de Base como componente que apresenta o estatuto evidencial da proposição, responsável pela indicação da fonte e do modo de acesso a uma dada proposição, podemos depreender uma dupla estratégia argumentativa: por um lado, o objeto-de-discurso *a ciência*, representativo de uma esfera de atividade, é construído como uma fonte autorizada de dizer capaz de legitimar a Alegação; e, por outro lado, o verbo *provar* é instanciado para sinalizar tanto que o acesso à Alegação proveio da argumentação fornecida pelos cientistas – e, portanto, decorrente de seus atos comunicativos –, quanto que as vozes autorais, ou seja, os youtubers se posicionam em adesão à Alegação, assumindo a concepção de que *A Terra é redonda* seja real⁹. Por fim, o adjunto de frequência *o tempo todo* sinaliza a reiteração dessa atividade, o que contribui para demarcar a divergência como fruto de potencial ignorância ou desconhecimento, aspecto relevante em termos de um vídeo que se propõe a popularizar ciência e educar.

Os demais turnos consistem, cada um, em um Dado apresentado em defesa da Alegação central. Essa estrutura, que apresentamos no diagrama 1 a seguir, é denominada de Macroestrutura Coordenativa Cumulativa (Van Eemeren; Houtlosser; Snoeck-Henkemans, 2007), e consiste no acúmulo de Dados apresentados em defesa de uma única Alegação. Tal procedimento visa a aumentar o grau de adesão do auditório, na medida em que simula fornecer um conjunto heterogêneo de evidências para reduzir o ceticismo possível em relação à Alegação.

9. Trata-se de um processo de contração dialógica por endosso (Martin & White, 2005; Gonçalves-Segundo, 2016b). No âmbito do sistema de AVALIATIVIDADE, trata-se de um recurso de ENGAJAMENTO por meio do qual a voz autoral sinaliza aderir a uma dada concepção de realidade enunciada por uma fonte outra, construindo-a como a única, de fato, válida em relação a um fundo de alternativas possíveis.

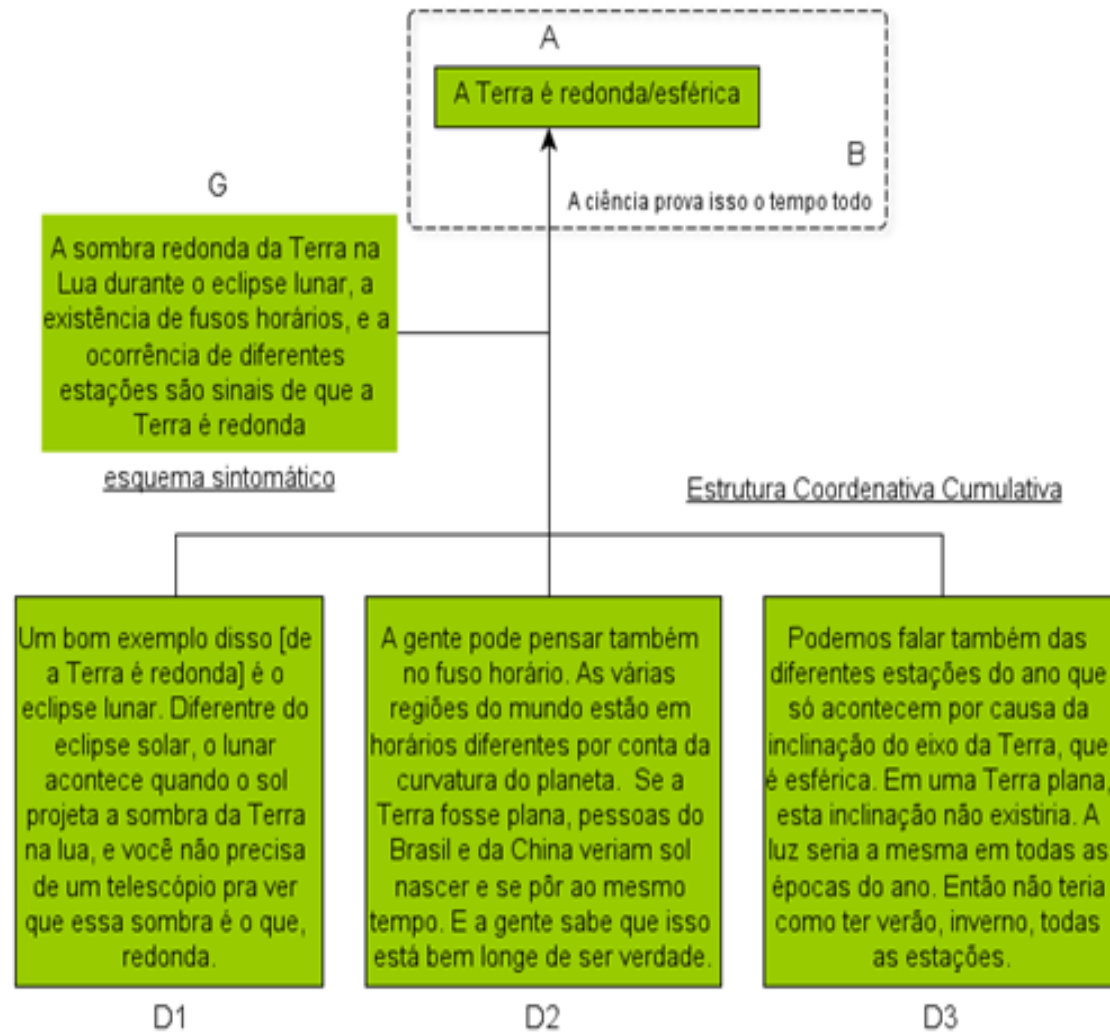


Diagrama 1 – Macroestrutura do movimento argumentativo em (1)

Fonte: elaboração própria

No diagrama, especificamos também o raciocínio que legitima a utilização dos Dados em defesa da Alegação; a Garantia, que é expressa por *A sombra redonda da Terra na Lua durante o eclipse lunar, a existência de fusos horários, e a ocorrência de diferentes estações são sinais de que a Terra é redonda*, articula cada um dos turnos dos youtubers com a Alegação central por meio de um esquema sintomático. Esquemas sintomáticos são aqueles que se baseiam no vínculo ou na compatibilidade entre dadas propriedades, situações ou comportamentos em relação a uma dada categoria (Van Eemeren; Houtlosser; Snoeck-Henkemans, 2007; Gonçalves-Segundo, 2018b). No caso, então, sustenta-se a inclusão da Terra na categoria *redonda* pela existência dos três sinais indicados pela Garantia. Exploraremos, agora, cada um dos Dados, que, como apresentado, constituem-se em movimentos argumentativos.

Apresentamos, em (1a), o turno de Nilce Moretto:

(1a) **Nilce Moretto**: Um bom exemplo disso é o eclipse lunar. Diferente do eclipse solar, o lunar acontece quando o Sol projeta sombra da Terra na Lua. E você não precisa de um telescópio pra ver que essa sombra é o quê? Redonda.

No início do turno, Nilce Moretto introduz o tópico ‘Eclipse’, afirmando que a modalidade lunar consiste em um bom exemplo para ser utilizado em defesa da Alegação central. Entretanto, a *youtuber* projeta que a introdução do tópico ‘Eclipse’ poderia suscitar no auditório um questionamento sobre a utilização da modalidade solar de eclipse como um exemplo. Assim, Nilce cria um espaço explicativo-argumentativo no qual apresenta as razões que possibilitam a utilização do eclipse lunar como uma evidência consistente em detrimento do solar. Tal espaço é delimitado pela enunciação do adjunto “Diferente do eclipse solar”, que explicita a contraposição entre Alegações alternativas, ou seja, entre as duas alternativas de resposta ao problema epistêmico subsidiário, instaurado, neste turno, acerca do melhor exemplo para sustentar a Alegação central. O diagrama 2 apresenta esse movimento argumentativo como um todo:

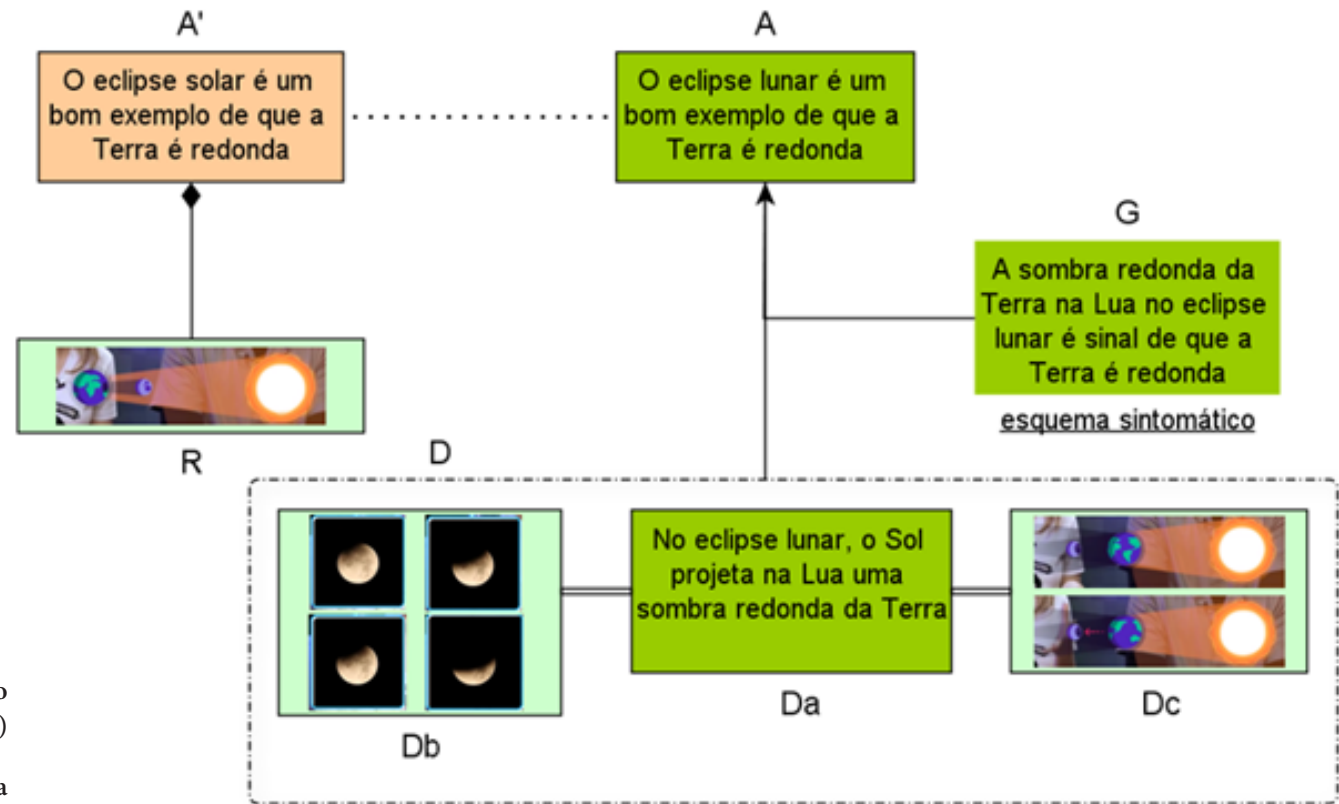


Diagrama 2 – Movimento argumentativo de (1a)

Fonte: elaboração própria

Diante da contraposição relativa a possibilidades de exemplos, Nilce explicita que utilizará como critério para sua argumentação a sombra que é projetada pelo Sol durante o eclipse – “o lunar acontece quanto o Sol projeta a sombra da Terra na Lua” – e, conseqüentemente, o formato dessa sombra – explicitado por meio da pergunta semirretórica e sua resposta: “E você não precisa de um telescópio pra ver que essa sombra é o quê? Redonda”. Desse modo, o Dado utilizado em defesa da Alegação que assume o eclipse lunar como um bom exemplo pode ser reconstruído como *No eclipse lunar, o Sol projeta na Lua uma sombra redonda da Terra*.

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*
 REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

Como apresentamos no diagrama 2, elementos imagéticos também realizam funções argumentativas no movimento, que podem ser apreendidas em termos de componentes do modelo. No quadro a seguir, apresentamos os dois elementos imagéticos construídos, mostrando quadros estáticos de momentos relevantes para a argumentação¹⁰:

10. Como se trata de imagens dinâmicas e há limitações referentes à sua forma de apresentação no suporte em papel, tal estratégia de exposição analítica se torna necessária.

<p>Ordenação dos astros</p>	
<p>Fotos da lua</p>	

Quadro 1 – Elementos imagéticos de (1a)

Fonte: Castanhari (2017, 13'00"-13'51")

O primeiro elemento – ordenação dos astros – compreende três momentos: o primeiro representa a ordenação dos astros no eclipse solar; o segundo representa a ordenação dos astros no eclipse lunar; e o último foca, por meio de uma seta, a incidência da sombra da Terra na Lua durante o eclipse lunar. Já o segundo elemento compreende uma única animação, que corresponde ao aumento da sombra redonda da Terra na Lua. Debruçar-nos-emos, a seguir, sobre cada um dos elementos.

Os três momentos da ordenação dos astros articulam-se a distintos componentes do movimento argumentativo. Enquanto a ordenação dos astros no eclipse lunar e a indicação da incidência da sombra da Terra na Lua (segundo e terceiro momentos) atuam como paráfrase do Dado verbal – uma vez que representam o enunciado verbal, reiterando-o –, a ordenação dos astros no eclipse solar (primeiro momento) atua como uma Refutação à Alegação que assume o eclipse solar como um bom exemplo. Essa função é suportada pelas dimensões explicativa e argumentativa relativas ao uso deste elemento, que tanto explica – mostrando visualmente – o funcionamento dessa modalidade de eclipse, quanto expõe que, dada a ordenação dos astros, não é possível depreender informações acerca do caráter redondo ou plano da Terra – sendo possível, apenas, depreender o formato da Lua, astro que se localiza entre Sol e Terra. Desse modo, o elemento imagético exerce, de forma autônoma, uma função argumentativa no movimento, enquanto Refutação a uma Alegação. Essa característica aponta, inclusive, para um distanciamento em relação ao modelo Toulmin (2006[1958]) em sua leitura tradicional, que compreendia que a Refutação se restringiria apenas à aplicação da Garantia. Além disso, trazer essa imagem ao texto assume uma função didática, posto que se mostra como funciona o fazer científico em termos de geração de hipóteses, análise de dados e depreensão de resultados.

O funcionamento é um pouco diferente no caso do segundo elemento imagético – as fotos da Lua –, que exerce, também, uma função de Dado, em paráfrase ao verbal, ao focar o formato da sombra da Terra na Lua. Apesar de ambos os elementos imagéticos consistirem em paráfrases do verbal, apresentam enquadramentos distintos motivados por duas ordens: (i)

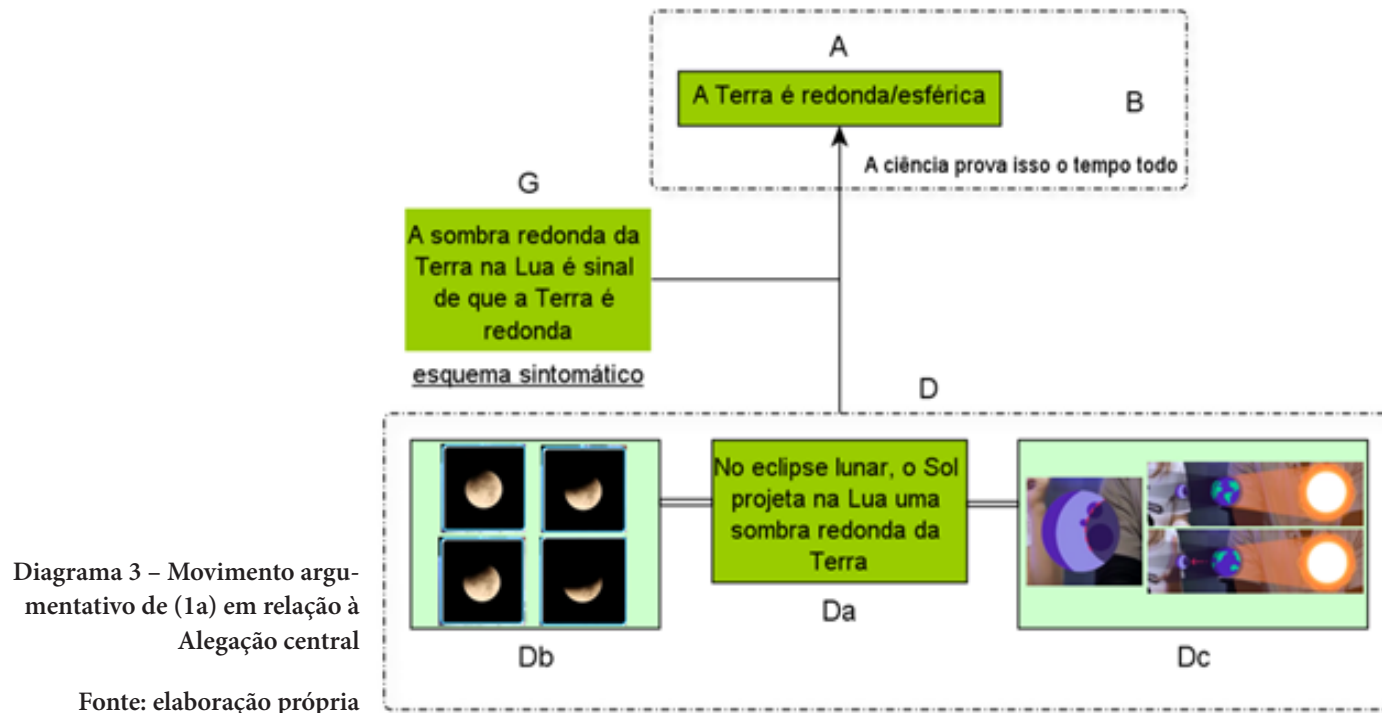
GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

diferença no quadro de visualização (Langacker, 2008; Hart, 2014; Gonçalves-Segundo, 2017) do processo de eclipse; e (ii) efeito na prova retórica do *pathos*.

Em relação à primeira ordem, enquanto a ordenação dos astros enfoca o eclipse por meio de uma visão geral – distanciada – do fenômeno, mostrando os diversos participantes do evento (Sol, Terra e Lua), as fotos da Lua enfocam o resultado do fenômeno – visão mais aproximada. Assim, a ordenação dos astros reitera o Dado verbal em relação a todo o processo do eclipse, enquanto as fotos da lua reitera apenas uma parte do Dado verbal. Ao considerarmos, também, o modo de construção dos elementos, em que a ordenação dos astros é construída com desenhos digitais, e as fotos da lua como mais naturalísticas, é possível inferir que é, em relação a essas últimas, que a experiência empírica do auditório ressoa, uma vez que o resultado, como apresenta a oradora, é verificável sem a necessidade de dispositivos como telescópios. Assumindo a visão Meyer (2007) sobre *pathos* – enquanto perguntas e questionamentos que o auditório poderia aventar, e as emoções que experimenta diante das respostas a tais perguntas –, podemos hipotetizar que o elemento imagético mais próximo à experiência empírica do auditório possa apresentar um maior efeito de desengajamento de ceticismos, levando, assim, à identificação, o que contribui potencialmente para a adesão.

Por meio da análise do espaço explicativo-argumentativo criado por Nilce Moretto, podemos depreender distintas funções exercidas pelos dois elementos imagéticos, bem como distintos modos de articulação com os componentes verbais. Apesar de todos exercerem funções no espaço criado, ao considerarmos a articulação do turno com o movimento argumentativo central (nucleado pela Alegação *A Terra é redonda/esférica*), apenas os momentos dois e três do ordenamento dos astros e as fotos da Lua atuam relevantemente, como apresentamos no diagrama 3 a seguir:



11. Apresentamos a Alegação central como *redonda/esférica*, uma vez que os oradores oscilam na forma de se referir ao formato defendido. Enquanto Nilce e Leon referem-se ao formato como *redondo*, Felipe Castanhari faz referência como *esférica*.

Em relação à Alegação central *A Terra é redonda/esférica*¹¹, apenas o Dado utilizado em defesa da Alegação *O eclipse lunar é um bom exemplo de a Terra é redonda* é selecionado, bem como suas paráfrases imagéticas. O esquema que legitima o uso do Dado continua sendo de ordem sintomática.

Enquanto Nilce Moretto cria um espaço explicativo-argumentativo e argumenta pelas razões que a levam a conceber o eclipse lunar como um bom exemplo, Leon Martins e Felipe Castanhari desenvolvem suas argumentações fazendo referência direta à resposta alternativa

do problema epistêmico central. Tais referências são realizadas por meio de construções contrafactuais, ou hipotéticas, a partir das quais os oradores constroem a repostas alternativa – *A Terra é plana* – como um Dado. A estratégia consiste em negociar um espaço de suspensão local de resistência ou de ceticismo em relação ao que se assume como Dado, para que seja possível desenvolver a argumentação como um todo, de forma que a avaliação do processo seja realizada somente ao final.

Vejamos como isso ocorre no turno de Leon, apresentado em 1b:

(1b) **Leon Martins:** A gente pode pensar também no fuso horário. As várias regiões do mundo estão em horários diferentes por conta da curvatura do planeta. Se a Terra fosse plana, pessoas do Brasil e da China veriam o sol nascer e se pôr ao mesmo tempo. E a gente sabe que isso está bem longe de ser verdade.

Leon inicia seu turno apresentando o tópico ‘fuso horário’, seguindo, então, para a argumentação da validade do fenômeno para sustentar a Alegação central. Assim, constrói a Alegação de que *As várias regiões do mundo estão em horários distintos* utilizando como Dado *a curvatura do planeta/o planeta é curvo* como a sua causa. Retomando a discussão acerca do problema epistêmico realizado na seção anterior, é possível identificar que a Alegação tem baixo potencial para configurar uma tensão dialógica, ou seja, tende a não constituir um problema epistêmico, uma vez que é possível assumir que o auditório já aceite a concepção de que as várias regiões do mundo estejam em horários diferentes. Entretanto, a tensão reside no Dado construído como a causa da Alegação, que, em um nível mais amplo do texto, consiste na polêmica do vídeo (Terra Redonda/Esférica vs. Terra Plana). O problema epistêmico da Alegação é construído discursivamente pelo orador ao realizar a construção contrafactual na qual concede, por meio da construção hipotética, à possibilidade de o posicionamento contrário ser possível – “Se a Terra fosse plana” –, para, então, apresentar um fenômeno decorrente – “pessoas do Brasil e da China veriam sol nascer e se pôr ao mesmo tempo” –, que, neste momento, se configura como

a Alegação alternativa a um problema que poderia ser reconstruído como *Regiões do mundo estarem ou não em horários diferentes*.

A articulação entre o movimento argumentativo ao qual o orador se alia (em verde) e o movimento argumentativo emergente da construção contrafactual (em amarelo) é realizada por meio da manutenção do raciocínio causal entre o Dado e a Alegação em ambos os movimentos, ou seja, ao mesmo tempo que o orador constrói a curvatura do planeta como a causa de as regiões do mundo estarem em horários distintos, constrói também que a planitude do planeta levaria regiões do mundo – como Brasil e China – a estarem em um mesmo horário (exemplificado pela construção imagética). Apresentamos no diagrama 4 a articulação entre os movimentos.

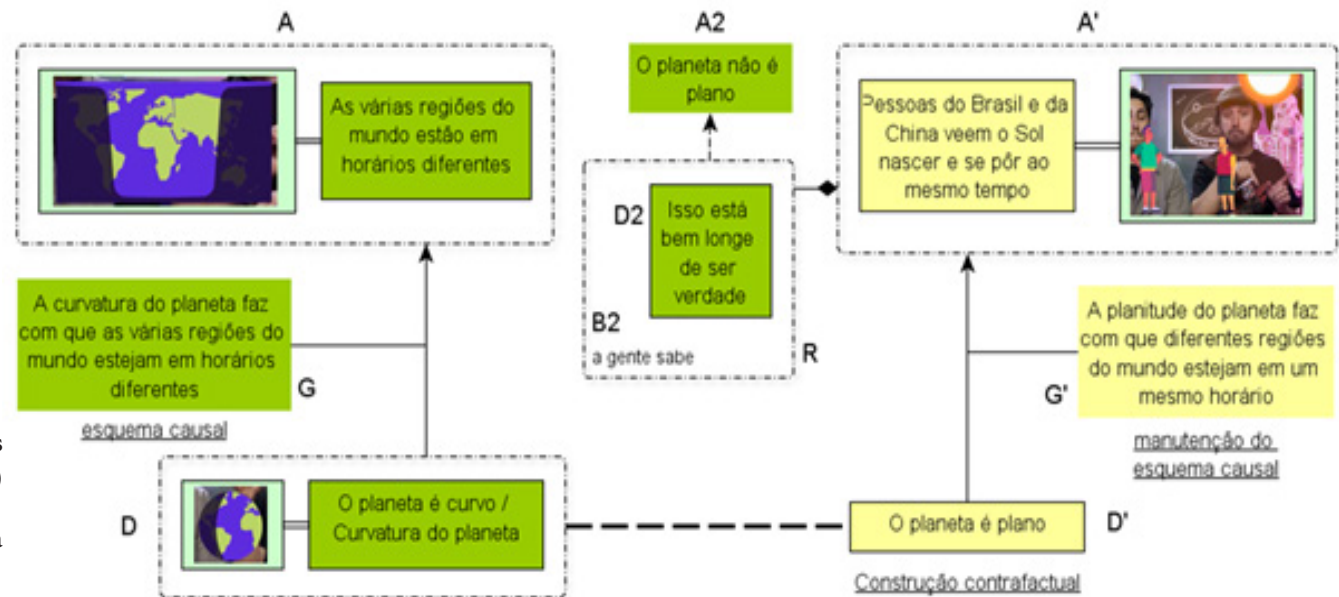


Diagrama 4 – Movimentos argumentativos de (1b)

Fonte: elaboração própria

O diagrama permite identificar o processo argumentativo que é desenvolvido em paralelo a partir das duas respostas ao problema. A construção contrafactual realizada por Leon consiste em uma estratégia discursiva de suspensão temporária do estatuto de Alegação de uma dessas respostas, de modo a se simular a proposição como Dado. O processo argumentativo passa a ser, então, o de verificar os efeitos dessa presunção para, no final, contrastar a plausibilidade dessas consequências com o conhecimento empírico do auditório. Após esse contraste, o estatuto de Dado torna-se questionável, e, com isso, refuta-se a resposta alternativa.

Essa refutação é empreendida por Leon pelo trecho final de seu turno – “E a gente sabe que isso está bem longe de ser verdade” –, que atua como uma Refutação à Alegação alternativa local, ramificando-se em Dado *Isso está bem longe de ser verdade*, e em Base *a gente sabe*, que sinaliza tratar-se de um conhecimento partilhado pelas pessoas em geral, ou seja, consiste em uma construção evidencial com um modo de acesso cognitivo (Marín-Arrese, 2011a), com alto potencial de adesão, dada a verificação de ausência de verossimilhança da Alegação em relação à realidade experienciada pelo orador e pelo auditório.

O fato de a Refutação incidir sobre a Alegação de que *peças no Brasil e na China veriam o Sol se pôr e nascer ao mesmo tempo* gera um contrafluxo argumentativo, possibilitado pela manutenção do esquema causal. Logo, se a consequência não é válida e pode ser facilmente contestada pelo auditório, a causa se torna, portanto, questionável ou inválida, o que acaba por resultar em uma Alegação alternativa ao Dado D', ou seja, a de que *A Terra não é plana*.

É importante destacar que a Refutação leva à Alegação de que *A Terra não é plana*, e não à Alegação de que *A Terra é redonda*. Os posicionamentos sobre a curvatura e a planitude da Terra consistem em apenas duas alternativas de resposta ao problema epistêmico; no vídeo, são focalizadas apenas essas duas alternativas, ainda que seja possível que existam outras. Por conseguinte, é possível projetar que a anulação de um dos posicionamentos implicaria no aumento da adesão à Alegação alternativa instanciada. Assim, reconhecemos que a Refutação

pode atuar como fortalecedora do movimento argumentativo ao qual o orador se alia, motivo pelo qual apresentamos no diagrama esses componentes em verde.

Como apresentamos no diagrama 4, o movimento é marcado pela presença de três componentes imagéticos, que detalhamos na sequência, a partir de recortes de momentos relevantes:

Representação planejada da Terra	Representação esférica da Terra	Simulação da movimentação do Sol em modelo de Terra plana
		

Quadro 2 – Elementos imagéticos de (1b)

Fonte: Castanhari (2017, 13'00"-13'51")

Os elementos imagéticos atuam como paráfrases dos enunciados verbais a que estão associados. Assim, a representação planejada da Terra atua argumentativamente como uma Alegação parafrástica à Alegação A, assim como a simulação da movimentação do Sol em modelo de Terra plana atua como uma Alegação parafrástica à Alegação A'. A representação esférica da Terra, por sua vez, atua como um Dado parafrástico ao Dado *O planeta é curvo/curvatura do planeta*. Embora os elementos imagéticos não exerçam funções argumentativas de forma autônoma – como ocorre no movimento de Nilce Moretto –, os elementos contribuem para a adesão, na medida em que, ao construírem elaborações do enunciado verbal, ou seja, construírem instâncias, ressoam de forma mais próxima a experiência do auditório. Esse efeito fica mais saliente no elemento da simulação da movimentação do Sol em modelo de Terra plana,

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

uma vez que, embora esteja em relação parafrástica com a Alegação A', o elemento entra em divergência com a experiência empírica do auditório, que não valida este fenômeno como possível, calcado na vivência de mundo. Desse modo, considerando o nível argumentativo micro (movimento argumentativo de Leon), o elemento imagético atua como Alegação do movimento argumentativo alternativo (em amarelo), exemplificando o fenômeno decorrente da planitude do planeta, enquanto que, no nível macro (movimento argumentativo central), o elemento rechaça a contra-Alegação central – *A Terra é plana* –, ao criar incompatibilidade entre a representação e a experiência empírica do auditório. Assim, o elemento imagético auxilia no processo refutativo empreendido pelo trecho final do turno de Leon. Os outros dois elementos (a representação planificada e esférica do planeta), por sua vez, promovem potencialmente maior adesão à Alegação central.

O recurso de construção contrafactual também foi explorado por Felipe Castanhari, que realiza o último turno do movimento argumentativo central. Apresentamos esse turno em (1c):

(1c) **Felipe Castanhari:** Podemos falar também das diferentes estações do ano que só acontecem por causa da inclinação do eixo da Terra, que é esférica. Em uma Terra plana, esta inclinação não existiria. A luz do Sol seria a mesma em todas as épocas do ano. Então, não teria como ter verão, inverno, todas as estações.

Felipe Castanhari inicia seu turno introduzindo o tópico 'Estações do ano', anunciando que a existência desse fenômeno consiste em um Dado em defesa da Alegação central. Assim como no movimento argumentativo de Leon, a Alegação construída por Felipe – *Existem diferentes estações do ano* – não consiste, em si, em um ponto de tensão; a tensão é construída discursivamente pelo fato de o Dado configurar-se como o ponto de tensão do vídeo (*A Terra é esférica vs. A Terra é plana*). Em decorrência disso, cria-se, discursivamente, as Alegações *Existem diferentes estações do ano* – com um elemento imagético associado – e *Não existe verão, inverno, nenhuma estação*, sendo a primeira aquela a que Felipe se alinha.

O turno de Castanhari se assemelha ao de Leon, uma vez que: i. também faz uso de uma construção contrafactual – “Em uma Terra Plana” – para construir a resposta alternativa como um Dado; ii. estabelece dois movimentos argumentativos concorrentes em paralelo; e iii. baseia seus raciocínios em esquemas causais. A diferença reside na macroestrutura instanciada e na articulação dos elementos imagéticos com os verbais.

O turno de Castanhari é marcado por uma Macroestrutura Serial (Van Eemeren; Houtlosser; Snoeck-Henkemans, 2007), compreendida como a estrutura em que um componente atua tanto como um Dado para a Alegação imediatamente superior, quanto como uma Alegação para o Dado imediatamente inferior. Assim, temos, por exemplo, que o componente *Não existe inclinação do eixo da Terra* atua como a Alegação do Dado *A Terra é plana* – em um esquema causal, no qual a Terra ser plana leva à não existência de inclinação do eixo da Terra –, ao passo que também atua como Dado para a Alegação *A luz do Sol é a mesma em todas as épocas do ano*, também em um esquema causal.

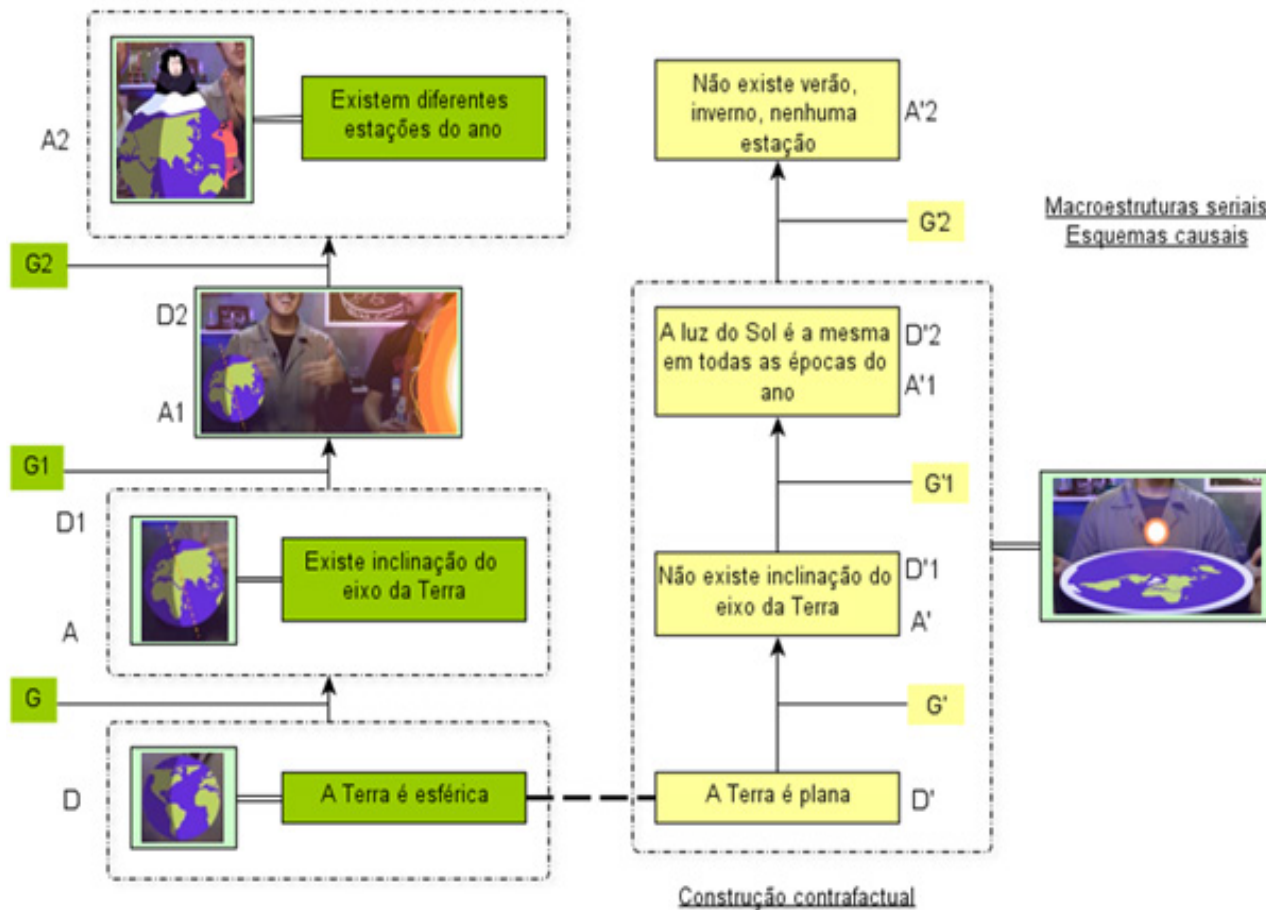


Diagrama 5 – Movimento argumentativo de (1c)

Fonte: elaboração própria

Além da macroestrutura, o turno de Castanhari apresenta uma peculiaridade analítica não presente nos demais turnos, uma vez que a apreensão proposicional, em termos de componentes do modelo, é distinta nos dois fluxos argumentativos que estabelece. Enquanto, para a defesa da Alegação à qual se alinha, Castanhari enuncia apenas um único complexo oracional

– “das diferentes estações do ano que só acontecem por causa da inclinação do eixo da Terra, que é esférica” –, estruturada por meio de subordinações e encaixamentos, para a Alegação alternativa, o *youtuber* enuncia orações que são ligadas em sua maioria por justaposição – “Em uma Terra plana, esta inclinação não existiria. A luz do Sol seria a mesma em todas as épocas do ano. Então, não teria como ter verão, inverno, todas as estações” –, sendo apenas a última introduzida pelo conectivo conclusivo “então”, que indica, neste caso, que a oração que encabeça consiste na Alegação central deste fluxo. Assim, o movimento argumentativo apresentado em amarelo tem sua reconstrução facilitada, uma vez que o *youtuber* delimita as unidades informacionais que constituirão as proposições dos componentes do movimento. Embora não exploremos essa característica a fundo – por relacionar-se mais diretamente com a dimensão da orientação argumentativa¹² (Gonçalves-Segundo, 2018b) –, destacamos que o paralelismo dos movimentos concorrentes permitiu que a reconstrução alcançasse todos os níveis da macroestrutura. Assim, é possível depreender a macroestrutura serial do movimento ao qual Felipe se alinha a partir da mesma macroestrutura serial do movimento argumentativo que rechaça. No diagrama, indicamos as Garantias de ambos os movimentos apenas com a letra inicial do componente tanto por limitações de espaço, quanto por todas apresentarem esquemas causais.



12. Gonçalves-Segundo (2018: 925) concebe que a dimensão da orientação argumentativa “abarca o papel das unidades lexicais bem como dos esquemas gramaticais para a perspectivação de representações e avaliações”.

Assim como nos demais turnos, a fala de Castanhari é marcada pela construção de elementos imagéticos, que se articulam com os fluxos argumentativos de distintos modos: enquanto, no fluxo em verde (ao qual Felipe se alinha), três dos quatro componentes são construídos por uma relação parafrástica entre um componente verbal e um imagético, no fluxo em amarelo, um único elemento imagético sumariza três componentes verbais. É válido destacar a inversão ocorrida entre a construção verbal e a imagética nestes fluxos. No fluxo em verde, enquanto o enunciado verbal é construído em um único complexo oracional, os elementos imagéticos são construídos com certa autonomia (cada um atuando como um componente), relacionando-se por meio da animação. Já no fluxo em amarelo, o enunciado verbal é construído em sua grande

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

maioria por justaposições, apresentando maior autonomia, ao passo que o elemento imagético condensa os componentes em um único. A inversão de compressão/expansão entre as duas semioses nos dois fluxos atua, também, como um facilitador da reconstrução argumentativa do fluxo em verde, aliado ao paralelismo que estabelece com o outro fluxo. Essa distinção de compressão/expansão pode ser verificada no quadro 3 a seguir, no qual apresentamos, em primeiro lugar, todos os elementos imagéticos associados ao fluxo argumentativo em verde, e, em segundo lugar, o único elemento imagético associado ao fluxo em amarelo.

<p>Elementos da Terra Esférica</p>	
<p>Elemento da Terra Plana</p>	

Quadro 3 – Elementos imagéticos de (1a)

Fonte: Castanhari (2017, 13'00"-13'51")

Como apresentamos anteriormente, o elemento imagético da Terra Plana articula-se a três componentes do fluxo alternativo. Essa articulação ocorre por meio de uma paráfrase, que engloba a representação da Terra planificada com o Sol ao centro, a inexistência de inclinação do eixo da Terra e a incidência igualitária da luz solar ao longo do ano.

Os elementos da Terra Esférica atuam, cada um, como um componente do fluxo argumentativo. Para a apresentação dos elementos no quadro, partimos de uma sequencialidade em direção à Alegação central do fluxo. Assim, apresentamos à esquerda o elemento que estabelece uma relação parafrástica com o Dado D; seguido do elemento parafrástico à Alegação A, que atua, também, como o Dado D1; em seguida, apresentamos o elemento que atua, de forma autônoma, como a Alegação A1 e como Dado D2; e, por fim, o elemento parafrástico à Alegação A2. Enquanto os dois primeiros elementos atuam como paráfrases por reiteração do componente verbal, por construírem imageticamente o caráter esférico da Terra e por indicar a inclinação do eixo da Terra, o último elemento (à direita do Quadro 3) estabelece uma relação não apenas parafrástica, visto que adiciona informações ao verbal, ao recorrer a personagens com aspectos típicos de regiões polares (uma montanha de neve com a personagem John Snow, do seriado *Game of Thrones*) e de regiões equatoriais (um banhista em exposição ao Sol). Tais adições apresentam, também, efeitos na dimensão do *pathos*, uma vez que se articulam a conhecimentos já partilhados dos espectadores, que encontram ressonância nas representações estereotipadas das regiões indicadas, que podem provocar, inclusive, efeito humorístico.

O terceiro elemento – no qual são construídos a Terra, o eixo inclinado e o Sol – atua de forma autônoma como uma Alegação e como um Dado. Esse componente imagético encontra-se em paralelo ao componente verbal *A luz do Sol é a mesma em todas as épocas do ano* do fluxo alternativo (Diagrama 5), indicando uma concepção oposta em relação ao estatuto de realidade do componente do fluxo alternativo, ou seja, indica, por meio das entidades que o constitui, que, na Terra Esférica, a luz do Sol não é a mesma em todas as épocas do ano.

Assim como nos demais fluxos, embora os elementos imagéticos atuem argumentativamente nos espaços explicativo-argumentativos e construções contrafactuais, apenas alguns elementos articulam-se como Dados em relação à Alegação central *A Terra é redonda/esférica*. O diagrama 6 a seguir consiste na atualização do diagrama 1, apresentado no início da seção, reconstruindo o turno de cada *youtuber* como um Dado

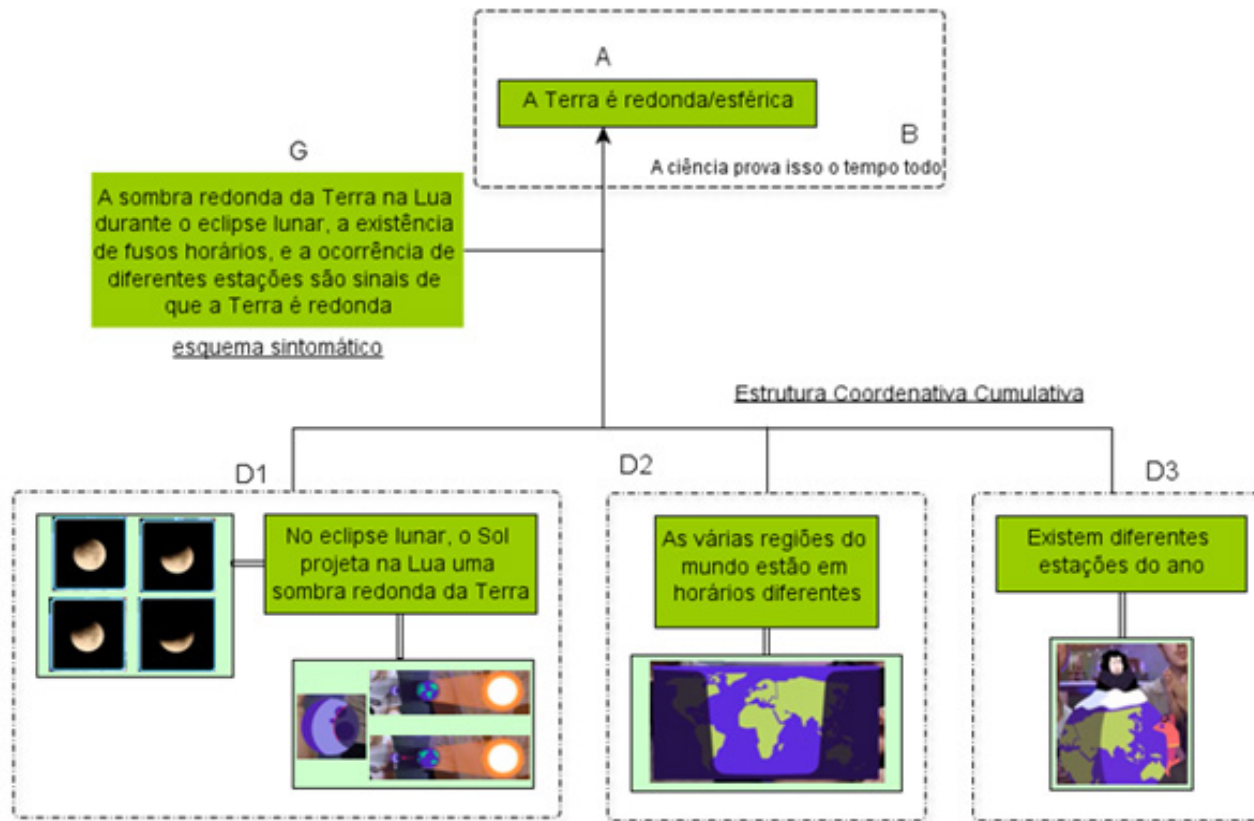


Diagrama 6 – Movimento argumentativo de (1)

Fonte: elaboração própria

A partir da análise dos turnos dos três *youtubers*, podemos identificar algumas similaridades e algumas diferenças. Todos os oradores estabelecem espaços explicativo-argumentativos, seja para justificar a seleção do Dado, como no caso da Nilce, seja para a justificar a não plausibilidade da resposta alternativa, como no caso de Leon e de Castanhari. Essas construções apresentam como motivação potencial a esfera a que o vídeo está inserida: por tratar-se de um vídeo de popularização científica, envolvem-se na construção do texto processos de didatiza-

ção tanto do fazer científico, quanto do conhecimento científico em si, que acabam por atrelar-se de forma íntima ao processo argumentativo, uma vez que o vídeo encontra-se no limiar entre a exposição didática de conhecimentos científicos e posicionamento ante uma polêmica polarizada. Atrelado a esse processo de didatização estão os elementos imagéticos, que auxiliam na instanciação visual – principalmente por meio de paráfrases – dos fenômenos científicos, que são apresentados pelos oradores através da modalidade verbal em seu meio fônico. Argumentativamente, os elementos imagéticos atuam ora em conjunção a um elemento verbal, de forma a contribuir com a identificação e com a adesão, ora de forma autônoma, explicando o funcionamento de um fenômeno e argumentando pela sua não articulação com o posicionamento defendido – como é o caso da representação do ordenamento dos astros no eclipse solar.

Em termos argumentativos, Leon e Castanhari apresentam um padrão de construção de raciocínio similar, e opõem-se ao modo empreendido por Nilce. As análises permitiram identificar dois modos de busca pelo aumento da adesão à Alegação defendida (*A Terra é redonda/esférica*). Por um lado, pode-se aumentar a adesão a uma Alegação de forma interna, ou seja, explicita-se e argumenta-se sobre o funcionamento dos conhecimentos envolvidos na Alegação, como na argumentação de Nilce, que sustenta que o eclipse lunar consiste em um bom exemplo para defender que a Terra é redonda por meio do próprio funcionamento do eclipse lunar, que fornece indícios para que esse posicionamento seja defendido; isso opõe-se ao que ocorre no eclipse solar, para o qual o elemento imagético não fornece sinais que poderiam sustentar ser um bom exemplo para defender a Alegação central. Por outro lado, o aumento da adesão pode se dar também de forma externa, quando se argumenta não pelo funcionamento dos fenômenos envolvidos na Alegação a que se alinha, mas, sim, pela não plausibilidade de uma das alternativas (*A Terra é plana*), como no caso de Leon e de Castanhari, que recorrem a construções contrafactuais. Nisso, retomamos o fato de, no vídeo, os oradores construir apenas duas respostas para o problema epistêmico, de modo que, ao se argumentar de forma externa pela não plausibilidade de uma das respostas para solucionar o problema, necessaria-

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

mente leva-se à outra resposta disponível, processo que fica explícito no turno de Leon, que, embora tenhamos indicado que a Refutação leva à Alegação implícita de que *A Terra não é plana*, infere-se que isso corresponde conceber que *A Terra é redonda*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, exploramos a articulação dos três aspectos potenciais de vídeos de popularização científica veiculados em mídias digitais: propagação de conhecimentos, argumentação e multimodalidade. Tivemos como objetivo analisar de que forma os oradores sustentam um posicionamento ante uma polêmica polarizada, considerando o uso de elementos imagéticos, os modos de construção das respostas alternativas do problema epistêmico, dentre as quais se destacou a contra-factuality.

Para isso, discutimos primeiramente a noção de problema epistêmico, como proposto por Gonçalves-Segundo (*no prelo a*), e de que forma ele é instaurado no vídeo em análise. Para a análise, expusemos a releitura do modelo Toulmin, discutindo os componentes do *layout*, Alegação, Dado e Garantia – além de Base e de Refutação, quando relevante – e sua relevância para a análise da configuração funcional das proposições em um movimento argumentativo. Partimos, então, para a análise de um movimento argumentativo do vídeo “A TERRA É PLANA? Com Leon e Nilce”, publicado pelo Canal Nostalgia, na plataforma do YouTube.

As análises permitiram que articulássemos, por um lado, a esfera de popularização científica à argumentação, e por outro, o uso de elementos imagéticos – assim como sua interação com elementos verbais, ou seja, uma interação multimodal – tanto a uma prática discursiva de popularização científica – processo de didatização por meio de instanciação dos fenômenos científicos –, quanto a uma prática argumentativa – seja em relação ao logos, em termos de componentes do *layout*, seja em relação ao *pathos*, por ressoar a experiência empírica do auditório.

Buscamos por meio dessas análises explicitar, por um lado, de que forma uma análise da configuração funcional da argumentação, a partir da releitura do modelo Toulmin, pode mostrar-se produtiva para a investigação desse processo de resistência à deslegitimação da ciência, e, por outro, identificar o papel que as construções contrafactuais e os elementos imagéticos exercem na argumentação, especialmente em termos da promoção da adesão. As análises permitiram que identificássemos que fazer uso de uma construção contrafactual na argumentação consiste em uma estratégia discursiva de suspensão temporária do estatuto de Alegação de uma das respostas ao problema epistêmico. Essa suspensão permite que se argumente pela plausibilidade ou não dos efeitos decorrentes da presunção dessa Alegação como um Dado – tipicamente, não constituído por uma tensão dialógica. Por meio das análises, também identificamos que elementos imagéticos podem atuar em relações parafrásticas a elementos verbais ou de forma autônoma, apresentando tanto reiteração ao componente verbal a que está associado, quanto rechaço a uma dada Alegação, considerando a dimensão patêmica.

Por fim, as análises também permitiram que identificássemos dois processos de busca pelo aumento da adesão – de forma interna ou externa. Tal forma de construção argumentativa pode consistir em uma estratégia recorrente em textos de popularização científica produzidos para e distribuídos pelas mídias digitais, o que aponta para a necessidade de se intensificar os estudos que articulem os três aspectos que identificamos no início desse texto, buscando verificar também a recorrência do processo de criação de espaços explicativo-argumentativos em textos de popularização científica que tematizem polêmicas já constituídas.

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

REFERÊNCIAS

Amossy, R. (2017). *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto.

Chilton, P. (2014). *Language, Space and Mind: The Conceptual Geometry of Linguistic Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.

Chouliaraki, L. & Fairclough, N. (1999). *Discourse in Late Modernity. Rethinking critical Discourse Analysis*. Edimburgo: Edimburgo University Press.

Freeman, J. B. (2011). *Argument Structure: Representation and Theory*. Dordrecht/Heidelberg/London/New York: Springer.

Germano, M. G. & KULESZA, W. A. (2007). Popularização da ciência: uma revisão conceitual. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, 24 (10), pp. 7-25. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>

Gonçalves-Segundo, P. R. (2016a). Argumentação e falácias em entrevistas televisivas: por um diálogo entre o modelo Toulmin e a perspectiva textual-interativa. *Revista Linha D'Água*, 29(2), pp. 69-96. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p69-96>

Gonçalves-Segundo, P. R. (2016b). Engajamento e processamento discursivo: diálogos entre a Linguística Sistêmico-Funcional e a Linguística Cognitiva. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 45, pp. 153-169. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v45i1.704>

Gonçalves-Segundo, P. R. (2017). A relevância da noção de perspectivação conceptual (construal) no âmbito dos estudos do texto e do discurso: teoria e análise. *REVISTA LETRAS (UFESM/ON-LINE)*, 27, pp. 69-100. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/2176148529571>

Gonçalves-Segundo, P. R. (2018a). Discurso e Prática Social. In: BATISTA Jr., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tomaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (orgs.). *Análise do Discurso Crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, pp. 79-103.

Gonçalves-Segundo, P. R. (2018b). Argumentação e perspectivação conceptual: possibilidades teórico-analíticas. In: Vitale, Alejandra; Piris Eduardo Lopes; Carrizo, Alicia Eugenia; Azevedo, Isabel Cristina Michelin de. *Anais do IV Seminário Internacional de Estudos Sobre Discurso e Argumentação (IV SEDiAr)*. Ilhéus: Editus – Editora da Universidade de Santa cruz, pp. 922-934. Disponível em: <http://sedi-ar.com/pdf/ActasIVSEDiAr.pdf.pdf>

Gonçalves-Segundo, P. R. (no prelo a). *A configuração funcional da argumentação epistêmica: relendo o layout de Stephen Toulmin a partir de uma perspectiva linguística, discursiva e cognitiva*.

Gonçalves-Segundo, P. R. (no prelo b). *The Multidimensional Model of Argumentative Analysis: An Introduction*. Alfa: Revista de Linguística.

Grácio, R. A. L. M. (2010). *Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Grillo, S. V. C.; Giering, M. E. & Motta-Roth, D. (2016). Perspectivas discursivas da divulgação-popularização da ciência. *Bakhtiniana*, 11 (2), pp. 3-13. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-457327166>

Halliday, M. A. K. (2004). *Introduction to Functional Grammar*. (3ª ed). Londres e Nova Iorque: Routledge.

Hart, C. (2014). *Discourse, Grammar and Ideology: Functional and Cognitive Perspectives*. London: Bloomsbury.

Kjeldsen, J. E. (2015). The Study of Visual and Multimodal Argumentation. *Arguments*. *Argumentation*, Netherlands, 29 (2), pp. 115-132. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10503-015-9348-4>

Langacker, R. W. (2008). *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Langsdorf, L. (2011). *Argumentation as contextual logic: An appreciation of backing in Toulmin's model*. *Cogency*, 3(2), pp. 51-78.

Manovich, L. (2009). The Practice of Everyday (Media) Life: From Mass Consumption to Mass Cultural Production?. *Critical Inquiry*, 35, pp. 319-331. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/theatre_s/current/postgraduate/ma-theatre-performance-research-2017/option_modules/th988/schedule/manovitch.pdf

Marín-Arrese, J. (2011a). Effective vs. Epistemic stance and subjectivity in political discourse: Legitimising strategies and mystification of responsibility. In: HART, Christopher (org.) *Critical Discourse Studies in Context and Cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 193-223.

Marín-Arrese, J. (2011b). Epistemic legitimizing strategies, commitment and accountability in discourse. *Discourse Studies*, 13 (6), pp. 789-797.

Martin, J. & White, P. (2005). *The language of evaluation: appraisal in English*. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan.

Meyer, M. (2007). *A retórica*. São Paulo: Editora Ática.

GONÇALVES-SEGUNDO, PAULO ROBERTO & ISOLA-LANZONI, GABRIEL; *A Terra é plana?: uma análise da articulação entre argumentação epistêmica, multimodalidade e popularização científica no YouTube / Is the Earth flat?: an analysis of the articulation between epistemic argumentation, multimodality and scientific popularization in YouTube*

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 84-121

Motta-Roth, D. & Lovato, C. S. (2011). O poder hegemônico da ciência no discurso de popularização científica. *Calidoscópio*, 9 (3), pp. 251-268. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2011.93.09>

Motta-Roth, D.; Scherer, A. S. (2016). Popularização da ciência - a interdiscursividade entre ciência, pedagogia e jornalismo. *Bakhtiniana*, 11 (2), pp. 164-189. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2176-457323671>

Plantin, C. (2008). *A argumentação*. São Paulo: Parábola.

Toulmin, S. (2006[1958]). *Os usos do argumento*. 2nd ed. São Paulo: Martins Fontes.

Toulmin, S.; Rieke, R. & Janik, A. (1984[1978]). *An introduction to reasoning*. 2nd ed. New York: Macmillan Publishing Company.

Van Eemeren, F.; Houtlosser, P. & Snoeck Henkemans, A. F. (2007). Indicators of argument schemes. In: Van Eemeren, Frans; Houtlosser, Peter; Snoeck Henkemans, A. Francisca. *Argumentative indicators in discourse: A pragma-dialectical study*. Dordrecht: Springer, pp. 137-192.

Verheij, B. (2006). Evaluating arguments based on Toulmin's scheme. In: Hitchcock, David & Verheij, Bart (org.) *Arguing on the Toulmin model*. New essays in argument analysis and evaluation. Dordrecht, The Netherlands: Springer, pp. 181-202.

FONTES

Castanhari, F. *A TERRA É PLANA? Com Leon e Nilce*. YouTube. 08 nov. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nEVPDqUb5dM>

Argumentação *ad hominem*, formas de tratamento e protesto político

Ad hominem argument, address forms and political protest

MARQUES, ALDINA
mamarques@ilch.uminho.pt

DUARTE,
ISABEL MARGARIDA
iduarte@letras.up.pt

SEARA, ISABEL DE
ROBOREDO

Professora associada com agregação
ILCH/CEHUM – U. Minho

Professora Associada da FLUP

Investigadora e membro do Conselho Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto, Portugal

Professora Auxiliar da UA

Investigadora do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE:
descortesia;
argumentação *ad hominem*;
formas de tratamento;
manifestações políticas;
redes sociais.

RESUMO: A descortesia linguística é um fenómeno discursivo que deve ser analisado no contexto e no género discursivo em que surge. Decorre da inadequação do ato de fala do locutor, tendo em conta normas sociodiscursivas. Mas faz parte do protesto político, sendo socialmente tolerada nesse contexto.

Pretende-se analisar a construção discursiva da descortesia no espaço público em Portugal, tendo em conta os protestos em manifestações políticas e nas redes sociais; relacionar a descortesia com os traços dos géneros discursivos em causa; identificar argumentos *ad hominem* com base nas formas de tratamento.

O *corpus* é constituído por enunciados descorteses produzidos no espaço público, em cartazes e palavras de ordem de manifestações ou nas redes sociais.

KEY-WORDS:
impoliteness;
ad hominem argumentation;
address forms;
political street protests;
social networks.

ABSTRACT: Linguistic impoliteness is a discursive phenomenon that must be analyzed in the context and discursive genre in which it occurs. It follows from the inadequacy of the speech act, taking into account sociodiscursive norms. However, it is part of the political protest and it is socially accepted in this context.

The aim is to analyze the discursive construction of impoliteness in public space in Portugal, taking into account political street protests and social networks, to relate impoliteness and discursive genres parameters and to identify *ad hominem* arguments based on address forms. The *corpus* consists of impolite statements in Portuguese public space, in posters and slogans in street protests and in social networks.

1. INTRODUÇÃO

A forma como os governados se dirigem aos seus representantes varia consoante os contextos e os géneros textuais tal como tem variado ao longo dos anos e particularmente nos anos mais recentes marcados, sobretudo desde 2008, pelos chamados *movimentos dos indignados*.¹

1. Constituindo um fenómeno social internacional, parte dos chamados *novíssimos movimentos sociais*, este movimento, em Portugal, teve como designação “Que se lixe a troika”, um título que se destaca desde logo pela agressividade veiculada. Sobre este movimento, ver Marques (2015).

Vamos centrar-nos, por um lado, em enunciados que, em diferentes géneros do discurso político e em diferentes momentos de protesto e contestação, os primeiros, os governados, têm dirigido aos segundos, os seus representantes, em enunciados que podem ser caracterizados como agressivos e até insultuosos.

Por outro lado, o crescente impacto das redes sociais na sociedade atual justifica que estebeçamos um paralelo entre o protesto político público, em acontecimentos político-sociais como as manifestações, e os protestos políticos nas redes sociais, configurando, em termos das teorias da argumentação, ataques *ad hominem*.

A argumentação *ad hominem* é uma questão fundamental em análise dos discursos, particularmente no que concerne à respetiva dimensão argumentativa (Amossy, 2000), para além das análises tradicionais, focadas na discussão do carácter falaz que definiria este tipo de argumentação. Amossy (1999: 14) dá conta dessa importância ao afirmar que “[the] argument *ad hominem* can be viewed as an integral part of *ordinary argumentation*, and more specifically, of polemical discussions and debates” (itálico nosso).

Para a presente análise, recolhemos enunciados de protesto político produzidos no espaço público português, desde o início dos *movimentos dos indignados* até à atualidade, quer em cartazes ou palavras de ordem de manifestações políticas oficiais, quer em protestos de rua mais ou menos espontâneos, quer ainda nas redes sociais.

Esses enunciados podem acompanhar fotografias divulgadas na rede ou serem recolhidos de slogans, jornais ou outros *media* que relatem palavras de ordem ou outros enunciados de protesto.

Trataremos, portanto, de contextos de confronto político em que a agressividade não se manifesta entre iguais, como acontece na Assembleia da República, mas do povo em direção aos seus representantes, na ausência destes (quer nas manifestações de rua quer nas redes sociais). Em termos da construção discursiva, os representantes políticos são destinatários e também objeto de discurso, configurando duas categorias diversas de alocação e delocução.

As relações políticas entre o “povo” e os seus representantes são construídas em diferentes géneros discursivos. Uma petição à Assembleia da República, um requerimento a um Presidente de Câmara, uma intervenção em Assembleia de Freguesia são também géneros do discurso político, em eventos sociais, nos quais o “povo” se dirige aos seus representantes e em que não é expectável a ocorrência do insulto, nem mesmo de agressividade, pois são géneros em que esses traços discursivos não estão previstos e, ocorrendo, não são tolerados.

Já o mesmo não se passa nas manifestações políticas² ou no protesto político público em geral, que são *face threatening genres*.³

A agressividade integra, pois, os parâmetros definidores da manifestação enquanto género do discurso político⁴ e é transversal a diferentes culturas e sociedades.⁵

As redes sociais, por sua vez, contribuem para o esbatimento da dicotomia público/privado, tornando-se um *palco mediatizado de encenação*, um espaço de partilha de opiniões, de revelações e de exposição do quotidiano, que visa a construção de uma identidade mediática (Cf. Carvalheiro, Prior e Morais 2013: 117). Mas, se o ambiente virtual fomenta mecanismos favoráveis à partilha de informações e de conhecimento, ao reencontro de amizades, à integração de grupos com interesses comuns, é igualmente um terreno fértil para a ampliação de conflitos. De facto, as redes sociais podem ser, e são-no com frequência, um lugar de agressividade, de violência verbal.⁶ A relação não presencial e a possibilidade de anonimato, que desresponsabiliza o locutor, favorecem este tipo de relação agressiva.⁷ Acresce ainda o facto de um mesmo *post* poder suscitar o comentário de um grande número de comentadores que não se conhe-

2. As manifestações políticas são “um evento público de exercício da cidadania, integram mecanismos de reforço grupal, por um lado, e de contestação e desqualificação de (discursos) adversários, por outro” (Marques, 2015: 11).

3. Sobre o conceito ver Ayala (2001: 145, 146 e 147): «In particular, Johnson (1992) argues that a whole text (...) can become a FTA (global FTA), containing local, individual FTAs (specific FTAs) (...)».

4. Os protestos políticos podem ocorrer como manifestações oficiais e/ou como manifestações “espontâneas”, isto é não oficiais, geradas por ajuntamentos populares. Nestes casos, os protestos podem ser feitos na presença dos políticos, o que amplifica a força do ato agressivo realizado. É o caso que de seguida registamos: Um grupo, alegadamente de socialistas, juntou-se à saída de uma Comissão Nacional do PS em Ermesinde, em 22 de junho de 2014. Foram produzidos, contra os dirigentes socialistas presentes, atos ameaçadores da face e nomeadamente insultos configurando ataques *ad personam*: “vai-te embora”; “traidor”; “borra-botas”; “oportunistas”; “vai-te embora para Lisboa”; “seu porco”.

https://www.rtp.pt/noticias/politica/tensao-e-insultos-a-antonio-costa-no-final-da-reuniao-da-comissao-nacional-do-ps_v747080

5. No *corpus* que recolhemos, existem imagens de manifestações políticas que carregam a mesma agressividade: “Lula traidor safado”, numa manifestação no Brasil, ou “No al FMI basta Macri de mentira”.

6. Para Moïse et al (2008), «La violence verbale [est] définie comme l'ensemble des pratiques langagières menaçantes ressenties comme des « infractions contre la personne en tant qu'individu et en tant que membre d'une collectivité ». Ainda segundo os autores, «les actes de langage mobili-sés» vão «de la menace à l'insulte par exemple».

7. O uso frequente de identidades falsas, de *nicknames*, e de fotografias em que os locutores não podem ser identificados ou ainda a facilidade com que se criam contas falsas em nome de outros facilita a violência verbal, porque o locutor, ao ser agressivo, não ataca a sua própria face, que fica invisível.

cem entre si, o que gera uma alta interatividade que vem favorecer, de igual modo, o confronto agressivo. O FB favorece uma interação plurilocutores, com um estatuto comunicativo por vezes impreciso.

Esta particular situação de comunicação, e nomeadamente as relações interpessoais, nas redes sociais, é favorável à agressividade em discursos que procuram excluir, quando não aniquilar, uns e manipular outros.

Embora saibamos que a liberdade de expressão é um direito de cidadania particularmente sensível quando está em causa a relação dos governados com os governantes, não deixam de chamar a atenção os inúmeros procedimentos injuriosos que ocorrem em diferentes lugares sociais e políticos.

Na abordagem desta agressividade generalizada face ao poder político, consideramos que o protesto político em *manifestações* e nas redes sociais se configura em enunciados em que o confronto verbal determina as características da interação. Em consequência, colocámos como hipóteses de trabalho que:

Hp1. As formas de construção da agressividade como ato de linguagem sofrem restrições do tipo de discurso e do género considerado.

Hp2. Os ataques *ad hominem* e *ad personam* são modos fundamentais da construção da relação com o adversário em discursos públicos agonais.

Hp3. As formas de tratamento têm um papel central na desconsideração da imagem do outro contra quem se protesta.

Hp.4. As formas de tratamento contribuem para uma argumentação *ad personam*

Assim, estabelecemos como objetivos de análise:

1. Analisar a construção discursiva da descortesia nos protestos políticos em espaço público, em manifestações políticas e redes sociais.
2. Identificar argumentos *ad hominem*, especificamente enquanto argumentos *ad personam*, que se constituam com base nas formas de tratamento.
3. Analisar o uso das formas de tratamento (nominais e pronominais) nos enunciados dos protestos de rua e nas redes sociais.

2. DESCORTESIA E AGRESSIVIDADE VERBAL: ATAQUES AD HOMINEM, EMOÇÃO E INSULTOS

Privilegiamos uma abordagem pragmática-discursiva dos usos e funcionamento da linguagem. Adotando uma perspectiva interdisciplinar de análise, enquadrámos a nossa investigação, por um lado, na teoria da (des)cortesia e, por outro, na teoria da argumentação no discurso (Amossy, 2000).⁸ Passamos, por isso, a alguns dos aspetos teóricos particularmente centrais na presente investigação.

Quanto à (des)cortesia) teremos em conta trabalhos diversos, desde Brown & Levinson (1978/1987) aos contributos de Culpeper (1996; 2005; 2009; 2011); Kerbrat-Orecchioni (2012) Bousfield (2008); Bousfield & Locher (2008), Locher & Bousfield (2008), Harris (2000), entre outros.

A (des)cortesia é dependente do contexto. Se a cortesia é uma atividade que pretende manter o equilíbrio das imagens dos participantes na interação (Brown & Levinson (1987), a descortesia linguística, por sua vez, ocorre sempre que o locutor realiza um ato inapropriado, que atinge

8. Como refere Amossy (2009: 1), «My own theory, labelled “argumentation in discourse” (Amossy 2006 [2000]), mainly tries to reconcile argumentation, as defined in Perelman’s and Olbrechts-Tyteca’s *New Rhetoric* (1958), and the French contemporary tradition of Discourse Analysis (Charaudeau et Maingueneau 2002)».

9. Mas deve sublinhar-se que a descortesia pode não implicar agressividade.

10. As opiniões sobre o grau de agressividade verbal podem divergir. Culpeper (2009) equipara o abuso verbal ao abuso físico: «... verbal abuse may be perceived to be as damaging as physical abuse». Mas Djian (2008: 179) vê na violência verbal um modo de evitamento da violência física: «la violence de la langue, cette profération jouissive de la parole haineuse, est aussi ce qui souvent permet de suspendre le passage à l'acte violent et constitue un substitut à l'affrontement physique». A percepção dos falantes vai no mesmo sentido. Manuel Pinho, ministro da Economia no governo de J. Sócrates, foi forçado a demitir-se por um gesto descortês que, no parlamento português convive com insultos como este: “O Sr. Mário Simões (PSD): — Sr. Presidente, termino dizendo que irei fazer chegar à Mesa um documento que prova que, quando a eletrificação da linha para Évora foi anunciada pelo governo do Partido Socialista, os Srs. Deputados do PCP não tomaram posição em defesa de Beja.

a face do interlocutor. A descortesia está, assim, em inter-relação com a agressividade verbal.⁹ Note-se, no entanto, que esta agressividade verbal, que configura o ato de descortesia, é um fenómeno escalar. O insulto, como manifestação extrema de agressividade verbal, tem como consequências perlocutórias a própria inibição do diálogo, como acentua Ilie (2001: 244).

A descortesia pode, portanto, ser mais ou menos agressiva, em função de parâmetros contextuais pré-estabelecidos e da avaliação dos interlocutores.¹⁰ É esta a posição assumida por Locher & Watts (2008), por exemplo, que fazem depender a noção de descortesia (e de cortesia, também) de uma atitude avaliativa dos interlocutores. Para os autores, (2008: 79), um enunciado descortês tem duas características básicas: «...uma violação das expectativas de uma dada interação e uma avaliação negativa pelos participantes de acordo com as normas de uma determinada interação.» (tradução nossa). A avaliação feita pelos interlocutores depende do género de discurso em causa, mas depende também, em cada caso, da competência comunicativa dos participantes, com destaque para a sua competência genérica.

É neste enquadramento que devem ser analisadas as *manifestações*, nas quais a descortesia parece fazer parte dos parâmetros de género. Consideramos, assim, que também a descortesia pode “est[ar] regulada antes de la interacción, por tanto, sometida a convención”, algo que, de acordo com Briz Gomes (2004: 69), apenas caracterizaria a cortesia.

Ao ligarmos a descortesia aos géneros discursivos queremos sublinhar também que cada contexto específico exerce restrições não só sobre a ocorrência mas também sobre o grau de descortesia.

O mesmo não se passa com o FB, onde a descortesia constitui uma violação das expectativas dos participantes.

2.1. ATAQUES AD HOMINEM E AD PERSONAM

Se a agressividade como manifestação de descortesia é um custo na relação interacional, tem, no entanto, outras consequências que justificam a sua ocorrência, ou seja, a agressividade é uma estratégia fundamental na orientação da argumentação discursiva. Relacionaremos, por isso, a teoria da descortesia com a teoria da argumentação no discurso (Amossy, 2000; 2009), centrando a atenção em procedimentos discursivos de descortesia como o insulto enquanto ataque, ou argumento, *ad hominem*, na construção do discurso.

São várias as perspectivas teóricas com divergências em relação à definição e funções da argumentação *ad hominem*. Este procedimento estratégico heterogéneo, segundo alguns investigadores, nomeadamente Plantin (1996), no seguimento de Perelman & Olbrechts-Tyteca, (1970), pode ser subcategorizado como *ad hominem* e *ad personam*, uma categorização que consideramos particularmente adequada à análise dos discursos, em geral, e dos discursos políticos, em particular.¹¹ Sendo uma categoria criada no quadro de uma perspectiva normativa da argumentação, a que atualmente a pragma-dialética dá continuidade (van Eemeren & Grootendorst, 1984), a análise deste procedimento em função dos géneros discursivos reenquadra as suas características e os seus efeitos de sentido. Por isso, o ataque *ad hominem* pode não ser falaz, pois, sendo um ataque à coerência do alvo, ganha pertinência e força quando se trata de uma figura pública (como na argumentação contra Ricardo Robles a propósito do prédio adquirido em Alfama, em divergência com os princípios políticos defendidos).¹² Já o ataque (ou argumento) *ad personam* é o ataque à pessoa, à sua dignidade e imagem pessoal. O insulto realiza, prototipicamente, este tipo de ataque, uma estratégia desencadeadora de agressividade verbal que visa diminuir o adversário, condicionando a relação interpessoal, mas também a construção discursiva na sua globalidade. Assim, usaremos este conceito como hipónimo de ataque *ad hominem*, para considerar um modo particular de agressividade.

Protestos do PCP.

O Sr. João Oliveira (PCP): — Mentiroso! Mentiroso! Mentiroso!» (DAR, 13 de set 2011).

Também Mário Soares, em artigo de opinião, desvaloriza a violência verbal: «O descontentamento, nas grandes cidades, é latente. Está a aumentar e cada vez se torna mais agressivo, no plano verbal. Mas, felizmente - é essa a força da Democracia - tudo se tem passado nos termos legais, sem violência. (*À beira da crise política*, 24 de março de 2011).

11. Como exemplo de posição divergente é a afirmação seguinte, de Amossy (1999): «...the latter has sometimes been called argumentum ad personam (...). We shall however stick to the argumentum ad hominem...».

12. Veja-se o seguinte excerto: «O prédio está a ser vendido por uma imobiliária de luxo e Robles espera que a venda se faça “a breve trecho”. Com esta venda, Robles conseguirá uma mais-valia de dois milhões de euros. Em Março de 2018, Robles lamentou, em entrevista ao Diário de Notícias, que o problema da habitação se venha “agravar em Lisboa”. “Os preços continuam a aumentar

brutalmente e isto está a criar uma crise social. Encontrar casa, seja para arrendar seja para compra, apesar de o crédito para a habitação estar mais acessível, continua a ser proibitivo”, afirmou.» (Jornal *Negócios*, 27 de julho de 2018).

13. O conceito de *género discursivo* ganha necessariamente centralidade. As formas de tratamento e os mecanismos linguístico- discursivos de construção da cortesia são “sensíveis ao contexto”, daí a atenção ao contexto discursivo local e global.

14. Além disso, e como refere Orkibi (2012: §8), «l’insulte est conçue comme l’expression d’un collectif».

15. Este comportamento cabe na “liberdade de expressão”? Esta é uma discussão com implicações jurídicas, mas também éticas. Mesmo neste contexto, a violência, nomeadamente a não verbal, tem consequências.

16. Ainda que numa aceção diversa, usamos o termo de Marlangeon (2014: 14).

17. Todavia, se a manifestação política não pode ser categorizada como um discurso intimidatório, levantam-se dúvidas relativamente a protestos políticos públicos de carácter “espontâneo”, não unidirecionais, em que a

3. GÉNEROS DO DISCURSO PÚBLICO E ARGUMENTAÇÃO *AD PERSONAM*

A descortesia é um fenómeno discursivo que deve ser analisado no contexto em que ocorre e no género discursivo concreto em que está presente.¹³ A abordagem à agressividade nos géneros de discurso político, que aqui consideramos, deve ancorar-se no estatuto dos participantes. Com efeito, independentemente das vozes empíricas que se fazem ouvir em cada manifestação, trata-se sempre de falar «como povo», no exercício de um direito constitucional. O insulto político é tolerado em contexto de manifestação, porque os diferentes locutores falam em nome de um coletivo que se sente prejudicado por quem o deveria servir. Esse coletivo pode dizer, pela voz de cada locutor concreto, o que quiser, um comportamento agressivo assegurado, aliás, pelo direito à liberdade de expressão.¹⁴ A agressividade verbal é, deste modo, uma afirmação de poder popular.¹⁵

Contudo, Ernotte & Rosier (2001: 12) lembram que o insulto se situa na encruzilhada de alguns constrangimentos. E a fronteira entre o insulto político e o insulto individual por vezes afigura-se muito ténue.

O insulto como estratégia argumentativa visa, por um lado, estigmatizar o interlocutor, posicioná-lo como o outro ideologicamente distante, mas instaurando a convivência grupal com os seus.

Por outro lado, é fundamental o facto de ser um discurso plurilocutores, que se caracteriza pela *ausência* do alvo. A descortesia é *unidirecional*¹⁶ e o discurso não pode ser categorizado como intimidatório, apesar da violência dos insultos produzidos.¹⁷

Nestes discursos públicos, o insulto, um *insulto político*, cumpre diferentes funções pragmáticas. É uma estratégia de confronto que visa diminuir o outro e extremar a disputa, através da intensidade das emoções mostradas (descontentamento, indignação, e mesmo emoções mais fortes como o ódio).

Os efeitos pragmáticos da agressividade nos protestos políticos dependem do estatuto de *discurso público* que os caracteriza. De facto, quando um locutor, assumindo o estatuto de cidadão, se dirige a um governante que não está presente, dirige-se, também (ou sobretudo), ao auditório. O locutor pretende fazer-se ouvir pelos que com ele partilham o mesmo espaço, mas também pelos *media*, e, através destes, por todo o povo.

O insulto tem como efeitos perlocutórios o reforço da coesão grupal, EU-NÓS, contra o adversário, TU-VÓS/ELE(s). É enquanto “povo” que cada manifestante ganha força simbólica.¹⁸

A agressividade verbal é, neste enquadramento discursivo, uma afirmação de poder popular: «L’usage d’une langue obscène, caractéristique de la rhétorique de polarisation, est tout particulièrement associé à *la reprise du contrôle de l’espace public par le peuple*.» (Orkibi, 2012: §19).

No *FaceBook*, os comentários que seleccionámos têm também um destinatário composto, o alocutário e a opinião pública, e objetivos similares de crítica política, mas sem o suporte ideológico e institucional daqueles. Falta-lhes força simbólica.

A comunicação no FB, rápida, espontânea e quase em tempo real, aproximando-se mesmo da coloquialidade das interações orais do quotidiano, mas em diferido, faz com que as posições polémicas sejam facilmente extremadas, resvalando para o insulto individual. O estatuto discursivo de quem insulta é determinante.

compreensão do alvo e o posicionamento espacial dos participantes permite o contacto físico. A injúria deixa de ser *indireta* e torna-se *interpeltiva*: “L’injure indirecte est d’autant plus forte ici qu’elle est cautionnée par l’injuriaire (celui qui est témoin de l’insulte), les médias, le peuple, la France entière. L’insulte fonctionne alors avec le consentement de l’injuriaire séduit par l’injuriaire (les manifestants), mais dans une forte agressivité, l’injurié (les hommes politiques) étant absents et délocutés dans une forme d’adresse par le nom propre (...) l’injure interpeltative prend à partie l’injurié (Fracchiolla & Moïse, 2009: 118).”

É no quadro de questões mais abrangentes como a liberdade de expressão ou o direito ao bom nome, por exemplo, que se poderá discutir este tema.

18. Deste estatuto, dá conta o enunciado «Aqui sou mais que eu», reproduzido num cartaz empunhado por um manifestante, numa das manifestações promovidas pelo movimento dos indignados.

4. FORMAS DE TRATAMENTO E ARGUMENTAÇÃO *AD PERSONAM*

Da avaliação negativa do insulto considerado *em si e por si*, chega-se, assim, ao insulto como estratégia de argumentação que visa pressionar o alvo da agressão. Esta estratégia é realizada através de diferentes recursos linguísticos, de que iremos considerar, apenas, as formas de tratamento (alocutivas e delocutivas).¹⁹

19. Lembremos o que escreve Marques (2015: 20): «O alvo do insulto é construído ora (...) como objeto de discurso, em descrições desvalorizadoras pela carga axiológica negativa que carregam ora (...) como interlocutor, interpelado por diferentes locutores. Em qualquer dos casos, são estratégias discursivas que vão exacerbar a manifestação do desacordo e diabolizam a imagem do adversário-alvo.»

No Português Europeu Contemporâneo, há formas de tratamento reconhecidas para os membros do governo, Presidente da República e deputados: Sr. Primeiro-ministro, (Vossa) Excelência, Sr. Presidente, por exemplo. Também enquanto objetos de discurso, em uso delocutivo, nos *media* e outros discursos públicos, é reconhecido o modo adequado de referir as mesmas personalidades: «o (sr.) Primeiro-Ministro afirmou que...»; ou o uso do nome próprio e do sobrenome, como em «António Costa referiu...». Já o uso do nome próprio ou do sobrenome precedido de artigo definido não é admissível, a não ser num registo avaliativo depreciativo.

(1) Lembrem-se daquele assessor do *kavaku* que...

Mesmo nas redes sociais, em situação de alocução, usar o nome próprio como forma de tratamento não parece ser bem aceite, pela proximidade e informalidade que implícita. Por isso, a opção pelo nome completo do interlocutor é estratégia para reagir a uma intervenção anterior avaliada negativamente.

(2) Daniel Oliveira: *Lupin Azevedo* Não, era só suposto manter o nível. As redes sociais não são paredes de casa de banho. Quer debater política, debate. Quer fazer ruído escolha outro espaço. (FB, página de Daniel Oliveira)

Do mesmo modo, as formas pronominais *tu* e *você* são inadmissíveis. Se a FT *você* está sujeita a usos e perceções variadas, por vezes contraditórias, a FT *tu* tem um valor agonal, associado

a contextos de insulto. Não se usa a FT *tu* para um político ou um governante, a não ser para o depreciar:

(3) *Vai-te embora para Lisboa.*

Os recursos linguísticos usados no confronto político, e veiculadores de agressividade alta, decorrem do facto de ser uma descortesia unidirecional.

Escolher uma forma de tratamento é *(re)conhecer* o outro, por isso ela serve a construção da imagem do outro, bem como, de resto, a construção da imagem de si.

O não reconhecimento configura, assim, um ato agressivo que pode realizar-se como ataque *ad personam*. O locutor não reconhece o outro no seu estatuto oficial; reconhece-o como o inimigo político desvalorizado no seu estatuto e na sua pessoa.

Nos protestos políticos aqui considerados, várias estratégias servem a desvalorização do alvo, pelo ataque *ad personam*, realizado pelo recurso a formas de tratamento nominal. Nos exemplos seguintes, as formas de tratamento nominais (a que as formas pronominais se agregam, na realização de efeitos pragmáticos) operam uma desqualificação, reforçada pelo contexto, num ato de linguagem descortês, de ataque à face positiva do adversário:

(4) Sr. *Coelho*, nem temperado *você* é desejado. É pior que as vacas loucas

(5) *Demite-te, Coelho.*

As formas de tratamento nominais são frequentes, quer como construção da alocução quer como delocução, pois operam uma categorização subjetiva do alvo, quer este seja tomado como interlocutor quer como objeto de discurso.

São formas lexicais com forte valor axiológico negativo, que atinge o carácter do insultado

(*Larápio; Traidor; Oportunista; Borra-botas*); expressões com valor metafórico negativo, que podem passar, de forma mais ou menos explícita, pela animalização e coisificação do alvo («seu porco»; «Volta para a toca»; «Xô!»; « a múmia passada a ferro embalsamada e a deitar mau cheiro»; «A ética do laranjedo é esta. Sempre foi.»), considerado ora como alocutário, ora como objeto do discurso. A coocorrência de uma forma de tratamento nominal, em enunciados marcados por uma linguagem escatológica mais ou menos explícita, constitui uma outra estratégia discursiva de desvalorização do adversário («Passos vai bardamerda»; «Sócrates, Portas e Coelho vão para a troika que vos pariu!!!»).

No FB, a injúria política leva com frequência à injúria individual. Em (6), a reação a um comentário sobre as eleições brasileiras para a presidência da república, faz-se pela desqualificação dos objetos de discurso, “o bolso” e “o Lula”, mas também do interlocutor, no lugar interpessoal (auto)assumido e de seguida (hétero)contestado:

(6) *Bruno Pimentel*: Está a comprar uma guerra daniel os defensores do bolso vao cair em cima com insultos e a defender o indefensável.

Lupin Azevedo: Bruno leva roupa e comida para o Lula que o pobre está a precisar. E se conseguires cachaça era ótimo...

Bruno Pimentel: Lupin Azevedo o sr. conhece-me de onde? Falei no Lula no meu comentário? Deixe de ser preconceituoso em relação ao que se escreve.

A distância criada em relação ao interlocutor, que usa o excesso de proximidade como ameaça e insulto, é uma forma também de ataque à face do outro, recusando uma aproximação discursiva que o outro pretende (ou finge pretender).

Quanto à eficácia do insulto, este tem uma função pragmática compósita. Por um lado, é representação simbólica do confronto com o poder²⁰ e, por outro, procura diminuir o interlocutor, atacar a sua face, colocando-o em posição interpessoal baixa.

20. Como Orkibi (2012: §7) afirma, referindo Herbert Simons: «Englobant différentes formes d'agression verbale et non-verbale, l'insulte est une pratique discursive qui offre une représentation symbolique de la confrontation entre un mouvement social et ses différents adversaires, notamment le Pouvoir (Simons 1972)».

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descortesia como arma de argumentação política, na sua forma extrema de ataque *ad personam*, só é tolerada em contextos em que o locutor não age em seu nome individual, mas se assume como porta-voz de um coletivo ofendido, por detrás do qual se defende dos danos que o uso da descortesia provocaria na sua pessoa identificável, individual e concreta.

É por demais evidente que a descortesia só pode ser analisada no contexto discursivo e social em que ocorre. É mais tolerável em contexto de manifestação política, como ataque unidirecional, mas já um pouco menos num protesto de rua, na presença do alvo da contestação.

Contudo, os efeitos perlocutórios do ataque *ad personam* e da agressividade em geral são condicionados pelo estatuto do protesto político público como direito constitucional.

Em qualquer das situações, em que o protesto político é o macroato realizado, a descortesia não é um ato aleatório nem gratuito. A violência verbal é instrumental. Como lembra Fuentes Rodríguez (2012: 49), «el discurso es descortés y la argumentación falaz. Pero, en contra de lo esperado, es altamente rentable.»

Nas redes sociais, que tornam fluida a distinção entre espaço público e espaço privado, a descortesia parece continuar a ser não expectável, embora seja altamente frequente. Perante enunciados descorteses, ora contra algum dos participantes na interação, ora relativos a um terceiro, delocutado, há geralmente uma voz discordante que protesta. Mas há ainda outras particularidades a salientar neste espaço de descortesia. O anonimato na sua expressão ampla (nick names, contas falsas, etc.) favorece o escalar da agressividade, e não apenas no âmbito do protesto político. O esbater da fronteira privado/público poderá explicar essa agressividade generalizada.

Dentre os mecanismos linguístico-discursivos de construção da descortesia, ganham saliência as formas de tratamento nominais, que podem constituir, por si sós, um FTA. Com efeito, o insulto, que realiza o ataque *ad personam*, é linguisticamente expressado por termos valorativos, de que especificamente fazem parte as formas de tratamento nominais. O efeito pretendido é apoucar o outro, diminuir a sua credibilidade, uma forma simbólica de o desapossar do poder antes nele delegado.

REFERENCIAS

- Amossy, R. (2009). Argumentation in Discourse: A Socio-discursive approach to arguments. OSSA Conference Archive. 1. <https://scholar.uwindsor.ca/ossaarchive/OSSA8/keynotes/1> (acesso: 15 julho 2019).
- _____. (2000). *L'Argumentation dans le discours*. Paris: A. Colin.
- _____. (1999). The argument *ad hominem* in an interactional perspective. *Proceedings of the Forth International Conference on Argumentation*. Amsterdam: Sic Sat, pp. 14-18.
- Ayala, S. (2001). FTAs and Erskine May: conflicting needs? – Politeness in Question Time. *Journal of Pragmatics* 33, 143-169.
- Bousfield, D. (2008). *Impoliteness in Interaction*. Amsterdam: John Benjamins.
- Bousfield, D. & Locher, M. (eds) (2008). *Impoliteness in Language*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Briz Gomes, A. (2004). Cortesía verbal codificada y cortesía verbal interpretada. In Bravo, D. & Briz Gomes A. (eds), *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel.
- Brown, P. & Levinson, S. C (1978/1987). *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: University Press.
- Carvalho, Prior & Morais (2013). Público, privado e representação online: o caso do Facebook. In Fidalgo, A., & Canavilhas, J. (eds.). *Comunicação Digital - 10 anos de Investigação*, pp. 101-119. Coimbra: Minerva.
- Culpeper, J. (2011) *Using language to cause offence*. London: CUP.
- _____. (2009). Impoliteness: Using language to cause offence. *Full research report ESRC End of Award Report, RES-063-27-0015*. Swindon: ESRC.
- _____. (2005). Impoliteness and entertainment in television quiz show: the weakest link. *Journal of Politeness Research* 1, pp. 35-72.
- _____. (1996). Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics* 25, pp. 349-367.
- Djian, P. (2008). Des visées de l'injure. In Desmons, É. & Paveau, M.-A. (eds), *Outrages, insultes, blasphèmes et injures: violences du langage et polices du discours*. (pp. 177-188). Paris: L'Harmattan.
- Ernotte, P. & Rosier, L. (2001). *Le lexique clandestin*. Louvain-La-Neuve: Duculot.

Fracchiolla, B. & Moïse, C. (2009). «Construction de la violence verbale et circulation des discours autour du Contrat Première Embauche ». In Lopez-Munoz, J.-M., Marnette, S., Rosier, L., Vincent, D. (eds). *La circulation des discours*, pp. 103-126. Canada: Nota Bene.

Fuentes Rodríguez, C. (2012). Subjetividad, argumentación y (des)cortesía. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación* 49, pp. 49-92. <http://www.ucm.es/info/circulo/no49/fabregas.pdf> (acesso: 15 julho 2019)

Harris, S. (2000). Politically Impolite: Extending politeness theory to adversarial political discourse. *Discourse and society* 12 (4), pp. 451-472.

Ilie, C. (2001). Unparliamentary Language: insults as cognitive forms of ideological confrontation. In R. Dirven, F. Roslyn & C. Ilie (Orgs). *Language and Ideology*, vol.II, pp. 238-261. Amsterdam: John Benjamins publishing.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2012). L'impolitesse en interaction: Aperçus théoriques et étude de cas. *Lexis special 2*. Lyon: ICAR.

Locher, M. & Bousfield, D. (2008). Introduction: Impoliteness and power in language. In Bousfield, D. & Locher, M. (eds.), *Impoliteness in Language. Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice*, pp. 1-13. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

Locher, M. & Watts, R. (2008). Relational work and impoliteness: Negotiating norms and linguistic behaviour. In Bousfield, D. & Locher, M. (eds.), *Impoliteness in Language. Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice*, pp.77-99. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

Marlangeon, S. (2014). Delimitación de unidades extralingüísticas de análisis del discurso de (des) cortesía. *Signo y Señal* 26, pp. 7-22.

Marques, M. A. (2015). Todos os rios vão dar a Marçõ. O movimento dos indignados e a construção de um *ethos* coletivo. *I Congresso Internacional de Estudos do Discurso (I CIED)*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de S. Paulo, Brasil.

Orkibi, E. (2012). L'insulte comme argument et outil de cadrage dans le mouvement «anti-Sarko». *Argumentation et analyse du discours* 8. <http://aad.revues.org/1335> (acesso: 7 junho 2014)

Perelman, Ch & Olbrechts-Tyteca, L. (1970/1958). *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*. Presses de L'université Libre de Bruxelles.

Plantin, Ch. (2005). *L'argumentation*. Paris: Presses Universitaires de France.

_____. (1996). Le trilogue argumentatif. Présentation de modèle, analyse de cas, *Langue Française*, 112, pp. 9-30

MARQUES, ALDINA; DUARTE, ISABEL MARGARIDA & SEARA, ISABEL DE ROBOREDO; Argumentação *ad hominem*, formas de tratamento e protesto político / *Ad hominem* argument, address forms and political protest

REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 122-139

Van Eemeren, F. & Grootendorst, R. (1984). *Speech acts in argumentative discussions. A theoretical model for the analysis of discussions directed towards solving conflicts of opinion*. Berlin/Dordrecht: De Gruyter/Foris.

O sublime na propaganda de ódio na Internet - uma análise de discurso

The sublime in hate propaganda on the Internet - a critical discourse analysis

RINN, MICHAEL
michael.rinn@univ-brest.fr

Université de Bretagne Occidentale

KEY-WORDS

sublime;
pathos;
Internet,
figures of speech;
terrorism;
propaganda.

ABSTRACT: This paper considers how two rhetorical concepts, pathos and the sublime, are used to reinforce hate propaganda on radical Islamist websites. The concept of pathos comes from Aristotle's theory on modes of persuasion, which is based on the idea of stimulating dialogue, debate or even argument between a speaker and an audience to bring about the most favourable choice for the common good. The *raison d'être* of rhetoric, namely negotiation of social meaning through persuasive speech, has been recognised since Greek Antiquity. Although the desired goal of hate propaganda, above all else, is the destruction of social life, this article will show why pathos can be used to establish inter-subjectivity in a pseudo-shared social space, strengthening the impact of its persuasive action. Unlike pathos, the sublime is a sophist concept. Analysis of Islamic State's website (jihadology.net) reveals how the sublime is used to trigger action influenced by constraint, fear and intense violence, through language. Hate propaganda uses the sublime as a tool for radical manipulation. The article will show how this strategy not only deprives Internet users of all ability to judge, but also transforms them into agents totally committed to the destruction of society.

1. INTRODUCTION

The concept of the sublime was forged by Longinus (also known as Pseudo-Longinus) in late Antiquity and revisited by the English philosopher Edmund Burke in the 18th century (Doran 2015). Since then it has been discussed widely, particularly in the fields of Art History and Aesthetics. Like Longinus and Burke, in the context of this study the sublime is perceived as a communication strategy designed to arouse a feeling of terror and devastating emotional shock in the public. This article will show how the war propaganda produced by ISIS makes use of this strategy and how the sublime seeks to transform opponents into a clone of the single cause. In this way the sublime can be understood as a mode of transformation. In view of the complex nature of marketing on the Internet, this study looks solely at the verbal aspects of this discourse, although from a semiotic perspective, the persuasive strategies deployed on extremist websites involve simultaneous interaction with all semiological systems (fixed and moving images, sound, music, site architecture, layout, graphics, etc.) (Rinn 2011:145-158).

2. THE DISCOURSE OF THE SUBLIME: TRANSFORMATION THROUGH VIOLENCE

The sublime is connected with the sensible world. Longinus or Pseudo-Longinus, the philosopher and rhetor from late Antiquity (212 – 273 AD) accredited with writing the treatise *On the Sublime* (1993), defined it as both a way of thinking and a discursive practice that combines nature (innate ability) and technique (acquired knowledge). In the context of this analysis of rhetoric on Islamic State's website (jihadology.net)¹, the sublime is dependent on the power of violence, seizes the passions of the audience, controls thinking, forms moral values, and defines the landscape of a particular group's imagination. The sublime thus asserts itself as a single social norm, brings a new order into the disorder of the world, and initiates what Nietzsche referred to as “*die Umkehrung aller Werte*” (transvaluation of all values) through the unexpected, shock, and ecstasy.

1. For a historiographical analysis of the terrorist organisation, we refer to a work by Pierre-Jean Luizard, *Le piège Daech. L'Etat islamique ou le retour de l'Histoire* (2015) and Warri-ck, Joby, *Black Flags. The Rise of ISIS* (2015). For a better understanding of the philosophical and religious issues at stake in contemporary Islamist terrorism see Nicolas Grimaldi, *Les nouveaux somnambules* (2016).

It is important to remember that the sublime is partly characterised by its ethical dimension, that is, the aspiration for high moral values within a community. In German this aspiration is known as *das Erhabene*. Longinus established this firstly through the negative: “(...) Nothing is great, which it is considered great to despise, thus riches, honours, reputation, sovereignty” (p. 60). Then with a more positive explanation: “(...) Sublimity raises one up to where one is close to the majestic mind of God. Freedom from error escapes censure, but the grand style excites admiration as well” (p. 112). As a consequence however, the sublime is also understood through its radical universality. This imposes the aesthetic norm that applies to all people, for eternity:

sublimity in all its truth and beauty exists in such works as please all men at all times. For when men who differ in their pursuits, their ways of life, their ambitions, their ages, and their languages all think in one and the same way about the same works then the unanimous judgement (...) induces a strong and unshakeable faith in the object of admiration. (p. 62).

In chapters 8 and 9 Longinus identified five sources of sublimity. The first, presented as by far the most important, is “grandeur of thought” (p. 64), that is, an innate natural ability to form grand conceptions. The second source, “powerful and inspired emotion” (p. 64), is also perceived as an innate gift, albeit one it is necessary to awaken in the human mind through training. It is this which enables sublimity to become “the echo of a noble mind” (p. 64). The other sources concern learned skills rather than innate ability. The third is the formation and use of figures of speech, especially those based on semantics such as metaphor and metonymy, and those based on morphology. The fourth source is choice of words as a rhetorical technique designed to elevate the noble mind. One example Longinus referred to here is exaggeration (p. 73) and hyperbole. The fifth and final source concerns “dignified and elevated composition” (p. 62).

To better understand the normative power of the sublime, the 18th-century British philosopher Edmund Burke (1729 – 1797) specified the three principal faculties involved – the senses, the imagination, and judgement – in his work *A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful* (1757, 2009). With regard to the senses, Burke established a relationship with the universal scope of the sublime: “We do and we must suppose, that as the conformation of their organs are nearly or altogether the same in all men, so the manner of perceiving external objects is in all men the same, or with little difference” (p. 66). The power of the imagination plays a dominant role in theories on the sublime. Burke maintained that “the imagination is the most extensive province of pleasure and pain, as it is the region of our fears and our hopes, and of all our passions that are connected with them” (p. 71). He then explained further:

Whatever is fitted in any sort to excite the ideas of pain and danger, that is to say, whatever is in any sort terrible, or is conversant about terrible objects, or operates in a manner analogous to terror, is a source of the sublime (p. 96). He concluded his thoughts by considering “the idea of death (...) this king of terrors” (p. 97).

The very idea of violent death, killing and committing suicide by terror attacks defines the use of the sublime on Islamic State’s website (jihadology.net) which provides access to the online propaganda magazine *Dabiq* (Gambhir 2014) This magazine occupies a special place in the well-oiled ISIS² propaganda machine as it sets out the organisation’s views against its adversaries and distils the official word of ISIS . Fifteen issues of the magazine were published between July 2014 and July 2016. Issue no.3 “Un appel à la Hidjrah” (The Call to Hijrah)³ which was circulated after the beheading of the American journalist James Foley on August 20th 2014 (jihadology.net/category/dabiq-magazin, consulted on 07-05-2017) is of particular interest in this study. This is because it was written entirely in French (which is our main research field).

From the perspective of Longinus’s model of the sublime, a prime characteristic of the IS rhetoric of violence attracts the reader’s attention – the recurrent use of linguistic errors such

2. See the Reporters without Borders publication, *Jihad against Journalists*, especially the third section “Islamic State’s Propaganda Machine” https://gallery.mailchimp.com/5cb-8824c726d51483ba41891e/files/RAPPORT_DAECH_FR_WEB.pdf (consulted on 7-5-2017).

3. The term Hijrah or Hegira comes from classical Arabic and means “exile”. It refers to the emigration of a Muslim from a non-Muslim to a Muslim country. In the propaganda of Islamic State it is used as a call to join its ranks.

as grammatical mistakes. Given *Dabic* magazine's highly polished presentation this is quite surprising. Especially as French tradition attaches significant importance to correct linguistic expression. But as the same strategy is used in the English version of *Dabic*, Therefore, we can say that mistakes are used by the IS as a symbol of the breaking down of common rules. The violations of the rules of grammar aim to destabilize the language as is the first and the most important factor of social coherence. At a first glance, discovering the high number of linguistic errors in the examples below could lead the reader to assume that the speaker of IS was not very well educated. But this would seem contradictory to the magazine's quite obviously demanding specifications. That leaves the hypothesis of negligence, the type of arrogance terrorist "journalists" show towards their audiences, or, more malevolently, linguistic violence by and through language. Without a doubt this is in fact a rhetorical device designed to plunge the audience into doubt and uncertainty about the meaning they are able to attribute to the speech⁴. Therefore IS terror is about destabilization or even destruction of society, through disruption of common rules.

3. SPELLING AND GRAMMATICAL ERRORS (AS A RHETORICAL DEVICE)

Let's consider some examples, taken from issue no.3 of *Dabic*, "Un appel à la Hidjrah"⁵ (2014).

- a) "*Les Etats Unis ont tués⁶ des femmes*" (p. 3)
- b) "*Après que les attaques aériennes américaines aient officiellement commencé*" (p.4)
- c) "*D'avoir été témoin de l'exécution de l'Américain James Wright Foley a raffermi les cœurs des croyants*" (p. 37)
- d) "*les milices chiites financé par l'Iran*" (p.38)
- e) "*Des occasions ont été donné*" (p. 39)

4. For further reading, see M. Rinn, "Là-peu-près dans la figuration de la violence rhétorique" [Errors of grammar and spelling as a device in violent rhetoric], *Le Français moderne* [Modern French], 79th year, issue no.1, 2011, pp. 100-111.

5. „A call for the Hijrah“. In the Islamic tradition, *Hijrah* refers to Prophet Muhammad's migration from Mecca to Medina in 622. IS manipulates the original meaning of this term.

6. We underline the mistake.

Errors of agreement between the past participle and the auxiliary verbs *avoir* and *être*, poor use of the subjunctive – a type of hyper-correction –, and incorrect syntactic constructions are indisputable evidence of gaps in knowledge of the basics of French grammar. The same cannot be said for the examples below, which suggest that IS propagandists seek to influence meaning by flouting the rules of spelling:

f) “*la libération de prisonniers Musulmans capturé*” (p. 3)

g) “*De nombreux soldats Américains*” (p.3)

h) “*les forces Israélites*” (p. 35)

i) “*des prisonniers britanniques et Américains*” (p. 38)

Incorrect capitalisation of adjectives relating to meaning or nationality places greater emphasis on those presented as heroes (*les Musulmans*) and their so-called enemies (*les Américains*). Example i) is a good illustration of this technique, as it creates a hierarchy of opposing forces, with American prisoners mattering more to IS – as the capital ‘A’ underlines – than British prisoners. In the context of a speech carrying the mark of the sublime, the important point here, regardless of the type of error – whether intentional or not – is that there is an error. This is the hallmark of great causes, or at least those inspired by great causes. As Longinus wrote, “it must be observed that, while writers of this quality are far from being faultless, yet they all rise above the human level” (1993: 112). This of course echoes with an earlier section in this article. Analysis of the speech of the Holocaust denier Ahmed Rami demonstrated why a fallacious argument will not harm – the opposite in fact – the convincing words of a man gripped by passion. As explained, this is because passion is a key characteristic of the genuine man of action. The difference here stems from the very nature of the cause championed by Islamic State which also expresses a divine purpose.

4. FIGURES OF SPEECH

Unlike Longinus's first source of the sublime which is bound up with innate ability and divine grandeur⁷ and has found a contemporary application in the discourse of terrorists, other sources of the sublime are more technical in nature. Longinus distinguished them by their "formation", including figures of speech⁸. As they are part of the art of public speaking practised since Greek Antiquity, it is useful to analyse them to understand, short of any metaphysical concept, the techniques of persuasion used in all discourse, however radical and violent. This is because figures of speech serve as regulators of distance and proximity between interacting parties. This means they define the social environment even if the purpose of the speech, as is the case with IS, is to destroy this. In other words, analysis of how Daesh uses discursive representation provides a way to understand their persuasive techniques, not only to lay them bare, but above all to override them. This is the very crux of the rationale behind this article: how to ensure the continuation of society through reasoned discourse? And how to bring back argumentation within our societies based on deliberation, citizenship and free choice?

7. Cf. *Du sublime*, chapter VIII, 1, 1993, p. 62.

8. *Ibidem*.

5. FIGURES BASED ON SYNTAX

a) *“Colère et haine ont été régurgitées de la bouche des mécréants et des hypocrites, les médias n'ont pas perdu de temps et ils ont immédiatement employés (sic), jours (sic) et nuits (sic), afin de tromper le public Américain (sic) et le reste du monde loin de la vraie cause de l'exécution de James Foley.”* (p. 37)

Non-believers and hypocrites have regurgitated anger and hatred, the media has not lost any time and has immediately employed (sic), day and nights (sic), to deceive the American public (sic), and the rest of the world far from the true reason for James Foley's execution⁹.

9. Our translation.

In addition to the many spelling and grammatical errors, as discussed in the previous section, here is an example of *zeugma*, a figure of speech which joins a number of heterogeneous parts in the same construction. In this way, the first phrasal sequence, beginning with “colère et haine” is linked to the second (“les médias”) and then the third (“jours”). The figure of speech aims to create confusion in the reader’s mind. It also reveals a strategy for justifying the killing of James Foley by emphasising “la vraie cause” or “true reason”.

b) “*les Américains n’étaient pas la bienvenue*” (p. 37)

Distortion of the agreement in this wording is characteristic of *syllipsis*. Understood in the sense of a figure of speech, this device expresses the speaker’s intention to place numerous people in the abstract (“les Américains”) to underline the fact that the entire US nation was not “la bienvenue”. The purpose of this process of generalisation is to transform the adversary into an anonymous entity.

c) “*Il [James Foley] est entré en Syrie avec du matériel utilisé dans l’espionnage, tout cela a été trouvé en sa possession lors de son arrestation.*” (p.37)

He entered Syria with material used for espionage, all of it was found in his possession when he was arrested

The same rhetorical figure is used in this example. However, the *syllipsis* produced has the reverse effect of creating a tangible form. Although the word “matériel” refers in an abstract way to the construction or composition of something, “tout cela” (all of it) suggests a number of instruments used in “l’espionnage”. In this way the speaker seeks to intensify the case against the person accused of espionage, as it so happens here, the journalist James Foley.

d) “*Ces bombardements aériens sur plusieurs grandes villes d’Irak et en blessant plusieurs.*” (p.39)

The two phrasal sequences joined by the conjunction “et” stand out due to the removal of a syntactic component essential for understanding the whole phrase. This process defines the *ellipsis*, a figure of speech that invites readers to add the missing components themselves. Logically, it is fair to assume that by referring to the bombardment of entire towns, the speaker is seeking to draw attention to the high number of casualties.

This is an example of a specific figurative device, which Longinus referred to in chapter 18 (1993, pp. 114-116) of his work on the sublime, dramatisation or amplification. Two more variations can be seen in the examples below.

e) “*Comme plusieurs musulmans en Irak, Afghanistan, Somalie, Yémen, Lybie et bien d’autres pays musulmans.*” (p.39)

Like many Muslims in Iraq, Afghanistan, Somalia, Yemen, Libya and many other Muslim countries.

This sequencing of a number of Arab countries, ending with a generalised expression (*bien d’autres pays musulmans* - many other Muslim countries) has an amplifying effect. In this way, the speaker emphasises the many countries seeming to support the cause of IS.

f) “*Les soldats de l’Etat Islamique ont effectué une offensive brutale*” (p. 15)

IS soldiers have carried out a brutal attack.

As any military offensive implies the use of force, describing this as “*brutale*” amounts to *pleonasm*, a device whereby a superfluous explanation is included when the meaning of an expression is already clear. This device is used here to amplify IS’s military achievements and impress readers of *Dabic* magazine.

6. FIGURES BASED ON SEMANTICS

10. On this topic, Longinus states “but further [...] in commonplaces and in descriptions, there is nothing so significantly expressive as continuous and successive tropes” *op. cit.* p. 104.

The following examples show why the figures of speech known as tropes¹⁰ in the tradition of rhetoric occupy such a dominant place in the sublime discourse of Islamic State.

a) “*Une promesse de Hidjrah non tenue envers Allah peut être le résultat d’une fin désastreuse pour le serviteur*” (p. 25)

A promise of hijrah to Allah that isn’t kept can be the result of a disastrous end for the servant

This statement uses *metalepsis*, a figure of speech whereby the chronology of successive states of a base component is transferred to manipulate the development of a fact. If the quoted sequence were to be formulated as follows:

promesse/promise -> future = résultat d’une fin/result of an end -> past;

it becomes clear that the speaker’s intention was to overturn the chronology of world events according to the format of past (fin/end) – present (résultat/result) – and future (promesse/promise). This technique highlights IS’s desire – like all totalitarian regimes – to control time in society.

b) “*les croisés*” (p. 15)

Taken in the pejorative sense, this word (meaning crusader) is omnipresent in the discourse of IS. It is an example of *metonymy*, a figure of speech in which differences in meaning are applied to two or more related terms within a notional domain. In this case, it starts from the most broadly accepted meaning of the word, enemy armed forces, and moves to the most specific, people condemned to crucifixion, also including successively, Westerners, Christians, and converted Jews who wear the cross. The use of metonymy in this insult sheds light on both

the numerous adversaries IS recognises and the organisation's diachronic perspective, namely from late antiquity to the present day.

c) “*mes vrais assassins, le gouvernement américain*” (p. 40)

“my real killers, the US government”

Here, two juxtaposed phrasal components are linked semantically by way of metaphor. This transfers the meaning by likening different notional domains in order to reorganise the world view. Through this technique, and in comparing their opponent to an ordinary band of criminals, the author's intention is to identify members of the US government as killers.

7. CHOICE OF VOCABULARY

It is useful to analyse some examples inspired by Longinus's fourth source of the sublime: “a noble diction, which in its turn may be resolved into the choice of words, the use of imagery and the elaboration of style” (1993: 62). The discourse of IS is characterised by its very specific use of vocabulary.

7.1. LEXICAL INSECURITY

The examples below show a hesitance in the French language which is explained primarily by incorrect choice of vocabulary:

a) “*De nombreux soldats Américains ont exécuté des familles et violé des femmes sous la bénédiction de l'armée Américaines*” (p.3) (“sous” instead of “avec”)

b) “*se sont eux-mêmes précipités vers le désastre*” (p.3) (“vers” instead of “dans”)

c) “*moi et les autres Américains ont patientés désespérément les politiciens égoïstes qui sont dénoués de toutes compassions à décider de notre destin*” (p. 39)

This example accumulates a number of the devices mentioned earlier, namely ellipsis (“patienter les politiciens” for “l’action des politiciens”), lack of knowledge about vocabulary (“dénoués” for “dénués”) and incorrect usage (“décider de” instead of “soulager”).

d) “*ils se sont attirés des dettes de sang*” (p. 39)

At a first glance, this final example is confirmation of lexical insecurity (“attirer des dettes” instead of “contracter des dettes”). However, an underlying strategy of seeking to suggest and establish another meaning can also be identified. “Attirer des dettes de sang” thus comes to mean an intention to commit crimes. Juxtaposing the action taken with the action desired amplifies the criminal intent attributed to the adversary. This is a mark of the sublime.

7.2. RELIGIOUS VOCABULARY AND FOREIGNISMS

A noticeable feature of *Dabic*, is its use of religious vocabulary borrowed from the classical Arabic of the Koran. This can be linked to a source of the sublime, namely the call to divine grandeur. There are many foreign words in the body of the French language text and to find appropriate translations it is necessary to consult specialist dictionaries. The presence of these foreignisms is a deliberate strategy to amplify reference to the characteristic metaphysical dimension of Daesh’s discourse.

a) “*Le 11 Chawwâl 1435 de l’hégire*” (p. 3)

The date means August 7, 2014; Chawwâl or Shawwâl being the 10th month of the Islamic calendar. L’hégire or Hegira means immigration, exile, or rupture, as in the departure of Muhammad’s followers from Mecca in the year 622)

- b) “*hadith*” (p.14) (an oral communication from The Prophet)
- c) “*Ghanimah*” (p. 3) (wealth taken by force from the enemy)

8. CONCLUSION

The persuasive power of pathos in revisionist discourse is clear. Analysis shows how emotions form part of the rationale. In this way the holistic Aristotelian model, encompassing discourse, the personality of the speaker and the emotions of the audience has found a modern day purpose on the virtual agora. The examples in this article also highlight the globalised nature of revisionist sophistry. The argument put forward in this article is that this barbarism finds its discursive expression in the sublime. First and foremost, the sublime affects the ability to judge. Burke established a cause and effect relationship with the imagination, centred on the fear aroused by the idea of death:

No passion so effectively robs the mind of all its powers of acting and reasoning as fear. For fear being an apprehension of pain or death, it operates in a manner that resembles actual pain. Whatever therefore is terrible, with regard to sight, is sublime too, (2009: 120).

A key characteristic of the sublime therefore is destruction of the faculty of judgement, the human being is struck down by the advent of terror, or, as Longinus explains, is transfixed by “the startling image” (1993: 83). It should be noted that the meeting point between the senses, the imagination and judgement bestows a very specific aesthetic function on the sublime – delight. Burke asserts that “if the sublime is built on terror or some passion like it, which has pain for its object; it is previously proper to enquire how any species of delight can be derived from a cause so apparently contrary to it”. This aesthetic emotion, contrary to the feeling of pleasure which Burke qualifies as “actual and positive” (p. 225) is aroused by terror of the spectacle of “ugliness” (p. 206). This helps shed light on the reasons why IS turn the assassination of their

victims into a terrifying spectacle. IS hate propaganda, through the sublime, seeks to transform the recipient. In this context, transform means to kill. Hence, when IS broadcast his last wishes, James Foley expressed the desire to no longer be what he was, an American citizen:

“Je pense que dans l'ensemble, j'aurais juste aimé ne pas être Américain.”

“I guess, all in all, I wish I wasn't American” (*Dabic*, no. 3, p. 40).

REFERENCES

- Burke, E. (2009) [1757]. *Recherche philosophique sur l'origine de nos idées du sublime et du beau* [A Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and Beautiful], Paris: Vrin.
- Doran, R. (2015). *The Theory of the Sublime from Longinus to Kant*, Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- Gambhir, H. K. (2014). "Dabiq: The Strategic Messaging of the Islamic State", Institute of the Study of War, http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Dabiq%20Background_Harleen%20Final.pdf (18-11-2019)
- Grimaldi, N. (2016). *Les nouveaux somnambules*. Paris: Grasset.
- Longinus (1993). *Du sublime*, Paris: Rivages poche.
- Luizard, P.-J. (2015). *Le piège Daech. L'Etat islamique ou le retour de l'Histoire*. Paris: La Découverte.
- Reporters without Borders publication, *Jihad against Journalists*, especially the third section "Islamic State's Propaganda Machine" https://gallery.mailchimp.com/5cb8824c726d51483ba41891e/files/RAPPORT_DAECH_FR_WEB.pdf (7-5-2017).
- Rinn, M. (2011). "Là-peu-près dans la figuration de la violence rhétorique". *Le Français moderne*, 79th year, issue no.1, pp. 100-111.
- _____ (2014). "Argumentation, Persuasion and Manipulation on Revisionist Websites. A Multimodal Rhetorical Analysis." In Christie C. and Maiorani A., *Multimodal Epistemologies. Towards an Integrated Framework*. New York and London: Routledge, pp. 145 –158.
- Warrick, J. (2015). *Black Flags. The Rise of ISIS*. New York: Penguin Randomhouse.

‘Viva Harry! Viva Meghan!’: uma análise de estratégias de argumentação polidas e agressivas em fóruns online sobre celebridades

‘Long live Harry and Meghan!’: an analysis of polite and aggressive argumentation strategies from online forums on celebrity-related news

SIMÕES, ELSA
esimoes@ufp.edu.pt

Professora Associada
Universidade Fernando Pessoa

PALAVRAS-CHAVE:
estratégias de argumentação;
polidez;
indelicadeza;
fóruns de discussão online;
análise de discurso

RESUMO: O casamento real do Príncipe Harry e Meghan Markle aconteceu em Windsor, em 19 de maio de 2018. Antes deste acontecimento, a nacionalidade, profissão, estado civil e origem étnica da noiva tinham já alimentado os tabloides e as revistas cor-de-rosa. A grande visibilidade de ambos converteu-os em alvos de comentários de apoio, mas também de discursos de ódio e agressão verbal. Na altura do casamento, uma enorme quantidade de comentários online surgiu nos jornais, onde se exprimiam opiniões muito extremas. Uma amostra de comentários publicados no *The Daily Telegraph* online em 19 de maio, com foco nos diferentes aspetos da cerimónia, será aqui objeto de análise. De modo a explorar o funcionamento da argumentação no âmbito desta arena contemporânea de discussão pública, é objetivo deste artigo debruçar-se sobre formas de exprimir linhas de argumentação presentes nestes comentários, com estratégias argumentativas para exprimir concordância ou desacordo relativamente a pontos de vista anteriores, tanto gerais como em resposta a comentários específicos. Argumentos específicos são frequentemente apresentados de modo a persuadir; o desacordo é muitas vezes apresentado através da ridicularização das contribuições de outros comentadores. O humor pode ser uma forma eficaz de salvar a face ou de desviar comentários agressivos ‘ad hominem’.

KEY-WORDS:
argumentation strategies;
politeness;
aggression;
online forums;
discourse analysis

ABSTRACT: The Royal Wedding of Prince Harry and Meghan Markle took place in Windsor, on 19 May, 2018. Prior to the event, the bride’s nationality, profession, marital status and ethnicity were already news fodder for tabloids and society magazines. The couple’s high visibility made them targets for supportive comments, as well as hate speech and verbal aggression. At the time of the wedding, an array of contradictory online comments could be found in newspapers, often with extreme opinions being voiced. A sample of comments found on *The Daily Telegraph* on the 19th May will be looked into, focusing on different aspects of the ceremony. To explore the functioning of argumentation within such a contemporary arena for public discussion, it is the purpose of this paper to elaborate on the ways of expressing lines of reasoning

displayed in these online comments, with argumentation strategies for agreement or disagreement about previously expressed points of view, either general in tone, or appearing as a thread in response to a specific commentator. Specific arguments are often put forward, to persuade others; disagreement is often established by poking fun at others' contributions, whereas humour can be effective for face-saving purposes or for deflecting aggressive 'ad hominem' comments.

I. INTRODUCTION

The Royal Wedding of Prince Harry and Meghan Markle took place at St George's Chapel, in Windsor, on 19 May, 2018. This event elicited a deluge of contradictory comments on every social media. Even prior to the event, items such as the bride's nationality, profession, marital status and ethnicity were already news fodder for tabloids and society magazines. The high visibility enjoyed by a prominent member of the Royal Family and, therefore, by his bride, makes them both easy targets for entirely enthusiastic and effusive comments, as well as for hate speech and verbal aggression of every kind. The fact that they are both public figures, which creates an illusory sense of familiarity on the part of the public, can (at least partially) account for the suspension of politeness we can witness in several of the online comments that were published. As the old saying goes, 'familiarity breeds contempt' – besides, as we will emphasize at a later point, there is a sense of impunity that stems from the relative anonymity provided by online forums, and this can encourage participants to loosen up and forget politeness altogether, since there will be no immediate social sanction to punish the transgressor. In this sense, it is possible to detect the disruptive potential of such forums, since that they put at risk 'the presumption of non-threatening intention' (Goody, 1978: 15), on which we base much of our daily interactions. In this sense, we can tentatively say that this specific kind of interaction, with its peculiar characteristics, can threaten the very function of politeness rules as a shield against aggression. In the specific case of online forums (especially in the cases where there is no moderator), we might be witnessing the existence of social groups where the use of politeness is of little practical use – maybe because the discussion is idle, for the majority of participants, and any other discussion themes might elicit the same kind of disruptive behavior. As Brown & Levinson point out - based on Goffman's work (1971),

[...] the problem for any social group is to control its internal aggression while retaining the potential for aggression both in internal social control and, especially, in external competitive relations with other groups [...]. [P]oliteness, like formal diplomatic protocol (for which it must surely be the model), presupposes that potential for aggression as

it seeks to disarm it, as makes possible communication between potentially aggressive parties. But how? Goffman suggests that it is through the diplomatic fiction of the *virtual offence*, 'or worst possible reading' of some action by A that potentially trespasses on B's interests, equanimity or personal preserve. [...] Thus is constructed a precise semiotics of peaceful vs aggressive intentions [...], which in assigning such momentous significance to what are often trivial substantive acts requires a constant vigilance over the manner in which social interaction is conducted. *This semiotic system is then responsible for the shaping of much everyday interaction, and in so shaping it, constitutes a potent form of social control.* (1987: 1-2, emphasis added in the last sentence of the quotation)

This balance is necessary for the inner regulation of the social group: it is important that participants in the process remain aware that the 'virtual offence' is a real possibility and that, under regular circumstances it has to be checked for the sake of healthy coexistence. However, as Culpeper et al (2013) point out, there are specific areas that seem to demand some degree of conflictive talk in order to work as expected, i.e. areas where the offence is no longer virtual but deliberately highlighted, in order to reach the goal intended (such as army language). Could the language of forums constitute yet one of these areas where FTAs seem to be the rule, i.e. the default way of addressing others and where we expect the response to include FTAs as well? It is significant that, in the excerpts that will be analyzed afterwards, participants do not seem to react negatively or complain as to the form they are addressed, but rather to the criticism that is addressed to them – as if the form of address was irrelevant, in itself. That represents a somewhat different scenario from what happens in the case of television debates. As pointed out by Kerbrat-Orecchioni, this is a confrontational situation, where a strict adherence to politeness rules, when addressing the other participants, would endanger the very aims of the participants. However, there are still limits to what can actually be said, since participants are well identified and there are many witnesses (in this case, the debate moderator and the audience) who are following the verbal exchanges:

C'est avec leur partenaire de plateau que les débatteurs doivent polémiquer; mais ce sont les téléspectateurs qu'il s'agit de convaincre et de séduire, en leur offrant le spectacle d'un affrontement musclé tout en évitant de les choquer (même s'ils espèrent secrètement que survienne quelque « incident » venant pimenter la routine du débat). (2010: 40)

This 'muscled type of conflict' is one of the situations we can witness when perusing the array of contradictory online comments was to be found on the newspaper pages at the time of the Royal Wedding, often with disparate and extreme opinions being voiced. However, and unlike what happens in television debates, online debates do not have to worry about the consequences of their verbal production: they do not know each other and no one who reads the comment section can identify them. The only possible sanction would be to have a specific comment deleted by the moderator, which is, by no means, an effective deterrent to participants in these forums. Taking into consideration the particular characteristics of this discourse, and by means of methodologies from discourse analysis, a sample of comments found on *The Telegraph* online published on the 19th May will be looked into, focusing on different aspects of the wedding ceremony, such as the bride's dress(es), outfits and behavior of guests, and performance of broadcasters from different TV channels.

In an effort to explore the functioning of argumentation within such a contemporary arena for public discussion, this article elaborates on the ways of expressing given lines of reasoning which are displayed in these online comments, which often appear as a starting point to opinions 'for' or 'against'; under analysis will also be the argumentation strategies used to indicate agreement or disagreement as to previously expressed points of view, either general in tone, or appearing as a thread in direct response to a specific commentator. As we will see, specific (and sometimes fully-fledged) arguments are often put forward, in an effort to persuade other commentators; in other cases, disagreement is established by poking fun at other people's contributions, whereas in other instances, humor is also shown to be effective for face-saving purposes or for deflecting aggressive 'ad hominem' comments.

Effectively, in recent years, it is hard to think of a mundane event that could elicit so many comments, both positive and negative, as Harry and Meghan's wedding. Every element related to it seems to have been prepared on purpose to excite an impressive array of opinions, side-taking, eulogy and even hatred. Apart from the fact that a royal wedding in the UK is always

front-page news all over the world, the novelties brought by the bride herself made the event even more interesting both for locals and international commentators.

This is certainly a promising and contemporary subject on which to look for conflict of opinion and sometimes violently expressed standpoints, which explains the reason for choosing it as the focus of this paper. However, in order to analyze it in terms of argumentation, it was also necessary to look for a material support that could keep a record of the opinions expressed, and that was the reason why online comments on this specific issue were chosen as corpus for this paper – even though the option for this kind of discourse also presents some disadvantages related with the fluidity of the medium and its inherent lack of inner structuring, which is commonly found in more formal written discourses. However, the liveliness, the immediacy of the comments, together with the argumentation possibilities in terms of full-fledged forms of expression allowed by anonymity, certainly make up for those disadvantages, even though the degree of impoliteness also increases. It is undeniable that there are strong points as well as disadvantages in choosing comments found in internet forums as material for argumentative strategies:

[...] Internet platforms are rapidly developing into formidable mediums for the encouragement of deliberative discussions. Some scholars suggest that anonymity and reduced social context cues tend to lessen individual's fears of isolation in speaking out and expressing their own opinions online. [...] However, scholars have begun to doubt the advantages of Internet-based public discussions. That is, public online discussions are found to be conditionally beneficial depending on whether the discourse is civil. [...] The very same features that generated praise for discussions on the Internet [...] are now recognized as particularly susceptible to highly toxic uncivil content. (Kim, 2018: 405, emphasis added)

As we can see, anonymity can be seen as a positive force, in that it allows individuals to have a voice of their own. On the other hand, as was previously mentioned, that same anonymity can threaten the real possibilities for fruitful argumentation and respective analysis, since individuals can, should they choose to do so, hide behind an assumed identity and express vicious and aggressive points of view without fearing any kind of consequence or social sanction.

One of the possibilities for partly circumventing to issue of extreme uncivility that can hinder proper argumentation is to select the corpus for analysis from forums that present some kind of moderation – although the existence of a moderating instance also raises issues related with how boundaries are established: it can be a difficult task, as well as a highly subjective one, to decide where the line should be drawn and decide what is 'toxic uncivility' and what can be read as 'an acceptable degree of impoliteness', which can encompass a number of humorous effects that, in some cases, can even foster further argumentation.

2. ONLINE FORUMS AS ARGUMENTATION ARENAS

There are several differences between the corpus that is normally selected by linguists for this kind of analysis on argumentation and the type of language we find in online forums. Kirschner et al (2015: 1) point to discourses such as newspaper articles, legal documents or scientific publications as privileged grounds for in-depth analysis of argumentation and argumentation mining, whose purpose is to identify and extract the underlying structures of natural texts. However, social media texts are also being studied with the help of tools pertaining to the area of discourse mining (Lippi & Torroni, 2016), which represents a challenge, due to their very specific characteristics. These can be summarized as follows:

Dialogic language on the web in interactive forms of media such as social networks and online forums is very different than the newspaper articles or task-oriented dialogs typically studied in work on natural language processing. [...] Online conversation is both more informal and more subjective: users tend to express their opinions with *highly subjective and often emotional language*. Moreover, in many cases context is needed in order to understand what people are saying (Justo *et al*, 2014: 214, emphasis added).

However, although it is more extreme (in that it represents emotions) and often more fluid, making it sometimes difficult to identify speech acts in its occurrences, the discourse from online forums can presents several features that characterize it as argumentative, even though there is some divergence among argumentation theorists on which exactly these features are:

The current state of the art in argumentation theory is characterized by the coexistence of a variety of theoretical perspectives and approaches, which differ considerably from each other in conceptualization, scope, and theoretical refinement. (Habernal & Gurevytch, 2016: 129-130).

However, a basic and consensual definition of the concept could be 'the activity of making or giving arguments for some purpose, or else a collection of such arguments' (Blair, 2012: 73). On the other hand, an 'argument' could be explained as 'a set of one or more reasons for doing something, such as—but not limited to—to adopt or maintain an attitude such as a belief but also such as hope, or anger, or expectation; to accept a proposition; or to engage in an activity.' (Blair, 2012: 73). Very often, it is the purpose of argumentation to persuade others to adhere to our stated opinions. By 'persuasion' we mean 'a successful intentional effort at influencing another's mental state through communication in a circumstance in which the persuadee has some measure of freedom.' (Blair, 2012: 73).

That can happen on the strength of the proponent having put forward strong, relevant and convincing arguments to defend its standpoint – or, conversely, the proponent's arguments can be refuted with equally convincing arguments on the part of the other participants. It would seem to be a part of the dialectic obligation, where participants are expected to deliver balanced contributions, which try to counter and refute previous arguments (van Laar, 2005: 297) However, argumentation does not always have to aim at persuasion – and that is one of the things that often happens in online forums. What is true of a legal document or of a scientific article in an academic journal (Green, 2017) is not necessarily so when we analyse online forums.

The very concept of a 'proponent' whose standpoint is challenged implies some degree of hierarchy, which is totally shattered by the fact that everyone in online forums apparently feels free to start their own thread, or to engage in (sometimes) very heated discussions that are taking place simultaneously in other threads, and then, without any sense of conclusion or clo-

sure, suddenly dropping out from the conversation, thus giving up argumentation altogether. In many situations, the sense of purpose appears to be lacking, in that commentators do not seem to expect to win the discussion, and just seem to want to voice their standpoint about a particular issue. Oftentimes, in online forums, we do not get any evidence of the result of the persuasive endeavour, which is something that can also make us doubt its very existence, if we accept the following basic tenets of persuasion:

Persuasion is an attempt to influence a person's beliefs, attitudes, intentions, motivations, or behaviors. In persuasion, one party (the 'persuader') induces a particular kind of mental state in another party (the 'persuadee'), like flattery or threats, but unlike expressions of sentiment, persuasion also involves the potential change in the mental state of the other party. Contemporary psychology and communication science further require the persuader to be acting intentionally. *Correspondingly, any instance of (successful) persuasion is composed of two events: (a) an attempt by the persuader, which we term the persuasive act, and (b) subsequent uptake by the persuadee.* (Iyer et al, 2017: 55)

Very often, in online forums, claims based on rational arguments (which would correspond to the *logos* dimension of argumentation as postulated by Aristotle) are challenged by emotional reasoning (corresponding to *pathos*). Others yet are based on *ethos*, when the commentator bases its claims on inherent or acquired credibility. All this fluidity and lack of inner structure can indeed be a challenge to an analysis of argumentation, although, as has already been pointed out, many instances of it are still possible to identify. 3. An analysis of comments from online forums

3. AN ANALYSIS OF COMMENTS FROM ONLINE FORUMS

For the purposes of this article, and in order to minimize 'toxic impoliteness', the corpus was selected from the online edition of the *Daily Telegraph* on the days following the Royal Wedding (cf. Figs 1, 2 and 3). Although many thematic possibilities existed, this analysis focusses mainly on comments related with the bride's dress(es), outfits and behavior of guests, and performance of broadcasters from the different TV channels that were covering the event. The following data was organized according to a progressive increase on the level of impoliteness and face-threatening speech acts detected in some of the comments. This organization was established purely for methodological reasons. However, in fact, all the possibilities often co-exist in the same thread, which can show that participants are either adapting communicative practices that already exist to this new environment or devising new possibilities in terms of communication (Gruber, 2017: 1) In some cases, the increase in impoliteness correlates with an increasing loss of structure, but that is not necessarily the case in every instance. Once again, even in the case of comments where aggression is more evident (i.e., the last section), the level of absolute derision, with extremely offensive insults, is never reached, as opposed to other social forums, where it often happens, with drastic effects for the communicative process as a whole. This is due to the fact that there is moderation, which includes written warnings to participants that insulting comments will be eliminated, but also to the typical readership of the *Daily Telegraph* online, a broadsheet that has a consensual reputation for quality. As often happens in online comments, several typos and defective syntactical structures are to be found, since many participants are clearly writing hastily, so as to keep up with the speed of the debate. They were not corrected in the transcripts provided below.

3.1. TRADITIONAL ARGUMENTATIVE STRUCTURE



Fig.1: 'Oh Doria; why was the mother-of-the-bride left looking lonely?'

In this first instance, the comments selected follow the traditional argumentative structure, where a proponent makes a claim based on rational arguments and, in turn, is supported or, conversely, opposed by other(s), as we can see in the following transcript. In italics and capital letters are indicated the functions that each contribution fulfils in the dialogue established by the participants:

TW (*CLAIM*): Single mothers of children are accustomed to attending significant events in the lives of their children, alone, I know because I am one (*PROVIDING EXPERTISE BASED ON PERSONAL EXPERIENCE*). Doria would have been tearful whether with someone or alone. She was not uncomfortable being alone, perhaps, somewhat embar-

rassed that her daughter's father pulled out at the last minute; that his other children had created such havoc for weeks on end, besmirching her daughter, but, she knows those people better than any. She did not take responsibility or ownership of them. She is her own person, as is her daughter. (...)

AR (AGREEING AND PROVIDING CONFIRMATORY ELEMENTS): Wonderful comments. Doria was my stand-out person on Saturday. Her grace and dignity were exemplary. Prince Charles was very attentive and did his best to make her feel included. Of course, Meghan was a very beautiful bride. She seems to have inherited her mother's inner calm and strength.

MW (AGREEING, SINGLING OUT PROPONENT FOR CORROBORATION PURPOSES, AND EXPANDING THE ISSUE AT STAKE): @Tommye Winkley Great comment. Doria, throughout, has shown constraint, dignity and she is discreet. My only worry is her pending interview with Oprah. Is going to spoil it all by running to the press with stories? She should leave that to the Ugly sister!

A RIC (DISAGREEING, IDENTIFYING PROPONENT, PROVIDING REASONS FOR DISAGREEMENT): @Tommye Winkley I dont think her father pulled out, he was never on the ticket. The pretence that he was showed Meghan in a better light, he supposedly had heart surgery, a day later Meghan was celebrating Charles birthday, there was little evidence to suggest she was concerned.

In this brief excerpt from the comments section on the bride's mother (cf. Fig.1), we can see that agreement is expressed by positive comments on previous contributions, which is done by means of eulogistic strategies such as the use of positive adjectives ('wonderful', 'great'), followed by emphatic elements that reinforce what has been said by the other participant. On the other hand, at this stage, disagreement is merely expressed by indicating a different opinion, preceded by the neutral 'I don't think...'. In this case, no impoliteness is involved, and

we do not see any face-threatening acts, although emotional matters are being discussed, establishing a comparison between the situation experienced by the mother of the bride and the commentators' own life experiences. The commentators seem to be genuinely involved in the dialogue and are following argumentation rules.

3.2. COMMENTS THAT STILL FOLLOW ARGUMENTATIVE STRUCTURE, BUT WHICH VERGE ON IMPOLITENESS

KJ (RESPONDING TO ANOTHER PREVIOUS COMMENT AND INTRODUCING NEW THREAD): This is a silly article [...] What worries me, is the big emphasis on race. Because despite our faults, Britain outlawed slavery in the early 1800s and The Royal Navy was located off West Africa preventing foreign boats from carrying slaves to the plantations. We have never had slaves in this country or black servants and we have never had segregation. [...]

PW (DISAGREEING AND IDENTIFYING PROPONENT): @K Jen We certainly had black servants. Read your history books.

KJ (REACTING TO ATTACK): @Peter Wayde @K Jen I do read my history books and I have lived in Africa. Of course there may have been a few, but it was not the norm to have black servants as they did in the Southern States of the USA.

MW (RESPONDING TO BOTH): @K Jen @Peter Wayde Yes the wwc did have it rough but they were seen as indentured servants. They received a salary but African slaves did not.

KJ (RESPONDING TO THE TWO OTHER COMMENTATORS): We are talking about Britain. There were no slaves here in the UK and the white working class were not indentured here in UK, despite that, some lived in shocking poverty.

In this excerpt, the argumentative structure is once again present: commentators are clearly addressing each other in the comments, in what sometimes looks like a private discussion. The tone is serious and humorous attempts are not discernible. Negative adjectives are used ('silly') to classify the article that starts the discussion.

Interestingly, the article itself (which is still the one from Fig.1) is deemed unworthy of attention, and it is taken as an excuse to tackle subjects that really matter ('What worries me...'), something which, in effect, deviates slightly from the original thread of discussion. After this reframing of issue at stake, by dismissing the original one, the ensuing comments seize elements from the first participation and introduce disagreement, by stating facts that contradict previous arguments. At this point, criticism is being expressed by the use of a patronizing tone towards other commentators ('Read your history books.'). highlighted by the use of an imperative. Criticism of this type triggers an irritated and emphatic response (I do read my history books...') and a claim to superior expertise as to the point debated ('...and I have lived in Africa). In this response and others, the structure 'Yes, but...' is used to indicate partial agreement with a previous point and to introduce further counter elements. This happens either at the beginning of the sentence or at the end, where it is used to make a concession to the partial veracity of a previous argument (as in 'There were no slaves here in the UK (...) despite that, some lived in shocking poverty?'), with the adjective 'shocking' also working to that effect. In this instance, despite the presence of more or less direct *ad hominem* attacks, the dialogue still preserves the decencies of debate and indicates interest and emotional involvement in the communicative interaction itself, which is clearly visible in the last comment, with its use of a collective 'we' ('We are talking about Britain.).

SIMÕES, ELSA; 'Viva Harry! Viva Meghan!': uma análise de estratégias de argumentação polidas e agressivas em fóruns online sobre celebridades
'Long live Harry and Meghan!': an analysis of polite and aggressive argumentation strategies from online forums on celebrity-related news
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 156-178

3.3. ARGUMENTS THAT GET SIDE-TRACKED AND DEVIATE FROM THE ORIGINAL THREAD



Fig. 2: 'The Royal wedding view from the sofa: gleeful gossip, Alan Partridge moments and a scene-stealing horse'

DW (*PROPONENT*): Someone should arrange a tour of the UK for her I would suggest Tynwald, the Trough of Bowland, the Lake District, York, Sycamore Gap and Alnyck Northumbria

KD (*CORRECTS MISTAKE IN ONE OF THE WORDS, ALTHOUGH AGREEING WITH PROPONENT'S ARGUMENT*): It's Alnwick in Northumberland and your right it's amazing. :-)

JS (*CORRECTS MISTAKE MADE BY KD, BUT TRIES TO BE NICE*): @Kris Davison Tut tut ' you're '.....well I'm just saying ;)

AM (*ALSO CORRECTS KD'S MISTAKE, BUT REBUKES HIM FOR STARTING THIS*):
@Kris Davison it's "you're right" if we're going to be pedantic!!

AN (*CONFIRMS TOTAL DEVIATION FROM THE THREAD AND POKES FUN AT KD INVOKING AN OLD JOKE*): The quote "your right, it's amazing" reminds me of a famous sketch: "Your right leg, I like. I like your right leg. A lovely leg for the role. That's what I said when I saw you come in. I said, "A lovely leg for the role". I've got nothing against your right leg. The trouble is – neither have you." One might say "your right, it's amazing."

In the case of the excerpt above, the original thread is completely abandoned, which is something that happens quite often in online forums. The title of the article, however, is especially inviting for idle aimless thoughts, with its kitchen-sink approach. Therefore, in the comments section, the tone is light-hearted, and the participants attack each other on the strength of grammatical mistakes that were committed by previous participants. Several linguistic hedges are employed so as to minimize the possibility of face-threatening situations, and minimising aggression also happens by means of graphic signs that indicate good-will (such as ;)). The confirmation that this dialogue is to be read as harmless banter is confirmed by the last participant, who takes the opportunity to tell an old joke, which apparently confirms that the grammatical mistake that started the dialogue might not be a mistake at all, provided the correct context is supplied. In this case, although the main issue was side-tracked and the ensuing conversation delves on quite trivial matters, the participants take the trouble of addressing each other by name and downplaying what could be perceived as FTAs – also anticipating possible attacks from others, with pre-emptive strategies (such as '...if we're going to be pedantic!!'). Therefore, although the subject matter is trite, the niceties of discussion and argumentation are being respected, and the rules of polite give-and-take are observed.

3.4. IMPOLITE COMMENTS



Fig. 3: 'Meghan Markle's wedding dress is a triumph in its simple perfection – and controversial nod to Wallis Simpson'

CD (*PROPONENT*): While I guess Meghan had heard of Wallis Simpson, the idea that she chose Givenchy to design her dress as a nod towards the earlier American really is nonsense. If I can borrow a remark of John Bercow, why must the Telegraph employ such stupid women?

JdW (*AGREEING*): What complete nonsense. What is it with DT girly - some of them have spent the weekend stirring up racial division and inventing all sorts of 'messages', whilst the rest of them spend their days obsessing about a dress and its implications. They obviously live in a parallel universe, starkly at odds with mainstream humanity.

MS (*AGREEING*): Christ, do these people live in a perpetual state of b/s.

DS (*agreeing*): "A nod to Wallis Simpson" - baloney! Unless you received royal-family verification, your naive interpretation should have been struck by whatever passes for the editorial department of this section. Grow up, and the sooner the better.

JB (*AGREEING*): Bethan. Do you actually get paid to write this drivel?

FT (*AGREEING, INTRODUCING HUMOUR*): Did you mean Marge Simpson? Elsewhere it's a nod to Audrey Hepburn. And else~elsewhere it's a nod to Jackie Kennedy. Too much nodding going on, in my opinion.

MS (*AGREEING, REINFORCING HUMOUR*): All that nodding and not a sodding brain.

MSc (*AGREEING, REINFORCING HUMOUR*): Wallis Simpson deserves all the 'nods' we can give her. She rescued the country, albeit without meaning to, from the idiot Edward VIII.

MS (*AGREEING, REINFORCING HUMOUR*): True. This one is only saving us from a playboy.

The above excerpt features comments on an article about Meghan's wedding dress (cf. Annex 3), and is the one that features the highest degree of impoliteness. Considered in the present situation, impoliteness, as Bousfield & Locher point out, 'even if most generally seen as face-aggravating behaviour in a specific context, clearly involves the relational aspect of communication in that social actors negotiate their positions vis-à-vis each other.' (2008: 5). In fact, all the commentators disagree with the editorial content (classified as 'drivel') and, consecutively, express their criticism towards the author of the article and the newspaper editorial policy, revealing impatience and exasperation towards the piece of news that started the thread. It is relevant to note that, in the present instance, they all 'agree to disagree' – thus establishing their

position within the group - against a common target, instead of criticizing each other, as commonly happens. This results in a string of comments that successively complement each other with further layers of humorous remarks. Different types of humour are at stake in this case, mingled with insults (sometimes with direct interpellation), which can be very face-threatening, at points, and clearly correlated with the concept of 'face'. Insults, as noted by Culpeper (2013: 5-6), are a good example of this kind of situation: the journalist (addressed by her first name, Bethan) is directly questioned in the comments as to her professional competence (Bethan. Do you actually get paid to write this drivel?) and about the veracity of her statements about Meghan's dress ('Unless you received royal-family verification, your naive interpretation should have been struck by whatever passes for the editorial department of this section'). All the participants are clearly joining forces against the editorial content and its author, and it results in humour against those two targets, which evolves and extends so as to encompass harsh but humorous criticism about members of the Royal Family itself, as can be seen in the two last comments.

4. CONCLUDING REMARKS

Many more examples of argumentation strategies could have been mentioned in this article, but this very brief analysis clearly points to the wealth of material that can be found in online forums on this issue. It is certainly a wide area to explore, in a systematic matter, also in order to find appropriate forms of analysing discourse which is electronically produced and mediated, with all that this fact implies in terms of discursive instability and the doubts it entails about the ultimate purpose of the commentators in participating in such forums.

At the moment, it is possible to affirm that these commentators are indeed involved in argumentation processes of some kind – although some distinctive features of the phenomenon

seem to be lacking or are only present at an incipient level. On the other hand, the matter of 'active intentionality' is still moot in several occurrences: there must be an intention of some kind that prompts commentators to participate and get involved. However, this intention is not clear-cut and can, indeed, correspond to one possibility amidst a plethora of possible different aims – it is even possible that many are doing it for entertainment purposes and that their participation does not imply any real effort towards proper argumentation and, therefore, it is possible that there is no persuasive intent at all. This can even undermine the very existence of a communication act in some online forums, in the case of some participants, since the use and abuse of 'toxic impoliteness' effectively kills the possibility of appropriate response from other commentators. In some cases, especially in instances that can be found in online forums without moderation, some comments can be construed as mere narcissistic endeavours, where the participant rants and raves at all the others, shouting a given personal opinion without showing any interest for the responses or reactions that it might elicit.

Further work in this area (along the lines of that undertaken by Iyer et al, 2017, among others) is still required, so that more can be found on the participants' motivation to engage in this kind of discussion, to improve our knowledge on the specific and varied forms online discourses can assume, as well as to look in more depth into the possibility that new practices are emerging since the medium being used (internet) can affect the characteristics of the argumentation that takes place in social networks.

SIMÕES, ELSA; 'Viva Harry! Viva Meghan!': uma análise de estratégias de argumentação polidas e agressivas em fóruns online sobre celebridades
'Long live Harry and Meghan!': an analysis of polite and aggressive argumentation strategies from online forums on celebrity-related news
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 156-178

REFERENCES

- Bousfield, D. & Locher, M.A. (Eds.) (2008). *Impoliteness In Language: Studies on its Interplay with Power in Theory and Practice*. Berlin / New York: Walter de Gruyter.
- Brown, P. & Levinson, S. C. (1987). *Politeness: Some Universals In Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blair, J. A. (2012). Argumentation as Rational Persuasion. *Argumentation*, 26, pp. 71–81.
- Culpeper, J. (2013). Impoliteness: Questions and answers. In Jamet, D. & Jobert, M. (Eds.) *Aspects of Linguistic Impoliteness*. Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Culpeper, J., Boufield, D., & Wichmann, A. (2003). Impoliteness revisited: With special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, 35(10-11), pp. 1545-1579.
- Goffman, E. (1971). *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. New York: Transactions.
- Goody, E. N. (1978). 'Introduction.' In Goody, E. N. (Ed.) *Questions and Politeness: Strategies in Social Interaction*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-16.
- Green, N. L. (2017). Argumentation Mining in Scientific Discourse. In Bex, F.; Grasso, F. & Green, N. L. (Eds) *18th Workshop on Computational Models of Natural Argument*. 16th July, London, UK, pp. 7-13.
- Gruber, H. (2017). Quoting and retweeting as communicative practices in computer mediated discourse. *Discourse, Context & Media*. 20, pp. 1-9.
- Habernal, I & Gurevytch, I. (2016). Argumentation Mining in User-Generated Web Discourse. *Computational Linguistics*, 43 (1), pp.125-179.
- Iyer, R. R.; Sara, K. & Li, Y. (2017). Detecting type of Persuasion: Is there structure in persuasion tactics? In Bex F.; Grasso, F. & Green, N. L. (Eds) *18th Workshop on Computational Models of Natural Argument*. 16th July, London, UK, pp. 54-64.
- Justo, R.; Corcoran, T; Lukin, S. M.; Walker, M.. & Torres, M. I.. (2014). Extracting relevant knowledge for the detection of sarcasm and nastiness in the social web. *Knowledge-Based Systems*, 69, pp. 124–133.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2010). L'impolitesse en interaction: Aperçus théoriques et étude de cas. *Lexis 2, Special Issue 'Theoretical Approaches to Linguistic (Im)politeness'*, pp. 35-59.

SIMÕES, ELSA; 'Viva Harry! Viva Meghan!': uma análise de estratégias de argumentação polidas e agressivas em fóruns online sobre celebridades
'Long live Harry and Meghan!': an analysis of polite and aggressive argumentation strategies from online forums on celebrity-related news
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, N° 8 ANO 2019, PP. 156-178

Kim, J. (2018). Online incivility in comment boards: Partisanship matters - But what I think matters more. *Computers in Human Behavior*, 85, pp. 405-412.

Kirschner, C.; Ecker-Kohler, J. & Gurevych, I. (2015). Linking the Thoughts: Analysis of Argumentation Structures in Scientific Publications. *Proceedings of the 2nd Workshop on Argumentation Mining*, pp. 1-11.

Lippi, M. & Torroni, P. (2016). Argumentation Mining: State of the Art and Emerging Trends, *ACM Transactions on Internet Technology*, 16 (2), article 10: 10.1, pp. 10.25.

van Laar, J. A. (2005). *One-sided arguments*. *6th OSSA Conference Archive*, 37, pp. 207-306.

Constituição e argumentação: a função social do imóvel rural

Constitution and argumentation: the social function of rural property

TINOCO CABRAL, ANA LÚCIA
altinococabral@gmail.com
GODOY BUENO, FRANCISCO
francisco@buenomesquita.com.br

USP; IP-PUCSP

USP

PALAVRAS-CHAVE:
argumentação;
vagueza;
Constituição Federativa do Brasil;
função social;
imóvel rural.

RESUMO: Este trabalho apresenta um estudo dos Artigos 184, 185 e 186 da Constituição brasileira, a fim de identificar, descrever e analisar os sentidos e a orientação argumentativa contidos em tais artigos no que diz respeito à função social do imóvel rural e suas implicações jurídicas. Investigaremos o que indicam as escolhas do legislador, ao estabelecer a desapropriação para fins de reforma agrária, (Art. 184), definir os imóveis que são suscetíveis de desapropriação (Art. 185) e estabelecer o que concerne o cumprimento da função social do imóvel rural (Art.186). As análises apoiam-se nos estudos da Teoria da Argumentação na Língua, postulada por Ducrot (1884) e por Anscombe e Ducrot (1997). Para Ducrot, a argumentação está na língua. As palavras da língua trazem em si uma argumentação que orienta o discurso e as escolhas linguísticas implicam uma orientação argumentativa. O estudo apoia-se igualmente em autores que tratam do Direito Agrário (Carozza e Zeledón, 1990; Scaff, 2005; Bueno, 2017) e da vagueza na norma jurídica (Santos, 2002). A análise das marcas linguísticas dos referidos artigos permite observar que a vagueza dos sentidos implica incoerência na orientação argumentativa do texto constitucional e pode trazer consequências negativas para a decidibilidade em casos concretos.

KEY-WORDS:
argumentation;
vagueness;
Federal Constitution of Brazil;
social function;
rural property.

ABSTRACT: This paper presents a study of Articles 184, 185 and 186 of the Brazilian Constitution in order to identify, describe and analyse the senses and the argumentative orientation found in such articles regarding to the social function of rural property and its legal implications. We will investigate what the legislator's choices indicate, when establishing expropriation for the purposes of agrarian reform, (Art 184), defining the properties that are susceptible to expropriation (Art.185) and establishing what concerns the fulfilment of the social function of the agricultural property (Art.186). The analyses are based on studies of the Theory of Ar-

gumentation in Language, postulated by Ducrot (1884) and by Anscombe & Ducrot (1997). For Ducrot, the argument is in the language. The words of the language bring in themselves an argument that guides the discourse and the linguistic choices entail an argumentative orientation. The study is also supported by authors who deal with agrarian law (Carrozza and Zeledón, 1990; Scaff, 2005; Bueno, 2017) and the vagueness of the legal norm (Santos, 2002). The analysis of the linguistic marks of the mentioned articles allows to observe that the vagueness of the senses implies incoherence in the argumentative orientation of the constitutional text and can have negative consequences for the decidability in concrete cases.

INTRODUÇÃO

A argumentação está presente em toda atividade jurídica, seja esta dogmática, seja prática contenciosa. O discurso normativo, conforme ensina Ferraz Júnior (2014: 58), implica “razões/motivos para agir de certo modo e não de outro”, pois ele diz respeito à “decidibilidade de conflitos” (Ferraz Júnior, 2014: 58). Segundo esse estudioso do Direito, “o legislador age motivadamente” (Ferraz Júnior, 2014: 58), o que quer dizer que o texto da lei traz em seus sentidos uma orientação argumentativa. No texto legal, a argumentação converge para uma tomada de decisão, que, no Direito, implica um fazer jurídico cujos efeitos resultam numa consequência prática para os sujeitos implicados. Considerando que o texto legal orienta as decisões judiciais, podemos afirmar, também com Ferraz Júnior (2014: 57), que, no sistema legal, e a Constituição faz parte desse sistema, a argumentação determina “o sentido vinculante da normatividade”. De acordo com o professor de Direito, o texto da lei diz também respeito à interpretação. Com efeito, sua aplicação é de ordem interpretativa, orientada pela argumentação que marca o texto.

As questões do contexto jurídico destacadas no parágrafo anterior podem relacionar-se ao conceito de argumentação na língua postulado por Ducrot (1984) e por Anscombe e Ducrot (1997). Defendemos, com esses autores, que “as palavras da língua trazem em si uma argumentação que orienta o discurso” (Bueno; Cabral, 2019: 200). Isso quer dizer que as escolhas do legislador argumentam na direção de certas decisões na medida em que elas implicam determinados sentidos, ou, como afirmou Ferraz Júnior, “a ordem das palavras e o modo como elas estão conectadas são importantes para obter-se o correto significado da norma (Ferraz Júnior, 2014: 58). Há, no entanto, situações em que ocorre vagueza nos termos empregados pelo legislador. Essa possibilidade suscita a questão que orienta nossas reflexões neste texto: considerando que também as palavras cujos sentidos são vagos argumentam, que consequências para a decidibilidade em casos concretos acarreta o texto legal dotado de vagueza? Com base nessa questão, nosso objetivo neste texto é investigar os sentidos e a argumentação contidos no texto

constitucional, especificamente os Artigos 184, 185 e 186, que tratam da desapropriação por interesse social, com base na função social do imóvel rural e refletir sobre as implicações desses sentidos na decidibilidade de casos concretos. Analisamos o texto constitucional, especificamente os Artigos 184, 185 e 186, Título VII, Capítulo III. As análises focalizam os sentidos dos termos da constituição, focalizando a vagueza e a orientação argumentativa. Para o cumprimento do objetivo proposto, este texto se organiza em três partes, além desta introdução e das considerações finais: inicialmente, apresentamos as questões teóricas que fundamentam nossas análises; em seguida, analisamos o texto constitucional, especificamente, os Artigos 184, 185 e 186, Título VII, Capítulo III; posteriormente, expomos reflexões relativas às consequências jurídicas que a análise linguística nos permite avaliar.

1. SENTIDO, VAGUEZA E ARGUMENTAÇÃO

No centro da Teoria da Argumentação na Língua estão as noções de orientação e de restrição. Para Ducrot (1984), os sentidos dos enunciados são orientados por uma argumentação marcada na língua, a qual vincula as possibilidades de continuação do discurso conforme os sentidos possíveis que o sistema permite, isto é, de acordo com restrições impostas pelo próprio sistema da língua ao uso que se faz dela. Se, para Teoria da Argumentação na Língua, por um lado, argumentar consiste em apresentar “un énoncé E1 (ou un ensemble d'énoncés) comme destiné à en faire admettre un autre (ou un ensemble d'autres) E2.”¹ (Anscombre; Ducrot, 1997: 8), por outro, “les enchaînements argumentatifs possibles dans un discours sont liés à la structure linguistique des énoncés et non aux seules informations qu'ils véhiculent”² (Anscombre; Ducrot, 1997:9). Isso quer dizer que a forma como os enunciados se apresentam no discurso determina os sentidos que eles assumem. Esse é também o pensamento de Ferraz Júnior ao abordar o discurso normativo. O estudioso do Direito postula que “a ordem das palavras e o modo como elas estão conectadas são importantes para obter-se o correto significado da norma (Ferraz Júnior, 2014: 58).

1. um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) como destinado a fazer admitir um outro (ou um conjunto de outros) E2. (tradução nossa)

2. os encadeamentos argumentativos possíveis no discurso estão ligados à estrutura linguística dos enunciados e não apenas às informações que eles veiculam. (tradução nossa)

Pensando no conceito básico da Teoria da Argumentação na Língua, de que a argumentação está nas palavras da língua, podemos afirmar que o sentido vinculante da norma está nas palavras utilizadas pelo legislador. Elas, em sua organização na apresentação dos enunciados normativos, é que orientarão a interpretação da norma. Podemos ainda afirmar, em conformidade com os postulados da Teoria da Argumentação na Língua, que os enunciados normativos contêm argumentações que orientam os sentidos em determinada direção; essas argumentações orientam as decisões jurídicas.

A Teoria da Argumentação na Língua postula que um predicado, para além de expressar uma propriedade do nome ao qual se liga, remete a um “lugar comum”, um *topos* (Ducrot *et al.*, 1980), ou valores em uma comunidade que autorizam conclusões, definindo os discursos aceitáveis e coerentes naquele meio social, organizando os discursos possíveis (Ducrot, 1994). O conceito de *topos* é importante por colocar a língua no centro das relações humanas e da sociedade. No seio da Teoria da Argumentação na Língua, o *topos* é compreendido como um instrumento linguístico ligado ao sentido; é um princípio interno à própria língua, concernente ao ponto de vista do enunciador, o qual traz para o enunciado os valores morais válidos na comunidade a que pertence. Encontramos relação entre o conceito de *topos* e os ensinamentos de Ferraz Júnior (2014), para quem existe correlação entre o sentido do texto normativo e a compreensão da realidade social que se vincula a ele, estando a ele submetida. Os postulados de Costa (2004) vão no mesmo sentido quando este autor, ao tratar do texto jurídico, especificamente do texto normativo, defende que ele deve ser compreendido em sua historicidade, a partir do contexto, ou seja, socialmente situado.

Anscombe e Ducrot (1997), defendendo que a argumentação se funda sobre as crenças a respeito da realidade, ou seja, o que os cidadãos acreditam ser o razoável, isto é, sobre as possibilidades de inferência sobre determinado conteúdo enunciado, postulam a existência de interdependência entre argumentação e inferência apesar de ambas pertencerem a ordens diversas; a argumentação diz respeito ao discurso enquanto a inferência diz respeito “à la façon

dont les faits s'entre-déterminent”³ (Anscombre; Ducrot, 1997: 14). Ferraz Júnior (2014) estabelece semelhante relação lembrando que, em muitos casos, busca-se o sentido indireto para determinada norma. Por isso é que Ferraz Júnior, ao tratar da norma, ensina que “a clareza não é um dado absoluto (ou é claro ou é obscuro), mas depende da existência de dúvidas razoáveis quanto ao significado” (Ferraz Júnior, 2014: 62). É preciso ter em conta que a norma é um discurso e, como tal, é argumentação. Por isso, é preciso ir além do mero significado e buscar os sentidos que, não raro, ficam implícitos e demandam um raciocínio inferencial para serem construídos (Ducrot, 1972). É a apresentação do enunciado, tal como ele se constrói, que fornecerá os elementos para a reconstrução dos sentidos a serem inferidos. Por isso é que, para Anscombre e Ducrot (1997), na apresentação dos enunciados está incluído um ato de inferência inerente à enunciação do argumento; esse ato de inferência se opera “lorsque l'on exprime ou sous-entend la conclusion”⁴ (Anscombre; Ducrot, 1997:11). O pensamento de Ferraz Júnior se coaduna com esse ponto de vista teórico; para esse estudioso da argumentação jurídica, “mediante uma asserção também realizamos uma ação que não chegamos a asseverar” (Ferraz Júnior, 2014: 61), o que implica deixar algo implícito.

As inferências se constroem com base no que está explicitado. Podemos assim afirmar que o interpretante, e também o interpretante da lei, orienta-se pelos critérios postos pelas palavras da lei. Quando as palavras são vagas, elas dificultam a definição dos sentidos uma vez que, conforme Moura (1999: 79), as palavras dotadas de vagueza semântica dependem do “critério que se utiliza”. Concordamos, no entanto, com Chierchia (2003: 224) que “as expressões da nossa língua comportam virtualmente uma área de vagueza”. De acordo com esse autor, quando os falantes não tiverem acordo relativamente ao critério para determinar os limites do sentido de determinadas expressões, se não for possível determinar em que contextos elas são verdadeiras ou falsas, teremos o que o autor chama de “interpretações veri-condicionais e não uma única interpretação” (Chierchia, 2003: 225). Nesses casos, conforme o estudioso de semântica, as expressões são vagas e podem impedir que o leitor se oriente por elas para estabelecer os sentidos pretendidos pelo produtor do texto. De fato, conforme observa Costa (2004), na vagueza, não

3. à forma como os fatos se entredeterminam (tradução nossa).

4. quando se exprime ou subentende a conclusão. (tradução nossa)

se pode reconhecer de forma precisa a propriedade aplicável do objeto, nem identificar qual é propriedade mais relevante. No caso do texto legal, as consequências desses impedimentos podem ser danosas para aqueles que dependem das decisões baseadas na normatividade.

Ainda no que diz respeito ao discurso jurídico e às inferências relativas aos implícitos, retomamos Ferraz Júnior, para quem “uma norma não se reduz à sua literalidade expressa, não se podendo ignorar que toda forma elocutiva (...) aponta sempre para uma dimensão ilocutiva (Ferraz Júnior, 2014: 62). Podemos associar a dimensão ilocutiva a que faz referência ao ato jurídico postulado por Ducrot (1980), um caso particular da ação jurídica. De acordo com o linguista, a ação jurídica acarreta “une transformation des rapports légaux existants entre les individus concernés”⁵ (Ducrot, 1972: 77); o ato jurídico é aplicável quando se “considère la transformation des rapport légaux comme l’effet premier de l’activité”⁶. A dimensão ilocutiva tem a ver com o objetivo ilocutório e a força ilocutória contidos no enunciado; essa dimensão nem sempre vem explícita, mas sempre tem uma força argumentativa direcionada a um interlocutor. Desse ponto de vista, o ato ilocucional é um ato jurídico realizado pela fala, ou seja, uma expressão da língua tem valor ilocucional quando sua utilização provoca regularmente a realização de um ato ilocucional bem definido.

O enunciado constitucional constitui o ato jurídico por excelência, uma vez que ele estabelece a norma que regula as ações dos cidadãos, estabelecendo seus deveres, transformando suas relações com os objetos concernidos na norma. A noção de ato jurídico e de força ilocucional nos encaminha para o postulado de Ducrot (1984), para quem a função primordial da língua é oferecer aos interlocutores um conjunto de modos de ações estereotipadas que lhes permitam representar e se impor papéis mutuamente. “Mutuamente” diz respeito à intersubjetividade inerente à fala; a esse respeito, Ducrot (1972: 4) ensina que existe “une très grande variété de rapports interhumains, dont la langue fournit non seulement l’occasion et le moyen, mais le cadre institutionnel, la règle”⁷.

5. uma transformação das relações legais existentes entre os indivíduos concernidos”. (tradução nossa)

6. considera a transformações das relações legais como o efeito primeiro da atividade. (tradução nossa)

7. uma enorme variedade de relações inter-humanas para as quais a língua oferece não apenas a ocasião e o meio, mas também o quadro institucional, a regra. (tradução nossa)

Pode-se afirmar que Ducrot vê a língua como uma ação, ou seja, uma “activité d’un sujet lorsqu’on la caractérise d’après les modifications qu’elle apporte, ou veut apporter, dans le monde”⁸ (Ducrot, 1972: 77). Assim é o texto constitucional, traz modificações para o viver dos sujeitos, regula seu agir. Os motivos para agir implicados na normatividade a que refere Ferraz Júnior (2014), por nós citado no início deste trabalho, têm a ver com a força ilocucionária do enunciado normativo que orienta a decibilidade na resolução de conflitos e traz consequências para o viver dos envolvidos. Nesse contexto, torna-se pertinente a afirmação de Ducrot (1972: 4) de que a língua “n’est plus seulement une condition de la vie sociale, mas devient un mode de vie sociale”⁹.

8. atividade de um sujeito quando a caracterizamos conforme as modificações que ela traz, ou quer trazer no mundo. (tradução nossa)

9. não é mais apenas uma condição da vida social, mas um modo de vida social (tradução nossa)

2. VAGUEZA E ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DO TEXTO CONSTITUCIONAL

A Constituição Federativa do Brasil regula as questões atinentes à reforma agrária nos artigos 184, 185 e 186. O texto constitucional estabelece, no Artigo 184, a condição na qual a União pode desapropriar um imóvel rural:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (Brasil, Título VII, Capítulo III)

Pelo Art. 184, conforme expuseram Bueno e Cabral (2019: 202), “a função social dos imóveis rurais foi estabelecida como o norte da desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, revogando a perspectiva do Estatuto da Terra”. Isso quer dizer que a expressão central, à qual se vincula a desapropriação ou não de um imóvel rural constitui “função social”, ou melhor, o seu cumprimento. A Carta Magna define o que seja o cumprimento da função social, relativamente às propriedades rurais, no Artigo 186:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
 - II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
 - III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
 - IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- (BRASIL, Título VII, Capítulo III)

A presença do advérbio “simultaneamente” explicita que as quatro exigências postuladas no artigo devem ser atendidas em sua totalidade para que o imóvel seja considerado cumpridor da função social; trata-se de uma condição necessária. Relativamente à simultaneidade das exigências, destacamos, com Scaff (2016), que não foram estabelecidas prioridades de objetivos pelo texto constitucional; o cumprimento da função social está vinculado ao atendimento de todas as quatro exigências em conjunto.

As disposições que regulam as relações de trabalho estão definidas na lei trabalhista, que é suficientemente clara ao expor os deveres dos empregadores. Dessa lei, de certa forma, também decorre o bem-estar dos envolvidos nos processos produtivos dos imóveis rurais. Cabe perguntar, no entanto, o que é “aproveitamento racional e adequado” e “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente”.

A expressão “aproveitamento racional e adequado” comporta dois adjetivos: “racional” e “adequado”. Vale observar que tanto “racional” quanto “adequado” são adjetivos qualificativos (Neves, 2000). Os adjetivos qualificativos têm por função qualificar, ou seja, “indicar a(s) qualidade(s) de” (Houaiss e Villar, 2001, p. 2345), o que tem um caráter avaliativo apontado na própria definição do verbete “qualificar”. A função do texto legal não é, certamente, mencionar atributos de ordem avaliativa, mas especificar subcategorias para o enquadramento legal nos

casos concretos. Essa função, segundo Neves (2000), é desempenhada pelos adjetivos classificadores. Os adjetivos classificadores enquadram o substantivo que determinam em uma subcategoria. Conforme já observaram Bueno e Cabral (2019: 205), o emprego de adjetivos avaliativos para determinar os termos de artigos constitucionais deixa “margem a avaliações também subjetivas para os interpretantes da Magna Carta”.

Cumprir analisar os sentidos de ambos os adjetivos determinantes de “aproveitamento”, verificando sua orientação argumentativa. O dicionário traz o seguinte significado para o verbete “racional”: “que demonstra bom senso ou juízo ponderado, sensato” (Houaiss; Villar, 2011: 2373). Pode-se afirmar que, por essa definição, a qualificação “adequado” não delimita parâmetros para se medir a racionalidade do aproveitamento de um imóvel rural. O mesmo acontece em relação ao adjetivo “adequado”, para o qual o dicionário traz a seguinte significação: “que está em perfeita conformidade com algo” (Houaiss; Villar, 2001: 81). O adjetivo “adequado” pede um determinante que delimite a medida da adequação, especificando a que se refere “algo” a que o substantivo, no caso o aproveitamento (do imóvel rural), deve estar em conformidade para ser adequado.

O fato é que para ambos os adjetivos utilizados para qualificar o aproveitamento da terra nos imóveis rurais deve-se recorrer a valores sedimentados na sociedade, ou a topoi, conforme expusemos na seção anterior quando apresentamos os postulados de Ducrot (1994); trata-se de avaliações que só podem se dar em determinados contextos. Dizer que o aproveitamento deve ser adequado é abrir para questões do tipo: o que permite avaliar se determinado aproveitamento está adequado ou não?; adequado a quê?; como podemos medir se um aproveitamento é racional ou não, de acordo com quais valores? O texto da Constituição deixa essas perguntas sem resposta; cabe ao juiz, na sua interpretação subjetiva, decidir os valores e os critérios que considera válidos e coerentes para qualificar o aproveitamento de um imóvel rural como “adequado” e “racional”.

A segunda condição apresentada no Artigo 186, vinculante ao cumprimento da função social, traz novamente o adjetivo “adequado”: “utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente”. O texto legal novamente suscita perguntas do mesmo tipo: como podemos afirmar se determinada utilização dos recursos naturais é adequada?; adequada em relação a quais critérios? O texto novamente apresenta vagueza e subjetividade, possibilitando argumentações cujas orientações assumem várias possibilidades, podendo inclusive serem contraditórias.

Podemos afirmar, com base nas análises que apresentamos, que o texto constitucional, em seu Artigo 186, é dotado de vagueza. Conforme expusemos na seção anterior deste mesmo texto, são consideradas vagas as expressões cuja definição depende do “critério que se utiliza” (Moura, 1999: 79). As expressões vagas apresentam um desvio semântico que permite interpretações diversas que orientam para sentidos argumentativos também difusos, quando este não é o objetivo da lei. No caso do Artigo 186, é possível afirmar que as condições estabelecidas para o cumprimento da função social são vagas e a orientação argumentativa do texto legal é difusa, isto é, a decidibilidade pode ir para qualquer direção, ficará por conta dos valores do juiz, prevalecendo suas crenças pessoais, ou, alternativamente, a não consideração das medidas sem justa medida no processo decisório, o que torna a lei ineficaz para produzir efeitos socialmente satisfatórios.

Se tomarmos o imóvel rural como unidade de produção de alimentos, fibras, energia e florestas, pode-se inferir que “aproveitamento racional e adequado” argumenta em favor da produtividade. Embora essa argumentação não corresponda necessariamente ao que se compreende como função social, pode-se afirmar que esse é o topos que se encontra na base do Artigo 185, do mesmo Título e mesmo Capítulo, cujo objetivo é estabelecer as condições nas quais o imóvel rural não pode ser desapropriado para fins de reforma agrária:

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social. (Brasil, Título VII, Capítulo III)

A Constituição, ao colocar a produtividade como parâmetro para a não desapropriação, reafirma o preceito de que o imóvel rural constitui um bem de produção, sendo esta, em sua essência, a sua função social conforme já destacaram Bueno e Cabral (2019). Esses autores observam que essa representação é coerente

não só com a perspectiva histórica da reforma agrária, especialmente a partir do estatuto da terra, mas também às imposições legais estabelecendo a produtividade, como critério para a desapropriação, cujos contornos são estabelecidos pela Lei nº 8.629/93 de modo objetivo e empiricamente verificável, em função do grau de utilização da terra (quanto, em percentual, das áreas aproveitáveis, é efetivamente utilizado com culturas, pastagens e instalações de produção, num patamar mínimo de 80%) e de eficiência na exploração (quanto, em percentual, se produziu, em relação a patamares mínimos fixados pelo órgão fundiário do Governo Federal, num patamar mínimo de 100%). (Bueno & Cabral, 2019: 205)

Os autores citados mostram que há, no instrumento legal, parâmetros bastante claros, definidos por porcentagens de utilização do imóvel, para o estabelecimento do nível de produtividade. Os autores observam que a produtividade, ao isentar a propriedade da desapropriação para fins de reforma agrária, desconsidera as demais condições relativas à função social. Podemos, por conseguinte, afirmar que a produtividade assume o sentido de cumprimento da função social, uma vez que basta ao imóvel que ele cumpra com os parâmetros de produtividade para que não seja desapropriado.

A produção de bens agropecuários seria, portanto, o critério orientador do cumprimento da função social da propriedade. Assim, as diretrizes do Art. 186, transcrito anteriormente, devem ser consideradas à luz também da produtividade. Aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores não são, por conseguinte, critérios autônomos de função social. São preceitos que devem ser perseguidos sempre à luz do objetivo fundamental do imóvel rural: produzir.

O texto constitucional, no Art. 185, também exime de desapropriação, além dos imóveis produtivos, “a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra”. Essa isenção não se vincula à função social propriamente dita como acontece com a “propriedade produtiva”, cujos contornos de produção estão estabelecidos, mesmo que seja de forma vaga, no Art. 186. Embora todos os imóveis sobre os quais recaem os Artigos em análise se enquadrem na categoria “rural”, a obrigação de cumprir a função social apresentando determinado nível de produtividade recai somente sobre as grandes propriedades. Assim, podemos inferir que “a pequena e média propriedade rural” argumenta em favor da não obrigação de cumprimento da função social. Basta ser pequena ou média para que a propriedade rural esteja resguardada da desapropriação.

O texto constitucional tem por função orientar decisões e as imprecisões de sentido acarretam consequências. Essas argumentações implicam consequências jurídicas. Na próxima seção apresentamos uma reflexão sobre as implicações jurídicas sobre a vida prática dos cidadãos que a vagueza do texto constitucional e as orientações argumentativas também imprecisas trazem.

3. REFLEXÕES EM TORNO DAS ORIENTAÇÕES ARGUMENTATIVAS DO TEXTO CONSTITUCIONAL

O novo Código Civil brasileiro, de 2002, aumentou os poderes do juiz, dando-lhe maior liberdade de interpretação da lei para suas decisões, “de acordo com sua experiência, valores morais, éticos imperantes na sociedade” (Silva, 2009: 243), com o risco de ocorrerem decisões arbitrárias, segundo o estudioso citado. De fato, não se pode ignorar que o juiz é um ser da sociedade, ele tem seus próprios valores sociais, que adquiriu na sua comunidade. Podemos afirmar o juiz também recorre a topoi para fundamentar suas tomadas de decisão. Tal fato é sobretudo verdade quando “a lei traz palavras ou expressões de compreensão vaga, imprecisa, genérica, carecendo da atuação do juiz, no momento da subsunção, para complementar os vagos” (Silva, 2009: 244).

Os ensinamentos do autor citado no parágrafo anterior nos remetem à problemática da vagueza que analisamos na seção anterior e de suas consequentes orientações argumentativas. Exploramos os sentidos dos termos-chave dos Artigos 184, 185 e 186. É preciso ter claro que tais sentidos orientam e influenciam decisões cujas consequências para a vida em sociedade podem ser, muitas vezes, irreversíveis.

Tomemos o Artigo 186, que, ao associar o cumprimento da função social a “aproveitamento adequado” do imóvel rural, argumenta em favor da produtividade. De acordo com a orientação argumentativa desse artigo, é cumpridor da função social o imóvel rural que tem alto índice de produtividade – pelo menos é assim que prevaleceu na Lei nº 8.629/93, ao estabelecer que o proprietário rural deve, para cumprir a função social da sua propriedade, produzir acima de determinados patamares (em alguns casos bastante altos, superiores à média nacional).

A busca objetiva da produtividade como um valor em si, sem necessariamente considerar outros argumentos, tais como a situação física dos solos ou mesmo a viabilidade econômica

do empreendimento agrário, impele o produtor a produzir sem necessariamente se preocupar com a sustentabilidade do seu cultivo (cf. Bueno, 2017). Para não cair em comisso, ou seja, correr risco de ser desapropriado, deve o proprietário suprir os solos mais pobres com adubos e os ambientes mais hostis com defensivos agrícolas, os quais não têm um efeito necessariamente positivo nem para o solo nem para os cidadãos que consomem produtos oriundos desses terrenos. Além disso, a priorização da produtividade desconsidera algumas práticas de cultivo para as quais a sociedade tem se voltado no sentido de valorizar a saúde e o consumo consciente, como a agricultura orgânica ou sintrópica, que, pelo baixo uso de insumos químicos e agrotóxicos, acaba por ter baixo rendimento, incompatível com os índices mínimos de produtividade pressupostos pela Lei. A despeito do seu valor para a sociedade moderna, o cultivo orgânico pode ser uma prática que induza o produtor a desrespeitar os níveis de aproveitamento da terra considerados “adequados”, pois esse tipo de cultivo nem sempre garante alta produtividade. Com respeito ao cultivo orgânico, vale destacar a argumentação de Bueno e Cabral:

No contexto atual, em que a ótica do desenvolvimento sustentável e do cultivo mínimo estão em voga para a preservação de outros valores sociais que não o desenvolvimentismo a qualquer custo, o aproveitamento racional e adequado exigido pela Constituição Federal não pode limitar-se, como tradicionalmente se faz, à luz do estatuto da terra (Lei nº 4.504/64), ao atingimento de índices mínimos de produtividade. (Bueno; Cabral, 2019: 213)

Se, por um lado, o Artigo 186 da Constituição argumenta em favor da produtividade para assegurar ao proprietário rural que seu imóvel não seja desapropriado pra fins de reforma agrária, por outro, o mesmo artigo preconiza que a função social também será cumprida quando o imóvel respeitar a preservação do meio ambiente, critério que argumenta no sentido da não exploração e, portanto, da não produtividade. Parece haver, por conseguinte, uma incoerência argumentativa entre os incisos do Artigo 186, uma vez que o segundo argumenta na direção contrária do primeiro.

Produtividade e proteção dos recursos naturais, no entanto, nem sempre serão contraditórios. Esse, aliás, é o pressuposto da sustentabilidade – valor que deve permear a produção na modernidade, conduzida de forma equilibrada entre custos ambientais e benefícios econômicos e sociais da atividade agrária. Conforme já expuseram Bueno e Cabral (2019), no entanto, o uso da terra não pode limitar-se somente à produção de produtos agropecuários. Esses autores questionam se de fato não estariam cumprindo a função social, por não atingirem alto nível de produtividade agrícola, propriedades rurais que, por exemplo, mantivessem como atividade produtiva um hotel fazenda, que, conservando florestas no estado, teria por objetivo oferecer aos hóspedes o convívio com a flora e a fauna nativas, ou que promovesse cursos sobre a preservação da natureza. Concordamos com os autores que, desse ponto de vista, o texto constitucional ignora que os imóveis rurais podem ter múltiplos usos atendendo a funções sociais diversas.

As análises realizadas na seção anterior apontam para outra incoerência argumentativa no texto constitucional. Se, por um lado, com base no Art. 186, preconiza-se que imóvel rural apresente altos níveis de produtividade para que esteja quites com a função social própria, aqui considerada como de bem de produção, por outro, com no Art. 185, do mesmo Capítulo e Título, exime-se a pequena e a média propriedade rural de cumprirem a função social assim definida pelo Art. 186. Podemos, pois, inferir que temos, na Constituição, o estabelecimento de um privilégio, ferindo a regra de justiça (Perelman, 1993), por não tratar de forma igual todos os imóveis enquadrados na mesma categoria de imóveis rurais. Seria justo que todos os imóveis rurais fossem obrigados cumprir a função social. Entretanto, de acordo com o Art. 185, a pequena e a média propriedade rural não são obrigadas a cumprir a função social. Essa isenção nos permite inferir, com base no Art. 185, sentidos possíveis para “função social”, expressão considerada vaga por estudiosos do Direito, como Santos (2002), jurista que estudou a função social do contrato.

Ser de tamanho pequeno ou médio significa, para o imóvel rural, cumprir a função social. A

função social deixa de ter relação com a produtividade e passa a relacionar-se ao tamanho do imóvel. Tal deslize de sentido pode gerar problemas para a decidibilidade dos casos concretos. A esse respeito, lembramos, com Santos (2002), que quando ocorre vagueza semântica, há falta de informações e, em consequência, vigora a indecisão. É o que acontece, por exemplo, com os adjetivos “adequado” e “racional”, conforme verificamos em nossas análises. Esses adjetivos não informam com precisão os parâmetros que permitem avaliar em que medida determinado aproveitamento da terra pode ser considerado em conformidade com o cumprimento da função social.

Cabral (2016), ao analisar a argumentação em processos civis, observa que a função da lei é regular a atividade dos cidadãos e dos órgãos públicos; a disposição da lei, segundo essa autora, “abrange a conservação dos sujeitos jurídicos e sua organização política, além dos bens próprios a esses sujeitos, regulando a atribuição desses bens” (Cabral, 2016: 56). Com respeito à lei e ao texto legal, Costa (2004) defende que o legislador deve procurar ser preciso na escolha dos termos na formulação das normas jurídicas. Para esse autor, a falta de precisão na linguagem das normas jurídicas gera problemas para a aplicação da lei por deixar ao interpretante a decisão que deveria ser orientada pela norma.

Embora a indeterminação na formulação das leis deixe margem para que a norma atenda um número maior de casos concretos, muitas vezes, em consequência da imprecisão, ela deixa muitas questões a serem desenvolvidas pelos tribunais, o que, segundo o estudioso citado no parágrafo anterior, implica uma ordem constitucional incompleta, resultando, de acordo com Bueno e Cabral (2019: 203), “em um quadro de insegurança jurídica”, que pode pôr em risco o direito à propriedade. Esses autores lembram que o direito à propriedade, assim como o direito “à vida, à liberdade, e à segurança, é uma garantia fundamental dos cidadãos brasileiros” (Bueno; Cabral, 2019: 199), estabelecido pela Constituição, e ressaltam que a vagueza da lei permite que sejam desapropriados imóveis rurais que possam estar cumprindo a função social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras dotadas de vagueza presentes no texto constitucional exigem grande esforço do juiz. Este, na sua atividade de julgador, deve deixar de lado suas crenças pessoais e subjetivas e buscar valores na sociedade, de ordem ética e moral. Seria possível a um cidadão não seguir sua formação moral no exercício de suas funções sociais como a de julgador? Embora se espere que o juiz não emita opinião pessoal no ato de julgamento, é difícil imaginar que ele se dispa dos valores em que acredita, tornando-se cego a eles. O papel da lei é, por isso, fornecer parâmetros de julgamento garantindo-lhe motivos para decidir de uma forma e não de outra. Esses motivos devem estar respaldados no texto legal.

Observamos, por meio das análises e das reflexões apresentadas, que os sentidos contidos no texto constitucional abrem muitas possibilidades argumentativas que podem oferecer razões para decisões em direções inclusive contraditórias. Essa multiplicidade de possibilidades implica prejuízo para a decidibilidade dos casos concretos, como ensina Ferraz Júnior (2014), para quem, conforme já expusemos no início deste trabalho, a norma tem como função oferecer ao juiz as razões para suas decisões. Isso quer dizer que a norma deve fornecer os argumentos que justifiquem o agir do julgador diante de sua obrigação de decidir sobre conflitos. Dessa perspectiva, podemos concluir que as orientações argumentativas do texto constitucional complicam as decisões.

As questões de sentido exploradas neste texto influenciam decisões, e, de fato, as imprecisões do texto constitucional tendem a conduzir, muitas vezes, juízes a procurarem ater-se a questões de rito em que vez de avaliar questões fundo em suas decisões. O fato é que, sendo o texto constitucional dotado de sentidos vagos, que argumentam em direções por vezes contraditórias, deixa os operadores do direito sem parâmetros para aplicar a norma aos casos

REFERÊNCIAS

- Anscombre, J.-C. & Ducrot, O. (1997). *L'argumentation dans la langue*. Troisième édition. Liège: Mardaga.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...> Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.
- BRASIL. *Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993*. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26.02.1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.
- Bueno, F. G. (2017). *Contratos Agrários Agroindustriais*. São Paulo, Almeidina.
- Bueno, F. G. ; Tinoco Cabral, A. L. (2019). A função social do imóvel rural na constituição da república federativa do brasil de 1988. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; Bueno, Francisco de Godoy (Org.) *Direito e linguagem a constituição de 1988*. Londrina: Thoth, pp. 199-215.
- Tinoco Cabral, A. L. (2016). Negação, intersubjetividade e polifonia: estudo de caso em processos civis. *Letras de Hoje*, Vol. 51, n. 1. vol 51 n.1, pp 55-64. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fale/article/view/21556/14337> (acesso em 18/09/2018)
- Carrozza, A. & Zeledón, R. (1990). *Teoría general e institutos de derecho agrario*. Buenos Aires: Astrea.
- Chierchia, G. (2003). *Semântica*. Trad. Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Costa, A. S. da. (2004). Breves notas sobre a LC116/2003 e as cláusulas gerais: os limites da taxatividade. *Revista Tributária de Finanças Públicas*, vol 56, pp. 39-54.
- Ducrot, O. (1994). Les topoï dans la théorie de l'argumentation dans la langue. In: Plantin, Christian. (ed.). *Lieux communs, topoï, stéréotypes*. Paris: Kimé, pp. 233-248.
- _____ (1984). *Le Dire et le Dit*. Paris: Minuit.
- _____ (1972). *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann.
- Ducrot, O. et al. (1980). *Les mots du discours*. Paris: Minuit.
- Ferraz Junior, T. S. (2014). *Argumentação Jurídica*. Barueri: Manole.

SIMÕES, ELSA; 'Viva Harry! Viva Meghan!': uma análise de estratégias de argumentação polidas e agressivas em fóruns online sobre celebridades
'Long live Harry and Meghan!': an analysis of polite and aggressive argumentation strategies from online forums on celebrity-related news
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 8 ANO 2019, PP. 156-178

Houaiss, A.; Salles, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Moura, H.M.M. (1999). *Significação e contexto uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular.

Neves, M.H.M. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.

Perelman, C. (1993). *O Império Retórico retórica e argumentação*. Porto: Edições Asa.

Santos, E. S. dos. (2002). O Novo Código Civil e as Cláusulas Gerais: exame da função social do contrato. *Revista de Direito Privado*, vol. 10, pp. 9-37.

Scaff, F.C. (2016). Direito ambiental - Reserva legal - Análise histórica da legislação brasileira - exame da constitucionalidade do art. 68 da lei 12.651/2012 e remédio jurídico para questioná-lo - Ônus da prova de demonstrar a supressão da vegetação. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. São Paulo. v.3. n.8. jul./set., pp.339-354.

Silva, R. M. da (2009). A Intervenção do juiz na interpretação e integração do negócio jurídico. *Revista de Direito Privado*, vol. 37, pp. 242-257.

A promoção de jovialidade: a construção de um discurso e argumentação persuasivos

Promoting youthfulness: the construction of persuasive discourse and argumentation

TUNA, SANDRA
stuna@ufp.edu.pt

Professora Auxiliar
Universidade Fernando Pessoa

KEY-WORDS:
argumentation;
advertising;
discourse;
stereotyping.

ABSTRACT: Advertising discourse is persuasive by its very nature. Essentially goal-oriented, it is constructed so as to propose a pre-determined view of the world that suits its purposes, by means of a well-defined argumentative pathway that leads up to the proposed most (desired) suitable option. As a discourse that enjoys unparalleled freedom – both in terms of content and form – it has long moved beyond a clear-cut argumentative process based on hard sell versus soft sell, or tickle versus reason approaches (Cook, 2001:15). In their attempts to overcome boredom and scepticism on the part of an ad-literate audience, advertisers resort to different forms of argumentative reasoning: deduction, opposition, analogy or calculation, as proposed by Charaudeau (2008). In addition, as multi-modal texts, they make the most of the different modes available – pictures, text, sound, moving pictures – to build their argument. As claimed by Ripley (2008), an ad is an argument, thus, whichever claims or statements it makes, we are aware of – and suspicious about – its persuasive intent, though we often tend to go along with the worldviews it suggests. In spite of common accusations of stereotyping, segregating, imposing models of beauty, lifestyle among others, overlooking (and blurring) national idiosyncrasies, advertising has somehow managed to build rather convincing arguments that seemingly consider such criticism.

In this study, we will look into cosmetics adverts that explicitly and implicitly build their arguments in ways that almost always encourage identical proposals of youthfulness, despite their apparent different claims and argumentative routes and despite their apparent concern for incorporating socially (or politically) correct positions.

INTRODUCTION

It is only to be expected that persuasive discourse should imply carefully designed argumentation to convince their audience of the proposed action. As argued by Leech (1966: 23), advertising is an example of loaded language, as it 'aims to change the will, opinion, or attitudes of its audience. [but] It differs from other types of loaded language in having a very precise material goal'. However, its audiences are well aware of that fact, as today advertisements speak to ad-literate audiences, and rather sceptical ones, as well (Cook, 2001; Myers, 1998), which means advertisements must overcome some prevailing disfavour, suspicion and frequently, discredit, on the part of the public. To accomplish this, advertising resorts to all devices, strategies, modes, media available, making sure the argumentative pathways presented to the audience are enough to make messages and appeals attractive and convincing. As argued by Ripley (2008:517).

An ad is someone saying that the product is good because someone else obviously either does not think it is good or has not yet realized that the product is good and needs to be convinced of the goodness (or appropriateness, affordability, etc.) of the product.

As a discourse that enjoys a lot of discursive freedom, it takes hold of multiple linguistic devices, including some incursions and interventions into linguistic norms, namely spelling liberties, phonetic manipulation, and even creative disruptive syntax and grammar. In addition, it will draw on other discourses – or their features – to renew itself and its discursive practices, to entertain and to apparently challenge and involve the audience into interpretation.

As multimodal texts, ads further make the most of all the modes provided by different media, from visuals to verbal signs, graphics and sound. This multimodal character gives advertising campaigns an array of argumentative channels, which often result in texts that contain both implicit and explicit claims, coming in different forms and modes leading up to the main argument, and to the main appeal, more often than not, rather convincingly. As argued by Ripley (2008), 'An ad is an argument', but an argument spelled out in different modes so as to repeat it in different ways, making sure the audience will get the message and, hopefully, remember it.

As part of social interaction, adverts feed on (dominant) ideologies. They require the audience's participation in the interpretation of the claims they make: the audience, the external participants, are essential to complete their argumentation. There is no ad if it does not enter the space of the audience, an audience with a given presupposed knowledge, which will prove an essential deciphering tool. Thus, ads need the audience's MRs, in the sense proposed by Fairclough (1992, 2001), (members' resources) in the processes of production and interpretation of texts. The 'MR which people have in their heads and draw upon when they produce or interpret texts', include their knowledge of language, representations of the natural and social worlds they inhabit, values, beliefs assumptions, and so on (Fairclough, 1992: 24).

Thus, we will attempt to demonstrate and discuss how cosmetics' advertising makes use of all these features to build messages that lead their audiences towards very well defined world views on the way we should look like, or at least try to look like. By means of adverts for well-known brands, with apparently different standpoints regarding skincare products advertising, we will try to demonstrate argumentative structures of adverts comply with common strategies encountered in other argumentative acts, and they follow lines of reasoning peculiar to strategies of influence, as argued by Charaudeau (2008), aiming to persuade their audience of their proposals and, eventually, their products' benefits and advantages, implying a dialogue with the audience based on assumptions of shared values and viewpoints.

Additionally, we will attempt to apply the categories proposed by Ruiz (2014), concerning implicit discourse, not only to demonstrate that much of the argumentative strategy in advertising – even though it is an overtly persuasive discourse – requires deduction to infer the most relevant ideological layers and that there are different forms of implicitness, associated with different marketing approaches. It seems that, despite different departure points, skincare advertising relies on identical premises and world views.

1. ARGUMENTATION WITHIN THE CONTEXT OF PERSUASIVE PROMOTIONAL DISCOURSE

Although not all advertising claims are put forward explicitly, advertising is unequivocally persuasive. As mentioned above, we are no longer dealing with naïve audiences (Cook, 2001), which means that creating adverts has never been so challenging, and argumentation is therefore thoroughly devised to influence the audience to act or only to believe in the viewpoints put forward by advertising messages. As in any argumentative act, adverts comply with the conditions of the ‘mise en scene’ of the argumentative act, as proposed by Charaudeau (2008), who claims that the argumentative subject must engage in a threefold discursive activity concerning argumentation:

(1) de quoi il s’agit (problématiser); (2) qu’elle [sic] position il adopte (se positionner); (3) quelle est la force de son argumentation (prouver). (Charaudeau, P., 2008: 5)

Ads present us with a situation, a proposition, one which is clearly imposed on us, often a problem for which they will offer the solution, and clearly adopt a standpoint – the best possible standpoint – which they attempt to prove, by providing the reasoning we ought to follow to get to the point they are trying to make. They rely on the communicational situation – that it is an advertising message – which will guarantee that the audience will go along. In fact, the audience’s recognition of the role advertising texts play, provides a series of assumptions on which advertisers rely on to build their messages, and the audience uses for interpreting them.

Most of these propositions will assume a preliminary viewpoint, almost as anticipating objection, in the sense used by Walton (2009) – proleptic argumentation – as it puts forward different strategies: arguments based on dominant preconceived worldviews, presented as starting point assuming they refute objection, using dominant referent systems, such as the discourse of (pseudo) science, among other validating proleptic arguments: ‘proleptic argumentation as referring to an argument that contains within itself a reply to some potential objection, attack or rebuttal that could be made against it’ (2009:107).

In the advertising line below it is argued that, assumedly, we do not look equally nice throughout the day but we would like to (this is an essential advertising tenet crucial to establish the communicational situation and the problem). The advertiser shows you it is important to choose a product that resolves this problem, and is going to show/prove that by means of the visuals, as the depicted model wearing this product looks glamorous and flawless, a common picture used in this kind of advertisement:

You're flawless every hour of the day. Look as beautiful tonight as you did this morning.
(Estée Lauder Double Wear)

As members of the audience, we rapidly recognise the argumentation which is implicit or explicit in the adverts, and what is more relevant, such argumentation heavily depends on world views and ideology that advertising (together with other systems and discourses) has been mirroring and validating for many years, to the point that we seldom question such underlying values. These, however, constitute essential pillars of advertising argumentation.

1.1 ARGUMENTATIVE STRATEGIES IN ADVERTISING

Whereas problem presentation is set by the communication context in that we assume ads will impose a given issue and viewpoint, and that the advertiser will assume they are in dialogue with their audience, in a position to recommend, advise and explain to us, the audience, the best course of action, it is clear that they will resort to a wide variety of arguments to validate their proposition and standpoint. Therefore, they will use the reasoning modes as proposed by Charaudeau (2008:10, 11): deduction, in that adverts establish some kind of connection cause-effect; analogy, which involves at least two facts, judgements or behaviours (very common among detergent adverts); opposition which implicates presenting opposite facts or ideas, highlighting contradiction, incompatibility, often used in counter-arguing; and reasoning based on calculation (adverts that present us with opposing alternative options, in that one of them works and the other does not, are quite common), evidencing the almost mathematical rela-

tionship between argument and consequence (using pseudoscientific formulas or evidence in adverts is quite a common strategy).

It is important to note that all of the types of reasoning proposed by Charaudeau (2008) can be used in advertising, and also require on the part of target audience a shared knowledge on which argumentation will be built. This is particularly relevant in the case of argumentation, as adverts rely heavily on assumption and presumptions believed to be common and taken for granted. Also, adverts can use more than one type of reasoning, and these can be expressed by different modes, which means we may as well expect analogy to manifest both in verbal and visual elements, or in sound/music, or in all of them.

2. IMPLICITNESS IN THE CONSTRUCTION OF ADVERTISING ARGUMENTS

On the other hand, the argumentative itinerary proposed by many adverts is not always clear-cut and transparent. As reiterated above, advertising is an eminently ideological discourse that assumes a dialogue with the audience, requiring the audience's participation in the construction of meaning. This means they expect the audience to decipher puns, metaphors, intertext and a variety of allusive devices that demand for the audience's ability to infer and recognise the inputs of implicit discourse:

Failure to recognise the exact intertext may jeopardise the advert's intelligibility, specifically in terms of the objective of fostering positive associations between product and intertext.' (Conradie, 2012: 307)

Actually, implicitness and inference are common features of the different argumentative strategies, essential to recommend a unique pathway to the desired worldview proposed by advertising. Ruiz (2014) proposes a model of analysis based on four types or dimensions of implicit discourse: insinuated discourse, hidden discourse, 'failed' discourse and underlying discourse. Such dimensions stem from a sociological perspective that claims that (a) all social discourse has both explicit and implicit elements, (b) implicit discourse is derived from explicit

discourse, not only conveyed by verbal utterances, but also by context and non-verbal elements, (c) to infer implicit discourse it is essential to consider the context, and (d) there might be contradiction between implicit and explicit discourse, but this is not necessarily what happens, (e) implicit discourse is not to be regarded as the truthful one behind the explicit, and (f) it may assume a variety of forms (Ruiz, 2014: 173-174). The scheme below summarizes the model to be applied to the analysis:

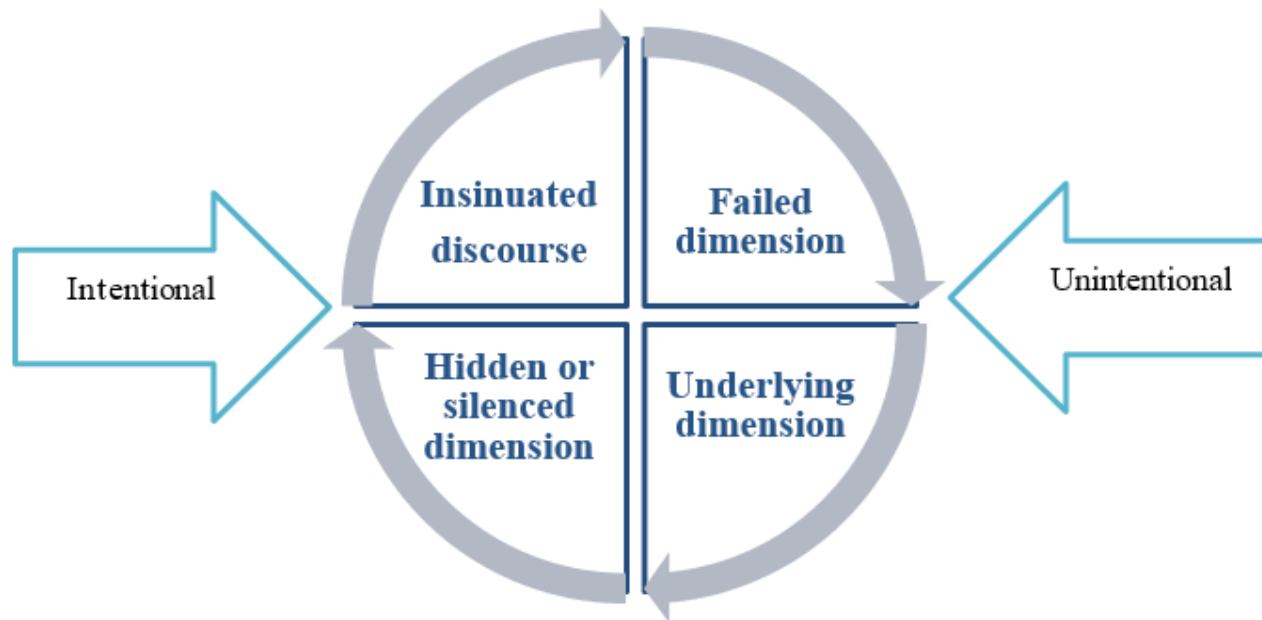


Figure 1: Scheme adapted from Ruiz, 2014

The dimensions proposed will be most useful in our analysis, as they include both intentional and unintentional forms of implicit discourse. Intentional forms seem to apply more frequently as advertising messages are judiciously constructed, and their constituting elements are seldom a result of spontaneous utterance. Thus, we will be focusing on dimensions such as

the insinuated dimension of discourse: ‘In this type of implicit discourse, the explicit elements lead or invite to infer the implicit elements’ (Ruiz, 2014: 175), and the hidden or silenced dimension of discourse, often associated with argumentative and manipulative strategies: ‘it is a non-discourse, an intended omission on the part of the producer of the discourse’ (Ruiz, 2014: 180).

Although the intentionality of these two dimensions seems to make them more significant for advertising, the failed dimension of discourse, whereby concealment fails, may become of interest, as adverts may attempt at leaving some aspects out, which are nonetheless revealed by other elements of the message: ‘we can define it, then, as that dimension of implicit discourse that consists in implicitly saying something that is meant to be concealed’ (Ruiz, 2014: 182). Likewise, though not revealing an intention on the producer’s part, the underlying dimension of discourse may be interesting in that such examples may point to ideological constructs that go unnoticed as the interlocutors take them granted or ‘natural’. As noted by Ruiz (2014: 184), ‘they are the ones that remain most on the edge of the awareness of the subjects involved’.

3. COSMETIC ADVERTISING: THE HIGHWAY TO YOUTHFULNESS

Cosmetics advertising goes back to as early as the eighteenth century and cosmetic products were also among the first products to be advertised nation-wide in the UK (Dyer, 1982: 18, 30). Most cosmetics, particularly those that belong to famous international brands, are still luxury items and part of many women’s (and men’s) lives, associated with their craving for beauty and youth. If we look at cosmetics advertisements from the 1920s, we will see that the appeals have not changed radically. Beautiful and/or youthful appearance, or even perfection are persistent appeals, definitely connected with prevailing ideologies, and with the nature of the product itself. Indeed, cosmetic products – whether makeup or skincare – are closely connected with a concern with good-looking skin and appearance, despite eventually genuine more rational motivations, such as seeking for healthier skin.

A woman is only as old as her complexion. (Headline for Boncilla Cosmetics from Boncilla Laboratories, 1923)

The propositions included in advertising in general, and in particular, cosmetic advertising, have frequently raised debate given the overriding imposition of stereotypes and models of beauty, many times connected with abusive forms of pushing dominant viewpoints on what it is to be beautiful, ignoring cultural differences and the desirable subjectivity on this matter. The somehow unrealistic craving for an everlasting youthful appearance has been a topic in these debates, which often result in adverts being accused of deceitful and manipulative, which does not seem to have deterred cosmetic advertising, nor this overtly or covertly proposed goal in such products.

3.1 BRAND POSITIONING AND ARGUMENTATION

If it is clear that cosmetic brands are clearly presenting ageing and unhealthy skin as a problem that requires a solution seems undisputable. The first stage for argumentation is thus set. The positioning also seems quite obvious: ageing skin and unhealthy skin are undesirable and therefore action should be taken by means of the product offered. Then, there is need for proving, and the third phase is catered for, as long as argumentative strategies are put forward.

Even though brands may choose different strategies concerning the way they will attempt to influence their audience, what the analysis below seems to indicate is that whether brands blatantly accept the ideological standpoint that cosmetic products provide a solution for skin problems or poor looking appearance, promising ideal beauty standards, or whether they claim to be sensible and honest, using rational, socially-ware claims (Simões & Tuna, 2015), and therefore assume not everyone can look as beautiful as top models and artists, they implicitly or explicitly present ageing a problem, and youthful appearance as a goal to be pursued.

3.1.1 IDENTICAL APPEALS THROUGH DIFFERENT ARGUMENTATIVE STRATEGIES

In the analysis below, we will, then, look into different ways different brands position themselves regarding the pursuit of beauty. As brands whose products clearly rely on the assumption that it is relevant and important to have healthy good-looking skin, regardless of their prevailing marketing standpoint with regard to the ideological construction of beauty – and beauty standards, they need to present their claims in a way that consumers incorporate the need and desire for skincare products.

The advertisements for Estée Lauder Advanced Eye Repair, for example, overtly insinuate that radiance and beauty lead to youthful appearance. In these adverts, the argumentation relies heavily not only on deduction, but also on calculation, by presenting scientific evidence, thus the reasoning, using ‘Hyaluronic Acid, nature’s “moisture magnet’ (regardless of the audience’s knowledge of its nature or effect) hydrates skin. This proposition is also dependent upon the assumption that science has become a powerful referent system in our society (see Williamson, 1978), and in advertising, hence a significant validating argument. This is an expected inference lying in hidden in discourse, but which the audience needs to recover to go along with the message. The underlying assumption that nature causes aggression but that ‘looking natural’ is a desired effect is another implicit dimension.

Powerful nighttime renewal for radiant, youthful-looking skin. Instantly adds radiance. Intensely hydrates. Advanced Night Repair significantly reduces the look of key signs of aging.

It maximizes the power of skin’s natural nighttime renewal with our exclusive ChronoluxCB™ Technology. Also includes Hyaluronic Acid, nature’s “moisture magnet,” to help lock in moisture¹.

1. Underlined added.

The next advert for Estée Lauder ‘supreme’ uses identical argumentation if we consider the verbal elements. The picture, however, leads us to an argument by analogy, by presenting us not only with what is meant by youthful look, but also presenting a comparison where the product

is the key to youthfulness. It is not by chance that the Portuguese version of this advert displays the title 'A chave para a juventude'.

Argumentation in adverts is clearly conveyed in different modes. Like in plenty of other makeup and skincare ads, opposition in the following advert, for example, uses visuals to establish contrast of before and after the use of the product, thus arguing in favour of the product, as the picture so demonstrates. Actually, pictures are powerful argumentative devices in adverts for this type of product, as, in addition to create presence, in the sense proposed by Kjeldsen (2012: 241) – *evidentia* – realism and immediacy, they possess the quality of condensation or the ability to concentrate several ideas, thought and contents from emotional to more rational arguments:

Pictures, I suggest, have the potential to argue primarily by means of condensation. They offer a rhetorical enthymematic process in which something is condensed or omitted, and, as a consequence, it is up to the spectator to provide the unspoken premises. Rational condensation in pictures, then, is the visual counterpart of verbal argumentation.

Other brands adopt identical argumentation: we are naturally predetermined to age but that is not a desirable appearance, which means we must fight it, as looking good, means looking young. The product provides a solution for that condition, which means that if you use it, you will look better and younger as a result, as they use scientific methods. Science, through ground-breaking scientific formulae, equals effectiveness:

Shiseido Benefiance: A Wrinkle-fighting Regimen. Benefiance is our best selling and indulgently luxurious collection of treatments. Signs of aging are diminished, including dryness and the appearance of wrinkles and fine lines.

Our best-selling anti-aging skincare collection, Future Solution LX now formulated with SkingenecellEnmei Complex, a proprietary anti-aging ingredient that slows down the appearance of visible signs of aging, and helps restore and prolong a youthful look. The result: Smoother, softer, more radiant, age-defying skin.

Even brands that claim to use more realistic approaches displaying more mature models,



Figure 2: Picture of Coverderm advertisement

will reveal in their arguments that the ‘visible’ signs of ageing are worth fighting, as the advert for Nivea can demonstrate. The insinuated discourse leads us to this very conclusion: You may look beautiful (as the visuals show us) at a more mature age, but to look beautiful you need to take care of your skin and fight the not so nice signs of ageing.

The results indicate a clearly idealized image of a more mature woman. Explicitly, the advert reveals grey hair, some eye wrinkles, but clearly a good-looking well-preserved mature woman. The product name incorporates, from the outset, the implicit insinuated discourse – Vital – indicating that using this product and thus fighting the unwanted signs of ageing is essential.

The verbal elements in the advert provide a more explicit argumentative pathway, clearly delineating the basic tenets of beauty care reasoning found in most adverts: ageing is inevitable yet undesired, and we are prepared to accept it (to a certain well limited extent). It is possible, however to reverse the implacable natural signs of this condition through the use of the product, with an emphasis on the fact that it is not mere shallow vanity, but something women need and ‘deserve’, as stated in the title of the ad:

On the packaging: Vital Multi Active Anti-Age Cream. Mature Skin. Reduces all major signs of mature skin ageing.

Title: Gives Mature Skin the Extra Care It Deserves.

Copy: Vital Anti-Age Cream. Visibly reduces wrinkles, improves firmness and helps prevent age spots.

Even brands that self-proclaim as defenders of real beauty, such as Dove, will leave clues through allusion and insinuated implicit discourse which is not so different from mainstream approaches. Although their argumentation explicitly lays on the claim of ‘real beauty’, as their initial text in the official website² mentions, we are later confronted with the same concerns about youthful looking skin and appearance, as well as to inputs as to what that means:



Figure 3: Nivea advertisement.

2. <https://www.dove.com/us/en/home.html>

Welcome to Dove...

... the home of real beauty. For over a decade, we've been working to make beauty a source of confidence, not anxiety, and here's where the journey continues.

Beauty is not defined by shape, size or colour – it's feeling like the best version of yourself. Authentic. Unique. Real. Which is why we've made sure our site reflects that. Every image you see here features women cast from real life. A real life version of beauty.

Whatever you're looking for – products to provide you with the care you need, tips and advice ranging from hair care, to skin care, to underarm care – everything you see here is designed to make you feel beautiful.

The claim of 'real' is reiterated throughout the textual elements and tentatively reiterated in the pictorial elements by using models that actually look like the neighbour next door. Nonetheless, a more attentive observation will disclose an implicit insinuated suggestion concerning the realness we are actually aiming at – a wrinkle-less glowing smooth skin. Later this is further insinuated in references to the products, including product names such as 'Youthful Vitality Body Lotion/Cream' and in the descriptions that follow:

Youthful Vitality Body Lotion

A smooth body lotion containing a revitalising serum that helps give you resilient and younger looking skin.

Figure 4: The selling line of the product Youthful Vitality Body Lotion

After all, real beauty is young looking. After all, the brand proposes a treatment for real ageing, as well, resorting to the same strategies – a combination of nature and science – resulting in pseudo-scientific argumentation. As claimed by Coupland (2007: 58), 'In a marketplace which continues to put a premium on the desirability of youthful appearance, technologized solutions to the 'problem' of ageing can therefore be liberating, as they offer a certain amount

of control, a strategy which is visible in the copy of the product Youthful Vitality Body Lotion and of Youthful Vitality body cream:

Give your skin its spring back with Dove DermaSpa Uplifted+

Skin has never been so uplifting with Dove Dermaspa Uplifted+ our new range for improved firmness and elasticity.

Youthful Vitality Body Cream

A luxurious body cream that adds the feel of the spa to your skin care routine and helps to give you resilient and younger looking skin.

Youthful-looking skin as a standard for beauty is present in a variety of prompts: the metaphor of spring, associated with renewal, and youthfulness, the product name – uplifted – as it suggests the more invasive techniques of lifting surgery, and the spelled out attributes of good-looking (and young) skin, ‘firmness’ and ‘elasticity’. Even though the brand positions itself as representative of more realistic approaches to this kind of products, in an attempt to resist more stereotyped views of beauty and to incorporate difference – and different life cycles and stages – into its claims and appeals, it nonetheless succumbs to mainstream ideologies, thus recognising more covert arguments that there are indeed some patterns of how youthfulness and healthy skin translate socially.

FINAL REMARKS

This brief analysis has revealed that not only do adverts pursue an argumentative structure process meant to influence their audience in a supposed dialogue to adhere to their proposals, but they also carefully restrict possible readings and interpretations, through implicit discourse strategies, thus ensuring that there is no significant diversion from their planned itinerary. They cannot afford to do so; and cosmetic adverts are no different regardless of their proclaimed standpoint.

For this reason, they carefully devise their argumentation, benefitting from the modes available. We have seen that argumentative strategies do not necessarily come in words and this gives these promotional texts not only a significant argumentative potential, but also great room for implying and inviting their audience to infer and thus participate in the construction of meaning. Hopefully, the audience will get involved and thus go along.

In cosmetic, skincare advertising these argumentative structures lead up to the promise of better appearance, relying heavily on rather stereotyped views of beauty, inextricably bound to youthfulness. These views, as we have seen, may come via more or less explicit argumentation, and often through implicitness, namely, in Ruiz's (2014) category of 'insinuated discourse', where surface elements lead to the underlying ideology. Moreover, it is also common, especially in brands that present a more responsible alternative approach, that some of the claims will unintentionally (failed implicit discourse) reveal the underlying dominant ideology.

Regardless of the standpoint or marketing strategy adopted, what seems to be relevant to draw from this discussion is the need for taking implicitness into account when looking at advertising argumentation. While it is clear that adverts are overtly created to persuade – and this is a rather transparent intent – it is also evident that a thorough interpretation requires close attention to manifestations of implicit content.

REFERÊNCIAS

- Charaudeau, P. (2008). L'argumentation dans une problématique de l'influence. *Revue Argumentation et Analyse du Discours*, (AAD) n°1, L'analyse du discours au prisme de l'argumentation. Accessed on 26/5/2018 at <http://www.patrick-charaudeau.com/L-argumentation-dans-une.html>.
- Conradie, M. (2013). Signposting the inferencing route: a relevance theoretic analysis of intertextuality and metaphors in print advertisements. In *Acta Academica*, 45 (2), pp. 122-149. Accessed on 1/3/2018 at <http://www.ufs.ac.za/ActaAcademica>.
- Cook, Guy (2001) (2nd ed.). *The Discourse of Advertising*. London and New York: Routledge.
- Coupland, N. (2007). Language, Age and Ageism: A project for Applied Linguistics? *International Journal of Applied Linguistics*, pp. 26-47.
- Fairclough, N. (1992) *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- _____ (2001). *Language and Power*. New York: Routledge.
- Kjeldsen, J. E. (2012). Pictorial Argumentation in Advertising: Visual Tropes and Figures as a Way of Creating Visual Argumentation. In F.H. van Eemeren and B. Garssen (eds.), *Topical Themes in Argumentation Theory: Twenty Exploratory Studies*, Argumentation Library, pp. 239-255.
- Leech, G. (1966). *English in Advertising: A Linguistic Study of Advertising in Great Britain*, London: Longmans.
- Myers, Greg (1998). *Ad Worlds: Brands, Media Audiences*. Bloomsbury Publishing PLC.
- Ripley, M. L. (2008). Argumentation Theorists Argue that an Ad is an Argument, *In Argumentation* (2008) 22, pp. 507. Springer, Accessed on 3/4/2018 at <https://doi.org/10.1007/s10503-008-9102-2>.
- Ruiz Ruiz, J. (2014). El discurso implícito: aportaciones para un análisis sociológico. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 146, pp. 171-190. Acedido em 3/4/2018 em <http://dx.doi.org/10.5477/cis/rei>.
- Simões, E. e Tuna, (2015). Novas metodologias e abordagens em apelos publicitários: formas responsáveis de consumo na publicidade contemporânea”, *Estudos em Comunicação* n° 18, pp. 159-176.
- Walton, D. (2009). Anticipating Objections in Argumentation, in (ed.9 Ribeiro, Henrique J. *Rhetoric and Argumentation in the Beginning of the XXIst Century*, ed Henrique Jales Ribeiro, Coimbra, pp. 87-109.
- Williamson, J. (1978). *Decoding Advertisements: Ideology and Meaning in Advertising*. London and New York: Marion Boyars.

